

MEMÓRIAS, HISTÓRIAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS:

NEDI | **25 ANOS**
Núcleo de Educação Infantil - UFES



Rosali Rauta Siller
Zínia Fraga Intra
Fabiola Alves Coutinho Gava
Fernanda Monteiro Barreto Camargo
Maria Angélica Vago Soares
(Ogrs.)

 **Pedro & João**
editores

**MEMÓRIAS, HISTÓRIAS,
LUTAS E RESISTÊNCIAS:
NEDI - 25 ANOS**

**Rosali Rauta Siller
Zínia Fraga Intra
Fabiola Alves Coutinho Gava
Fernanda Monteiro Barreto Camargo
Maria Angélica Vago Soares
(Organizadoras)**

**MEMÓRIAS, HISTÓRIAS,
LUTAS E RESISTÊNCIAS:
NEDI - 25 ANOS**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Rosali Rauta Siller; Zínia Fraga Intra; Fabiola Alves Coutinho Gava; Fernanda Monteiro Barreto Camargo; Maria Angélica Vago Soares [Orgs.]

Memórias, histórias, lutas e resistências: NEDI - 25 anos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 145p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7993-980-8 [Impresso]

1. Memórias. 2. Histórias. 3. Lutas. 4. Resistências. I. Título.

CDD – 900

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	11
1. Os percursos do Núcleo de Educação Infantil- NEDI/CE/Ufes: 25 anos de histórias, lutas e resistências	15
Rosali Rauta Siller	
Zínia Fraga Intra	
Fabiola Alves Coutinho Gava	
Maria Angélica Vago-Soares	
Fernanda Monteiro Barreto Camargo	
Karim Salino Atayde	
Marluce Leila Simões Lopes	
Maria da Penha Dias	
2. Proposta pedagógica da Educação Infantil: uma experiência compartilhada	41
Vânia Carvalho Araújo	
3. Com o NEDI, vivências, aprendizados e mobilizações	59
Valdete Côco	
4.A luta pela educação pública é a luta de cada dia	79
Ana Carolina Galvão	

5. O Núcleo de Educação Infantil como espaço/ tempo de articulações entre diferentes sujeitos sociais	115
Iguatemi Santos Rangel	
6. A formação docente na educação infantil a partir do encontro com o NEDI/CE/Ufes e o FOPEIES	133
Moyara Rosa Machado Sumika Soares de Freitas	
Sobre as autoras e o autor	143

Prefácio

Vera Vasconcellos

Prefaciando um livro em comemoração aos 25 anos do Núcleo de Educação Infantil (NEDI), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES é uma honra indescritível. Principalmente porque os capítulos foram escritos por ex-coordenador/as e vice-coordenador/as, que rememoram suas pesquisas e marcam uma trajetória de *luta, esperança e dedicação* às questões relativas às crianças e suas infâncias. Tais trabalhos, veem ao longo dos anos, influenciando políticas governamentais tanto municipais, estaduais e federal, na luta pela proteção das conquistas já realizadas, em especial em *um período de perdas de direitos das crianças pequenas, como vêm se configurando esses últimos anos*.

As produções do NEDI/UFES apresentam formas de pensar ciência interessada e implicada, subsidiando projetos de formação continuada de profissionais e pesquisas, inclusive documentais, em seus arquivos físicos e digitais. Assim, garantem um diálogo contínuo e sempre ampliado, com diversas instâncias (ex. Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo – Fopeies e movimentos sociais do estado), na busca da transformação do repertório popular em espaços escolares ou não. O que torna o NEDI um espaço *catalisador de iniciativas que contribuem para a comunidade e, em simultâneo, fomentam os processos formativos de seus participantes*. Por isso, os trabalhos aqui apresentados, apontam enfrentamentos que precisa acontecer, não só nas Universidades, mas e, principalmente, na sociedade organizada, em setores comprometidos com a democracia e com a justiça social.

A beleza produzida pelas crianças e a luta de resistência de seus profissionais a cada dia é apresentada em diálogo com estranhamentos acadêmicos, importantíssimos para a compreensão da realidade de cada lugar. Os textos ressaltam, sem

negar as tensões e os conflitos presentes nos ambientes culturalmente estruturados para a organização da vida cotidiana de crianças, a importância das brincadeiras e do protagonismo infantil, sem esquecer *a dificuldade de financiamento e de se reconhecer que o atendimento das crianças da faixa etária de 0 a 3 anos precisa cindir a concepção do binômio cuidar versus educar.*

O livro **MEMÓRIAS, HISTÓRIAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS: NEDI - 25 ANOS** abre espaço para a discussão de conceitos caros às políticas de educação para a infância brasileira. Nos convida a evitar a negação de concepções controversos sobre *vivências, aprendizados e mobilizações* realizadas em espaços educacionais capixabas, nos oferecendo referências teóricas variados e alinhados com uma visão democrática de sociedade. O leitor desta obra mergulha em uma viagem nas memórias de seus autores, que demonstram a criatividade cooperativa tanto de crianças, profissionais de educação, quanto das próprias/o pesquisador/as, que um dia estiveram à frente de estudos, pesquisas e atividades de extensão, comprometidos com a ética em política pública de educação voltada às crianças e suas infâncias. A produção de muitos pela *educação pública, gratuita* e de qualidade – portanto, para todas as crianças, independente do tipo de infância vivida e dos microcosmos analisados, não só no estado do Espírito Santo, mas em todo Brasil, foi revitalizada nos Simpósios, Colóquios e mobilizações políticas que o NEDI/UFES organizou e coordenou ao longo de seus 25 anos.

Por isso a publicização deste livro é de suma importância para o campo dos Estudos da Criança e das Políticas Públicas de Educação Infantil, pois associa o reconhecimento de 25 anos de produções acadêmicas de qualidade com diferentes concepções de pesquisa que *analisam, criticam, repensam* e influenciam processos públicos educacionais em todo o País. A leitura dos capítulos me ajudou a *compreender a dimensão ético-política das memórias, histórias, lutas e resistências em favor da Educação Infantil* aqui apresentada.

As organizadoras desta importante produção devem ser congratuladas por nos confirmarem que o processo de construção

do conhecimento sobre a educação da/na infância se dá de várias formas e por muitos caminhos construídos coletivamente, pois *resistir é, também, reescrever aquilo que escreveram e impuseram a nós*. O que aprendemos hoje foi construído nos erros e acertos do passado, isso nos fortalecerá e garantirá os passos futuros. Por isso é tão importante *valorizar perspectivas críticas e reflexivas na formação de professora(e)s e pesquisadores de nossa área*.

Vida longa ao NEDI/UFES e às pesquisas aí realizadas e conosco compartilhadas!!!

NEIPE/UERJ, agosto de 2022.

Apresentação

Toda experiência da história é sempre acompanhada de uma certa experiência do tempo que lhe está implícita, que a condiciona e que é preciso, portanto, trazer à luz (AGAMBEN, 2012, 109)¹

O livro MEMÓRIAS, HISTÓRIAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS: NEDI- 25 ANOS é resultado de um trabalho coletivo que sintetiza em breves palavras a história de 25 anos de construção do Núcleo de Educação Infantil da Universidade Federal do Espírito Santo (NEDI). Segundo Agamben (2012), estamos aqui falando de histórias e experiências que foram trazidas à luz pelas autoras e autores ao longo dos artigos. Mas como fazer isso com tão poucas palavras, como traduzir, transcrever, ajustar 25 anos de pesquisas em tão poucas palavras? Aí se fez a mágica da obra, cada autor, com seu olhar singular, buscou destacar aquilo que, de certa forma, o acompanhou na “ experiência do seu tempo de coordenação” !

A coletânea que ora apresentamos é composta por um total de seis artigos, produzidos a partir dos relatos de professores (as) pesquisadores/as que assumiram o mandato de Coordenadores (as) e vice-coordenadores/as do Nedi, nesta trajetória dos 25 anos, que tiveram como foco em suas pesquisas e relações orgânicas as infâncias e as políticas públicas faz parte das comemorações dos 25 anos do Nedi busca, acima de tudo, reconhecimento da trajetória marcada pela luta, esperança e dedicação, além de possibilitar a visibilidade de pesquisas já realizadas. Mas, ao mesmo tempo, busca-se realizar autorreflexão com olhar crítico, indicando rumos, potencialidades, fragilidades e instigando novas produções acadêmicas dentro do próprio núcleo, como aprendentes sempre.

¹ AGAMBEN, G. Tempo e História: crítica do instante e do contínuo In Infância e História: Destruição da experiência e origem da história. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte. Ed. UFMG/Humanitas. 2012.

Assim, inspiradas em Paulo Freire, afirmamos que o sentido esperançoso de nossas ações se faz nos tempos e espaços do Nedi. Esperança que

[...] resulta do caráter utópico de tal forma de ação, tomando-se a utopia como a unidade, inquebrantável entre a denúncia e o anúncio. Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais. Anúncio e denúncia não são, porém, palavras vazias, mas compromisso histórico (FREIRE, 1985, p. 84).

Desta feita destacamos no primeiro artigo chamado “Os percursos do núcleo de educação infantil - NEDI/CE/UFES: 25 anos de histórias, lutas e resistências”, elaborado a várias mãos, foi escrito colaborativamente pela atual equipe de coordenação do NEDI e nele são apresentados um percurso dos trabalhos produzidos pelo Núcleo tendo como fio condutor a protagonismo dos coordenadores e coordenadoras que conduziram o processo.

No segundo artigo, "Proposta pedagógica da Educação Infantil: uma experiência compartilhada" de Vânia Carvalho de Araújo a autora retoma um pouco de sua trajetória enquanto pesquisadora do NEDI e seus diálogos com Hannah Arendt (2002) na construção da Proposta Pedagógica da Educação Infantil do município de Vila Velha/ES (agosto de 2007 a novembro de 2008) como garantia de novos espaços democráticos que possibilitaram uma interlocução pública, plural e múltipla, culminando com o reconhecimento da criança como sujeito de direitos . Desta feita, conclui que a democracia é mais do que uma promessa e torna-se indispensável uma cultura pública que possibilite a todos serem reconhecidos como sujeitos ativos na construção de um mundo compartilhado.

No terceiro artigo “Com o NEDI, vivências, aprendizados e mobilizações “a professora Valdete Cocô na observação das (re)composições do contexto de ações do NEDI, fala de seus esforços em fazer comunicar suas pautas e vivificar seus objetivos,

a partir dos acúmulos, legados, demandas, iniciativas e, sobretudo, interlocuções, reconhecendo neste movimento sua participação no NEDI como um destes movimentos intercambiantes.

No quarto, “A luta pela educação pública é a luta de cada dia” a professora Ana Carolina Galvão fala da sua própria trajetória de vida desde sua formação enquanto estudante até seu engajamento com o sindicato de professores na universidade e de como este trajeto marcou seu ingresso no NEDI.

No quinto capítulo, “ O Núcleo de Educação Infantil como espaço/tempo de articulações entre diferentes sujeitos sociais” o professor Iguatemi Santos Rangel recorda que durante o período em que atuou na coordenação o NEDI assumiu um protagonismo na articulação dos debates sobre a Educação Infantil, especialmente no âmbito do Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo (Fopeies) e demais movimentos sociais, bem como na articulação com as secretarias municipais e estadual de Educação e destaca ainda centralidade do PNE neste processo.

No sexto, “ Encontro Nedi/Ufes e FOPEIES: Histórias, nossas histórias” de Moyara Rosa Machado e Sumika Soares de Freitas as autoras falam da escuta sensível observada na relação entre o Núcleo de Educação Infantil (Nedi) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e o Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo (Fopeies) pelo olhar de duas professoras da Educação Infantil e das proposições na área de políticas públicas voltadas à infância no Espírito Santo que foram levantadas a partir deste encontro que geram temas como currículo, formação de professora(s), trabalho docente, leitura e escrita, espaço e tempo, Educação Especial, Educação em Tempo Integral, Educação do Campo, gestão e avaliação na Educação Infantil.

Convidamos você a iniciar esta caminhada pelos 25 anos do Núcleo de Educação Infantil (NEDI), que como uma persona, foi protagonista em importantes os debates sobre infâncias no estado do Espírito Santo, buscando, mantendo parceria com o Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo (Fopeies), Sedu, secretarias de Educação dos municípios, Programa de Pós-

Graduação em Educação da UFES, bem como com os grupos de pesquisa “Infância, sociedade e cultura” (Iesc), “Formação e atuação de educadores” (Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores – Grufae), “Pedagogia histórico-crítica e educação escolar”, dentre outras parcerias importantes. Além de subsidiar pesquisas documentais por meio de seus arquivos físicos e digitais e da propagação de eventos, projetos de extensão, pesquisas, publicações que serão apresentadas no próximo capítulo.

Reforçamos nossa certeza de que a consolidação desta produção coletiva significa a ampliação do diálogo sobre a infância e suas produções e ao mesmo tempo em que busca valorizar o percurso de tantos outros que prepararam caminho para este momento tão importante para o NEDI e seus 25 anos.

As Organizadoras

Os percursos do Núcleo de Educação Infantil-NEDI/CE/Ufes: 25 anos de histórias, lutas e resistências

Rosali Rauta Siller
Zínia Fraga Intra
Fabiola Alves Coutinho Gava
Maria Angélica Vago-Soares
Fernanda Monteiro Barreto Camargo
Karim Salino Atayde
Marluce Leila Simões Lopes
Maria da Penha Dias

Introdução

Os núcleos de estudos são órgãos suplementares estratégicos para execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Centro de Educação (CE) “Paulo Freire” da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Além do Núcleo de Educação Infantil (NEDI), constam da estrutura do CE outros 12 núcleos¹ e 7 laboratórios².

¹ Núcleo de Artes Visuais e Educação do Espírito Santo (Navees); Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab); Núcleo de Educação Infantil (Nedi); Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial (Neesp); Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (Neja); Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo (Nepales); Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Nepe); Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Filosofia (Nepefil); Núcleo de Estudo e Pesquisa de Hipertexto e Tecnologia Educacional (Nepehte); Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Medicalização da Educação; Núcleo de Estudos e Pesquisa em Sexualidades (Neps); Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental (Nipeea); Núcleo de Pesquisa e Extensão em Currículos, Cotidianos e Culturas do Centro de Educação (Nupec). (Colegiado - LEDOC)

² Laboratório de Educação em Ciências (Labec), Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes), Laboratório de Ensino de História

O NEDI/CE/UFES, foco deste livro, foi criado em 20 de outubro de 1997 e tem como finalidade implementar, em parceria com órgãos e/ou instituições afins, projetos que possam ampliar e discutir estudos e pesquisas para o campo das infâncias e/ou da Educação Infantil em espaços escolares ou não. O NEDI também busca se consolidar como espaço de estudos, pesquisas e extensão que possibilitem a produção e socialização de conhecimentos. Dentre suas propostas de atuação, constam alternativas de atendimento ao trabalho pedagógico envolvendo as crianças pequenas, com a implementação de políticas públicas e com a formação continuada de profissionais que atuam no campo da Educação Infantil e/ou que estejam interessados nos debates sobre as infâncias, bem como com o desenvolvimento de estudos, pesquisas e atividades de extensão, a fim de colaborar com as demandas que se apresentam na graduação e na pós-graduação.

Com esses objetivos, finalidades e propostas, o NEDI, com 25 anos de atuação em 2022, deixou muitas marcas de sua trajetória, as quais merecem ser lembradas e documentadas. É um marco a ser celebrado! Mas por que celebrar? Em um dos encontros com a equipe que compõe o Colegiado do NEDI/CE/UFES 2021/2022, foi manifestado o desejo de comemorar o aniversário do núcleo com um conjunto de ações que possibilitassem recuperar sua memória e história, construída a muitas mãos ao longo. Dentre essas ações está a publicação deste livro.

Desde os seus primeiros escritos, Paulo Freire, “Patrono da Educação Brasileira”, tem nos desafiado a conceber a educação como ato político. Seguindo essa trilha, persistimos na concepção de que escrever e publicar também são atos políticos e de resistência. Em “tempos sombrios”, como diria Hannah Arendt (1987), criar situações para conhecer, recuperar, compreender,

(Lahis), Laboratório de Aprendizagem da Matemática e Informática Educativa (Lamati), Laboratório de Aprendizagem da Ufes (Laufes), Laboratório de Ensino e Aprendizagem de Geografia (Leageo) e Laboratório de Informática do Centro de Educação (Ligce).

reafirmar e socializar a história da constituição do NEDI e abrir possibilidades para novos desafios é o que se pretende com esta publicação. Sua relevância se sustenta na importância do NEDI e sua função dentro do Centro de Educação e da UFES como um todo, constituindo-se em lócus para o ensino, a pesquisa e a extensão com as temáticas da Educação Infantil e das infâncias.

Para trazer a história do NEDI à superfície, adotamos a pesquisa qualitativa, entendendo que “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico construído a respeito dele” (Lüdke & André, 2015:1-2). Para a produção dos dados, optamos pela análise documental, que “pode-se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outra técnica, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (Lüdke & André, 2015:44-45).

Também buscamos nos apropriar do “paradigma indiciário”, apresentado por Ginzburg (1989, 2006), assentado no detalhe, em pistas, em dados aparentemente irrelevantes, mas que, na verdade, possibilitam-nos descrever uma realidade complexa que seria cientificamente experimentável, cuja formulação mais simples seria “alguém passou por lá” (Ginzburg, 1989:177). Centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados como pistas, indícios, sinais, vestígios que permitem decifrar a realidade, o rigor flexível desse paradigma permitiu-nos captar e valorizar a riqueza de experiências vivenciadas por esse coletivo de autoras-pesquisadoras, as quais passaram pelo NEDI ao longo de sua trajetória. Como infere Ginzburg (1989:77), “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-las”.

Pode-se falar de “paradigma indiciário, dirigido, segundo as formas de saber, para o passado, o presente e o futuro” (Ginzburg, 1989:154). Assim, para produzir este texto, mexemos com essas “coisas velhas” deixadas nas gavetas, nos armários, preservadas e organizadas em arquivos físicos e virtuais, mas sem muito uso, as quais se formam relíquias de um passado nem sempre lembrado

no espaço e no tempo em que se encontram e que correm o risco de cair no esquecimento. São registros que carregam muitos significados e importância, em especial para um período de perdas de direitos das crianças pequenas, como vêm se configurando esses últimos anos.

Isso posto, a pesquisa aqui apresentada reuniu o pensamento, as ações e as trajetórias de vida pessoal e acadêmica de um grupo de professora(s) pesquisadora(e)s de um coletivo, no esforço de elaborar conhecimentos, a partir dos documentos produzidos pelo NEDI/CE/UFES, com o intuito de refletir sobre os processos experienciados durante os 25 anos de sua existência e suas contribuições para a sociedade. De acordo com Benjamin (2012:124) a experiência é uma rica narrativa, já que “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” Nesse sentido, o lembrar dos sujeitos que integram e integraram o NEDI é não o reviver, mas o pensar e o refletir sobre nós e as articulações vinculadas ao nosso patrimônio cultural, social e histórico que tanto contribuiu para a implementação de várias mudanças nas políticas para as infâncias em nosso lugar. Cada história é o ensejo para uma nova narrativa, que desencadeia outra e outra... A memória é ilimitada, bem como o imaginário; estão em constante refazer-se, atualizar-se.

O percurso histórico de 25 anos do NEDI

Ao analisar a criação do NEDI, retratando o seu percurso histórico nesses 25 anos, de forma bastante sucinta, localizamos nesse trajeto fatos e feitos de um grupo de coordenadoras e coordenadores que muito contribuiu nos estudos, pesquisas, projetos de extensão em defesa dos direitos das crianças pequenas, sujeitos da Educação Infantil.

A história mostra que a criação do NEDI foi idealizada pela professora pesquisadora Dra. Vânia Carvalho de Araújo, a partir das parcerias estabelecidas com a Criarte – então denominada “Escola de 1º grau da UFES” –, a Secretaria Estadual de Educação

(Sedu), docentes representantes da UFES e profissionais de outros órgãos e instituições que atendiam a crianças da faixa etária de 0 a 6 anos. Oficialmente, o núcleo foi fundado em 20 de outubro de 1997, sendo sua idealizadora e o professor pesquisador Dr. Jair Ronchi, respectivamente, sua coordenadora e vice-coordenador. Nesse movimento inicial, destacamos, também, a participação das professoras Rosemary Durval Campo, representante da Sedu, e Valtenira Souza da Silva, representante da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). Além disso, houve a participação efetiva dos estudantes da graduação, representados por Valéria Cristina Aderne Gomes.

Com mandatos de dois anos, prorrogáveis pelo mesmo período, nesse percurso de 25 anos, estiveram à frente do NEDI, na função de coordenação e vice-coordenação³: Jair Ronchi, Valdete Côco, Iguatemi Santos Rangel e Ana Carolina Galvão. No período de 2021 a 2023, na função de coordenação e vice-coordenação estão às professoras Rosali Rauta Siller e Zínia Fraga Intra. Como membros do colegiado, também constam as professoras Ana Carolina Galvão, Fabiola Alves Coutinho Gava, Maria Angélica Vago-Soares, Fernanda Monteiro Barreto Camargo, Marluce Leila Simões Lopes, a graduanda Maria da Penha Dias e a monitora Karim Salino Atayde.

Como bem destaca Araújo (2017:408), “não há como negar que os direitos formalmente reconhecidos são um suporte indispensável à consolidação da relação igualdade/equidade, mas, por si sós, não conseguem gerar uma dinâmica igualitária e radicalmente democrática”. Por isso, desde sua criação, o NEDI tem buscado posicionar os holofotes para as infâncias, acompanhando as legislações que tratam dos direitos das crianças pequenas, lutando para assegurar que eles sejam garantidos.

No que se refere a esses direitos, foi a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 que houve o reconhecimento da educação em

³ Durante esse percurso houve alternância entre coordenadores e vice-coordenadores.

creches e pré-escolas como direito de todas as crianças, em vez de apenas para as crianças consideradas carentes. Isso significou romper com políticas de assistencialismo à infância, com programas de caráter compensatório e assistencial sempre acompanhados de cuidados com a higiene e saúde. A partir disso, legalmente, fica legitimado esse direito e o dever do Estado ao atendimento à infância, conforme preconizado Na CF 1988, em seu artigo 208, inciso IV: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças com zero a seis anos de idade” (Brasil, 1988).

A inclusão da creche e pré-escola no capítulo da CF dedicado à Educação representa um salto na história da Educação Infantil. Com essa legitimação, posteriormente, as infâncias ganharam notoriedade com alterações propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), que estabelece políticas para a primeira infância (Brasil, 1990). Mas foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBen) que garantiu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, estabelecendo que sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança de até 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade, conforme preconizado em seu art. 29 (Brasil, 1996). A partir de então, a Educação Infantil sai do âmbito da Secretaria de Assistência Social para o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Para fortalecer a Educação Infantil conforme orientado pela CF e pela LDBen, nos anos 1990, o MEC realizou, em âmbito nacional, vários seminários e debates, os quais tiveram a participação de diferentes segmentos e organizações sociais. Esses diálogos resultaram em uma série de publicações que visavam a contribuir para o delineamento de políticas públicas, formação de professora(s), práticas pedagógicas, elaboração de propostas pedagógicas e currículo da Educação Infantil. Tais documentos são: “*Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*” (Brasil, 1998), “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à Educação” (2006), “Parâmetros nacionais

de qualidade para a Educação Infantil – volumes I e II” (2006), “Critérios para um Atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (2009); “Indicadores de qualidade na Educação Infantil” (2009), “Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil” (2010), “Plano Nacional de Educação” (2001, 2014) e “Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil” (2017).

Acompanhando esse contexto, o NEDI procurou ampliar os debates no estado do Espírito Santo, buscando, para tanto, manter a parceria com o Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo (Fopeies), Sedu, secretarias de Educação dos municípios, Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES, bem como com os grupos de pesquisa “Infância, sociedade e cultura” (Iesc), “Formação e atuação de educadores” (Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores – Grufae), “Pedagogia histórico-crítica e educação escolar”, dentre outras parcerias importantes.

Em análise documental realizada em arquivos organizados na sala do NEDI e, ainda, arquivos digitais-virtuais, foram levantados eventos, projetos de extensão, pesquisas, publicações de livros que marcaram esse percurso de 25 anos. Inicialmente, os eventos trouxeram como foco as práticas pedagógicas. Nesse sentido, destacam-se:

- a) Simpósio de Educação Infantil, intitulado “A práxis pedagógica na Educação Infantil: dilemas e perspectivas” (1997);
- b) Curso de Formação de Contadores de Histórias (2002), realizado em parceria com o Grupo Experimental de Contadores de História da UFES;
- c) II Simpósio de Pesquisa em Educação, intitulado “Produção de conhecimento e práticas educativas” (2004);
- d) “Seminário de Práticas Pedagógicas na Educação Infantil” (2011), com relatos de experiências de docentes/gestora(e)s dos diferentes municípios do Espírito Santo.

Na efervescência dos debates nacionais e da construção dos documentos normativos que tratam do cotidiano, formação e políticas públicas destinadas à Educação Infantil, foram sendo organizados os eventos com este foco, dentre eles:

- a) II Simpósio de Educação Infantil, intitulado “A Educação Infantil em debate: questões (im)pertinentes”, evento de âmbito nacional, organizado pelo Movimento Interfórum de Educação Infantil do Brasil (Mieib) com a parceria do NEDI e sediado pela UFES (2005);
- b) “Seminário Desafios da Educação Infantil” (2012), uma das atividades da Semana de Ação Mundial, organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
- c) “Congresso Infância e pedagogia histórico-crítica” (2012), que pretendeu colaborar com o debate acadêmico sobre as teorias pedagógicas, com palestras de professora(e)s de diversas universidades;
- d) XXVIII Encontro Nacional do Mieib e III “Simpósio de Educação Infantil Política, cotidianos e formação” (2012), em parceria com o NEDI e o Fopeies;
- e) “Seminário de Educação Infantil em tempo integral: desafios e perspectivas no contexto das políticas públicas” (2014);
- f) “Seminário Dermeval Saviani e a Educação brasileira: construção coletiva da pedagogia histórico-crítica” (2016), evento em celebração aos 50 anos de carreira do professor Dermeval Saviani e sua grande importância para a Educação brasileira;
- g) “Seminário Nacional Infâncias e Juventudes na cidade: um diálogo com a Educação” (2017), realizado pelo Iesc com apoio do NEDI;
- h) IV Seminário do Grufae, intitulado “A pós-graduação em Educação nas pesquisas sobre a formação e atuação de professora(e)s na Educação Infantil” (2017), organizado pelo mesmo grupo de pesquisa com apoio do NEDI;
- i) “Dez anos do Grufae: formação de professora(e)s e pesquisas na Educação Infantil” (2018), realizado pelo mesmo grupo de pesquisa com o apoio do NEDI;
- j) “Colóquio de Educação Infantil” (2018), com ênfase na formação de professora(e)s, currículo e práticas pedagógicas da/na Educação Infantil;

k) Roda de conversa “A importância dos movimentos sociais na organização dos docentes da Educação Infantil”, realizada no canal do Centro de Educação no *YouTube* (2021);

l) Roda de conversa “Cuidar e educar: a responsabilidade da(o)s professora(e)s da Educação Infantil em tempos perversos”, realizado no canal do Centro de Educação no *YouTube* (2021).

No que se refere às atividades de extensão, entendemos que elas contribuem para uma ação mais efetiva dos cursos de graduação e dos profissionais que atuam na rede pública da Educação Infantil do Espírito Santo. Nessa perspectiva, o NEDI desenvolveu os seguintes projetos de extensão:

a) “(Re) construindo os espaços de brincadeiras”, realizado em (2002/2003) em parceria com UFES e a PMV para atender a crianças em situação de vulnerabilidade e risco social de uma instituição cadastrada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil implementado no município de Vitória.

b) “Criança em cena: uma discussão dos desafios no trabalho com a infância”, desenvolvido de 2006 a 2009, com o objetivo de promover diálogos interdisciplinares em torno da temática, problematizando o trabalho com a infância e considerando as crianças em suas singularidades e como sujeitos de direitos no contexto das políticas públicas;

c) “Bebês, crianças e a formação de professora(e)s: conversas virtuais sobre Educação Infantil e infância”, teve como objetivo promover reflexões acerca de temáticas referentes à Educação e às infâncias com os profissionais que atuam com bebês e crianças pequenas em instituições de Educação Infantil, com pesquisadora(e)s da infância, profissionais da Saúde, da Assistência Social, Direito, bem como militantes de movimentos sociais que atuam diretamente com as crianças. O projeto transcorreu de 06 a 17 de novembro de 2020 contou com a seguinte programação:

● **06/11:** Bebês, crianças pequenas e Educação Infantil: desafios para a formação de professora(e)s das infâncias;

- **12/11:** Às crianças com deficiências, transtornos globais e altas habilidades na educação infantil: que espaços-tempos? Que formação?
- **19/11:** Educação em tempo integral na Educação Infantil: direito das crianças pequenas ou utopia?
- **26/11:** O campo, a Educação Infantil e a formação de professora(e)s;
- **03/12:** Interações e brincadeiras: eixos articuladores do trabalho com as crianças pequenas na Educação Infantil;
- **10/12:** Infâncias, Educação infantil e interseccionalidades: raça/etnia; gênero, classe, idade;
- **17/12:** Desafios dos Fóruns de Educação Infantil: a intersectorialidade como foco.

Para comemorar seus 25 anos, em 2022, o núcleo desenvolve o projeto de extensão “Ciclo de eventos: memórias, histórias, lutas e resistências: NEDI – 25 anos”, com a seguinte programação:

- **19/05:** “NEDI e Fopeies: a parceria necessária na formação dos professora(e)s e nas políticas públicas da Educação Infantil”, com transmissão pelo canal do Centro de Educação no *YouTube*;

- **07 e 08/06:** “I Fórum de apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) –Infâncias com foco na Educação”, com a palestra “Pesquisa com crianças pequenas”, das professoras Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria (Universidade Estadual de Campinas) e a Dra. Márcia Gobbi (Universidade de São Paulo), no primeiro dia, e a apresentação dos TCC’s no segundo dia;

- **outubro:** lançamento deste livro (previsão).

Nesse movimento de celebração dos 25 anos, faz-se mister destacar, também, as pesquisas publicadas pela(o)s coordenadora(e)s em revistas científicas e em livros. Reconhecendo que o conhecimento, ao ser produzido, “supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã” (Freire, 2011:30), os quadros a seguir listam as publicações produzidas no âmbito do NEDI nos últimos cinco anos – os nomes de seus pesquisadores-membros aparecem destacados na coluna “Autoria”.

Quadro 1: Artigos completos publicados em periódicos

2018	
Título	Autoria
Os sentidos atribuídos pelas crianças à cidade	Ines de Oliveira Ramos, Rosali Rauta Siller , Érika Milena de Souza, Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares, Victória Galter Vieira, Vania Carvalho de Araújo
Pensar a cidade, as crianças e sua educação	Vania Carvalho de Araújo
A cidade na infância, a infância na cidade	Vania Carvalho de Araújo
Contratação de professores: entre a burocracia e a indiferença	Vania Carvalho de Araújo , Margareth Jann
Da cidade dos menores à medicalização: os discursos sobre o controle do risco	Débora Nascimento de Oliveira, Jair Ronchi Filho
Reflexões teórico-metodológicas sobre a abordagem de políticas públicas na Educação Infantil	Kallyne Kafuri Alves, Valdete Côco
O trabalho dos gestores nas instituições de Educação Infantil	Luciana Galdino, Valdete Côco
Formação inicial para a docência na Educação Infantil: indicadores da produção acadêmica	Valdete Côco , Maria Nilceia de Andrade Vieira, Karina Fátima Giesen
O pensamento de Paulo Freire no contexto da formação de educadores do MST	Marle Aparecida Fideles de Oliveira Vieira, Valdete Côco
Formação inicial e docência na Educação Infantil	Valdete Côco
Trabalho docente na Educação Infantil: a participação das auxiliares de creche	Gleicielle Magela de Almeida, Valdete Côco
Abordagem biográfica: a dimensão da vida presente nos enunciados de pesquisa em Educação	Ruslane Marcelino de Mello Campos Novais, Valdete Côco

Processos de formação continuada dos gestores nas instituições de Educação Infantil	Luciana Galdino, Valdete Côco , Dilza Côco, Silvana Ventorim Ventorim
Apresentação – Formação de professores na Educação Infantil	Valdete Côco , Gizele de Souza, Maria Nilceia de Andrade Vieira
Sentidos das famílias sobre o trabalho docente na Educação Infantil	Kallyne Kafuri Alves, Valdete Côco
Educação Infantil e avaliação institucional: percursos e desafios	Maria Nilceia de Andrade Vieira, Valdete Côco
Perspectivas teórico-metodológicas e diálogos sobre pesquisas na formação de professores: apontamentos sobre o caráter político e pedagógico da produção de conhecimento em Educação	Reginaldo Celio Sobrinho, Edson Pantaleão, Valdete Côco
Na luta pela garantia do direito à Educação: reflexões sobre a formação de professores para a Educação Infantil	Valdete Côco , Valéria Menassa Zucolotto, Renata Rocha Grola Lovatti, Kallyne Kafuri Alves
Educação Infantil: considerações sobre a formação de professores	Valdete Côco
Trajetória da Educação Infantil: concepções de avaliação institucional em documentos oficiais brasileiros	Maria Nilceia de Andrade Vieira, Valdete Côco
A natureza contraditória da educação escolar: tensão histórica entre humanização e alienação	Ana Carolina Galvão , Lígia Márcia Martins
Contrarreformas educacionais e dualidade estrutural: uma breve história da educação brasileira	Vinicius Oliveira Machado, Ana Carolina Galvão
2019	
Título	Autoria
A criança pomerana na Educação Infantil: posso falar minha língua aqui?	Rosali Rauta Siller , Vânia Carvalho de Araújo

Quando as crianças nos ensinam sobre a cidade	Vania Carvalho de Araújo
Educação Infantil em tempo integral: “mérito da necessidade” ou direito?	Vania Carvalho de Araújo , Franceila Auer, Kalinca Costa Pinto Neves
Crianças em tempos sombrios e as possibilidades do (com)viver na cidade	Vania Carvalho de Araújo
Educação Infantil e suas infâncias: cultura, políticas e formação humana	Monique Aparecida Voltarelli, Vania Carvalho de Araújo
Construindo olhares e práticas não medicalizantes em Educação e Saúde no município de Vitória – ES	Elizabete Bassani, Jair Ronchi Filho , Simone Cardoso Lisboa Pereira
Docência na Educação Infantil: desafios e perspectivas da formação inicial em Pedagogia	Valdete Côco , Maria Nilceia de Andrade Vieira, Karina de Fátima Giesen
Pesquisas da pós-graduação brasileira: diálogos com a avaliação institucional na Educação Infantil	Maria Nilceia de Andrade Vieira, Valdete Côco
Direito à Educação Infantil na produção acadêmica: busca por vagas nessa etapa da Educação Básica	Kallyne Kafuri Alves, Valdete Côco
Instituições conveniadas de Educação Infantil: das condições da oferta à formação continuada	Valdete Côco , Kallyne Kafuri Alves
Early children’s education: institutionality and the right to education	Marle Aparecida Fidéles de Oliveira Vieira, Valdete Côco
Enunciações docentes sobre a brincadeira na Educação Infantil: concepções e interações	Leticia Cavassana Soares, Valdete Côco
Desafios e perspectivas para a formação de professores em instituições conveniadas de Educação Infantil: diálogo com os marcos legais	Kallyne Kafuri Alves, Valdete Côco

Educação Infantil do campo: reflexões sobre o atendimento em contextos de assentamentos	Marle Aparecida Fidéles Vieira, Valdete Côco
Planejamento e trabalho das equipes gestoras de Educação Infantil	Marcela Lemos Leal Reis, Valdete Côco
Avaliação institucional e formação docente como práticas dialógicas na Educação Infantil	Maria Nilceia de Andrade Vieira, Valdete Côco
Planejamento da avaliação institucional na Educação Infantil: movimentos participativos	Maria Nilceia de Andrade Vieira, Valdete Côco
A transmissão de conhecimentos como condição para a criatividade: o papel diretivo do professor e a criança feliz	Ana Carolina Galvão , Maria Cláudia da Silva Saccomani
Rumo à outra didática histórico-crítica: superando imediatismos, logicismos formais e outros reducionismos do método dialético	Ana Carolina Galvão , Lígia Márcia Martins, Tiago Nicola Lavoura
Gênero e relações de opressão nos livros infantis e a educação escolar	Ana Carolina Galvão , Míriam da Gama Henrique, Juliana Iglesias Melim
“Escola sem partido” e a negação dos clássicos: trabalho educativo e formação humana em debate	Pauliane Gonçalves Moraes, Vinicius Oliveira Machado, Ana Carolina Galvão
2021	
Título	Autoria
A produção científica na Educação Infantil no período 2013-2016: uma análise dos periódicos Qualis com estratos A1 a B2	Andrize Ramires Costa, Franceila Auer, Zinia Intra, Vania Carvalho de Araújo
Crianças encarnadas: pluralidades e adversidades não incorporadas à BNCC	Adriana do Carmo Corrêa Gonçalves, Vânia Carvalho de Araújo
Discursos medicalizantes na Educação Infantil	Débora Nascimento de Oliveira, Elizabete Bassani, Jair Ronchi Filho

Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia	Angela Scalabrin Coutinho, Valdete Côco
Formação continuada na Educação Infantil: indicadores da produção acadêmica no Espírito Santo	Leticia Cavassana Soares, Valdete Côco
Docência para Educação Infantil na Pedagogia: mapeamento de produções	Valdete Côco , Bárbara Ferreira Matias Bianch
Indicadores do contexto brasileiro na materialização do convênio na Educação Infantil	Kallyne Kafuri Alves, Valdete Côco
Por uma educação democrática: um olhar de luta e resistência ao movimento “Escola sem partido”	Juliana Pereira Rageteles, Ana Carolina Galvão
Resenha do Escola e Democracia	Ana Carolina Galvão
Pedagogia histórico-crítica e representação feminina na literatura na Educação Infantil	Míriam da Gama Henrique, Ana Carolina Galvão
2022	
Título	Autoria
Política de Educação Infantil em tempo integral: notas sobre a percepção das famílias	Vania Carvalho de Araújo , Franceila Auer, Rennati Taquini
Caracterização e motivação das famílias sobre a Educação Infantil em tempo integral em três Municípios da região metropolitana de Vitória	Vania Carvalho de Araújo , Rennati Taquini, Franceila Auer
O que as crianças nos contam sobre a cidade? Interlocações entre infâncias, Educação Infantil e cidades	Victória Galter Vieira, Rennati Taquini, Franceila Auer, Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro, Vania Carvalho de Araújo
Educação Infantil em tempo integral: o que dizem as professoras?	Simone Ferreira Duarte, Franceila Auer, Rennati Taquini, Vania Carvalho de Araújo

Por uma epistemologia sobre a cidade em companhia das crianças	Vania Carvalho de Araújo
O “consenso” no projeto principal para a educação na América Latina e Caribe (1980-2000): diálogos com Bakhtin e Arendt	Fabricia Pereira de Oliveira Dias, Vania Carvalho de Araújo
Percursos da formação inicial em Pedagogia na legislação brasileira: desafios para a docência na Educação Infantil	Valdete Côco , Maria Nilceia de Andrade-Vieira, Karina de Fátima Giesen, Dilza Côco
O curso Pedagogia da Terra e a formação de educadores do MST: abordagens das produções científicas	Marle Aparecida Fideles de Oliveira Vieira, Valdete Côco
Avaliação na Educação Infantil: contribuições à luz da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural	Tainara Pereira Castro, Ana Carolina Galvão
Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto	Dermeval Saviani, Ana Carolina Galvão
Docência, currículo e didática na Educação Infantil segundo a perspectiva da pedagogia histórico-crítica	Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares, Ana Carolina Galvão
Infâncias migrantes, Educação Infantil, territorialidades: os movimentos de desterritorialização e reterritorialização das crianças pomeranas	Rosali Rauta Siller
Mulheres manauaras, pomeranas, de comunidade de terreiro e a diversidade linguística	Vanderlete Pereira da Silva, Mariana Semião de Lima, Rosali Rauta Siller
Divisão sexual do trabalho e diversidade linguística na subalternização das infâncias: opressões étnicas, linguísticas e	Adriana Alves da Silva, Rosali Rauta Siller , Vanderlete Pereira da Silva

culturais na reprodução das desigualdades	
A Educação Infantil (em tempo) integral na produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Educação	Franceila Auer, Rennati Taquini, Vania Carvalho de Araújo
O acesso à Educação Infantil em tempo integral	Franceila Auer, Vania Carvalho de Araújo
Pesquisas no campo da formação docente na Educação Infantil: contribuições do pensamento de Paulo Freire	Maria Nilceia de Andrade Vieira, Kallyne Kafuri Alves, Valdete Côco
Políticas de formação e políticas curriculares para a Educação Infantil	Angela Scalabrin Coutinho, Valdete Côco

Quadro 2: Capítulos de livros publicados

2018	
Título	Autoria
Colegialidade e gestão democrática no ensino público: dimensões da representação e da participação em disputa no âmbito dos órgãos colegiados da gestão escolar (<i>In:</i> Política e gestão educacional: implicações para os conselhos municipais de educação)	Edson Maciel Peixoto, Vania Carvalho de Araújo
Artigo 58 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Comentários (<i>In:</i> Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais)	Vânia Carvalho de Araújo
Estágio Supervisionado na Educação Infantil: algumas reflexões (<i>In:</i> A prática de ensino e o estágio curricular no curso de pedagogia: desafios e possibilidades)	Rogério Drago, Jair Ronchi Filho
Meta 1 - Reafirmando o direito à Educação Infantil (<i>In:</i> Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024)	Valdete Côco , Raquel Gonçalves Salgado

Conversas sobre escritas de professores (<i>In</i> : Escritas de formação docente: experiências do Programa de Formação de Professores e Pedagogos do Ensino Médio (PNEM) no Espírito Santo)	Valdete Côco
Projeto “Contos que encantam”: uma prática de incentivo à leitura e contação de histórias (<i>In</i> : Competência em informação e narrativa numa sociedade conectada por redes)	Meri Nadia Marques Gerlin, Iguatemi Santos Rangel
Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para o campo do currículo e da formação de professores (<i>In</i> : Construção de ecologias de saberes e práticas: diálogos com Boaventura de Sousa Santos)	Iguatemi Santos Rangel
O golpe de Estado e a Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio do esvaziamento curricular das escolas públicas no Brasil (<i>In</i> : Política educacional e dilemas do ensino em tempo de crise: juventude, currículo, reformas do ensino e formação de professores)	Ana Carolina Galvão , Vinícius Oliveira Machado, Leonardo Docena Pina
Dermeval Saviani: produção acadêmica e história de uma vida dedicada à Educação (<i>In</i> : Pedagogia histórico-crítica: legado e perspectivas)	Carolina Nozella Gama, Ana Carolina Galvão
A produção acadêmica sobre avaliação da aprendizagem na Educação Infantil: considerações à luz da pedagogia histórico-crítica (<i>In</i> : Educação como forma de socialização)	Ana Carolina Galvão , Tainara Pereira Castro
Análise histórico-crítica de concepções de educadoras sobre suas práticas pedagógicas (<i>In</i> : Bases teóricas e práticas da Educação brasileira)	Ana Carolina Galvão , Reyssa Carvalho Brasil
Memórias e narrativas: olhar reflexivo de um programa de formação de professores do Ensino Médio (<i>In</i> : Escritas de formação docente: experiências do Programa de	Rosali Rauta Siller , Silvia Fontana Barros Aguiar

Formação de Professores e Pedagogos do Ensino Médio – PNEM no Espírito Santo)	
Formação, práticas pedagógicas e docentes: uma análise das narrativas dos professores sobre o Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (<i>In: Escritas de formação docente: experiências do Programa de Formação de Professores e Pedagogos do Ensino Médio – PNEM no Espírito Santo</i>)	Rosali Rauta Siller, Eduardo Medeiros Martins, Swami Cordeiro Bérgamo
2019	
Título	Autoria
Livro de resumos X Ciclo Hannah Arendt - A felicidade pública (<i>In: Infância e cidade: um diálogo com Hannah Arendt</i>)	Vânia Carvalho de Araújo
Educação escolar e democracia em tempos de Escola sem Partido (<i>In: Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise</i>)	Juliana Pereira Rageteles Gomes, Ana Carolina Galvão
Políticas educacionais, educação escolar e educação do campo (<i>In: Políticas “públicas” e educação rural no contexto da América Latina</i>)	Ana Carolina Galvão, Tiago Nicola Lavoura
Netos e avós pomeranos: experiências intergeracionais em espaços comuns na cidade (<i>In: Por uma luta em defesa dos direitos das crianças: idades e diversidades</i>)	Rosali Rauta Siller, Vânia Carvalho de Araújo
2020	
Título	Autoria
A comunidade ampliada de pesquisa como dispositivo metodológico em investigações participativas (<i>In: Tessituras do pesquisar-intervir com comissões de saúde no trabalho em educação</i>)	Jair Ronchi Filho, Cristiana Mara Bonaldi, Marie Julie Braga Ferreira, Jaddh Yasmin Malta Cardoso, Magda Ribeiro de Castro
Práticas desmedicalizantes em educação e saúde no município de Vitória – ES: possibilidades da extensão universitária	Elizabeth Bassani, Jair Ronchi Filho, Simone Cardoso Lisboa Pereira

(<i>In</i> : Discussões sobre os aspectos educacionais no Brasil.)	
Com referenciais bakhtinianos, reflexões sobre pesquisa na formação de professores (<i>In</i> : Formação de professores e trabalho educativo em pesquisa: perspectivas teóricas e metodologias)	Valdete Côco
Direitos das crianças, universidades e formação de professores: reflexões iniciais (<i>In</i> : A defesa dos direitos da criança: uma luta sem fronteiras)	Valdete Côco
Docência da Educação Infantil: desafios no início da carreira (<i>In</i> : A iniciação à docência na Educação Básica: dilemas, desafios e aprendizagens profissionais)	Valdete Côco, Valéria Menassa Zucolotto
Linguagem, escolarização e trabalho (<i>In</i> : Cultura, dialética e hegemonia: pesquisas em Educação)	Valdete Côco, Angela Scalabrin Coutinho
Formação inicial de professores para o campo da Educação Infantil: tensões com o campo de trabalho (<i>In</i> : Formação de professores: entre a esperança e a pandemia)	Valdete Côco, Angela Scalabrin Coutinho
O racismo também brinca de boneca: currículo e relações étnico-raciais na Educação Infantil (<i>In</i> : Currículo, docência e processos culturais)	Iguatemi Santos Rangel, Izaionara Cosmea Jadjesky, Ramiro Esdras Carneiro Batista
Covid-19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada (<i>In</i> : Pandemias e pandemônio no Brasil)	Junia Claudia de Mattos Zaidan, Ana Carolina Galvão
Contribuições da periodização histórico-cultural do desenvolvimento para o trabalho pedagógico histórico-crítico (<i>In</i> : Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice)	Ana Carolina Galvão, Maria Cláudia da Silva Saccomani

Contribuições para os fundamentos teóricos da prática pedagógica histórico-crítica (<i>In: Infância e pedagogia histórico-crítica</i>)	Ana Carolina Galvão
Geografia crítica, pedagogia histórico-crítica e o currículo escolar de geografia (<i>In: Crítica, trabalho e políticas educacionais no cenário do capitalismo mundializado</i>)	Pauliane Gonçalves Moraes, Ana Carolina Galvão
Como educar em tempos de barbárie? O caráter humanizador da educação (<i>In: Materialismo histórico-dialético e a psicologia histórico-cultural: refletindo sobre as contradições no interior do capitalismo</i>)	Ana Carolina Galvão
Prefácio (<i>In: Vigotski: teoria e prática</i>)	Rosalí Rauta Siller
2021	
Título	Autoria
Intervenção pedagógica e brincadeira entre a criança com autismo e seus pares: uma experiência de formação inicial de professores (<i>In: Intervenção pedagógica e brincadeiras entre a criança com autismo e seus pares: uma experiência de formação inicial de professores</i>)	Ivone Martins de Oliveira, Giovanna Cristina Rodrigues Neves, Jair Ronchi Filho
Educação popular e resistência em Regência Augusta após o crime ambiental (<i>In: Educação pobreza e desigualdade social: trajetórias escolares</i>)	Iguatemi Santos Rangel, Tiago Cau Marques
40 anos da pedagogia histórico-crítica: o trabalho educativo como resistência ativa (<i>In: Pedagogia histórico-crítica: 40 anos de luta por escola e democracia – volume 1</i>)	Ana Carolina Galvão, Cláudio de Lira Santos Júnior, Larissa Quachio Costa, Tiago Nicola Lavoura
Fundamentos da didática histórico-crítica: superando limites e recolocando desafios (<i>In: Pedagogia histórico-crítica: 40 anos de luta por escola e democracia – volume 1</i>)	Tiago Nicola Lavoura, Ana Carolina Galvão

<p>Um elogio à memória e um ato de resistência (<i>In: Pedagogia histórico-crítica: 40 anos de luta por escola e democracia – volume 2</i>)</p>	<p>Ana Carolina Galvão, Cláudio de Lira Santos Júnior, Larissa Quachio Costa, Tiago Nicola Lavoura</p>
<p>Aspectos pedagógicos da implantação do “ensino” remoto na Ufes (<i>In: Trabalho remoto na Ufes – caderno 2: percepções sobre o trabalho/ensino remoto e saúde na pandemia</i>)</p>	<p>Ana Carolina Galvão, Fernanda de Araújo Binatti Chiote, Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares</p>
<p>Educação Infantil em tempos de “ensino” e trabalho remotos: o funcionamento do Centro de Educação Infantil Criarte/Ufes (<i>In: Trabalho remoto na Ufes – caderno 2: percepções sobre o trabalho/ensino remoto e saúde na pandemia</i>)</p>	<p>Fernanda de Araújo Binatti Chiote, Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares, Ana Carolina Galvão</p>
<p>Gestão sindical, pandemia e a luta por uma universidade democrática (<i>In: Gestão sindical, pandemia e a luta por uma universidade democrática</i>)</p>	<p>Ana Carolina Galvão, Junia Claudia de Mattos Zaidan</p>
<p>As relações entre conhecimento, método e didática na pedagogia histórico-crítica (<i>In: Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora</i>)</p>	<p>Tiago Nicola Lavoura, Ana Carolina Galvão</p>
<p>Experiências curriculares dos municípios de Cascavel (PR) e Bauru (SP): a pedagogia histórico-crítica como referência para o ensino de Geografia (<i>In: A pedagogia histórico-crítica e a defesa da educação pública</i>)</p>	<p>Pauliane Gonçalves Moraes, Ana Carolina Galvão</p>
<p>O ensino remoto na Educação Infantil: os impactos na vida e nas práticas dos docentes (<i>In: Educação como processo de resistência</i>)</p>	<p>Juliany das Neves Santos Pereira, Karina Alberto Miranda Rangel, Marília Ferreira Neves da Silva, Rosali Rauta Siller</p>
<p>Infâncias migrantes, territorialidades e interseccionalidades (<i>In: Sociologia da infância no Brasil II em tempos de</i></p>	<p>Rosali Rauta Siller</p>

<p>pandemia e necropolítica: pedagogias descolonizadoras reinventando novas formas de vida)</p>	
2022	
Título	Autoria
<p>A formação de professores na Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (<i>In: Educação Profissional e Tecnológica</i>)</p>	<p>Bárbara Ferreira Matias Bianch, Valdete Côco</p>
<p>Resultados da pesquisa com docentes em exercício por centro de ensino (<i>In: Trabalho remoto na Ufes – caderno 3: impactos da pandemia sobre docentes aposentadas/os e em exercício</i>)</p>	<p>Alexandre Cardoso da Cunha, Ana Carolina Galvão</p>
<p>As relações entre trabalho e linguagem: questões sobre o desenvolvimento humano e os processos educativos (<i>In: Alfabetização e humanização: a apropriação inicial da escrita sob bases histórico-culturais</i>)</p>	<p>Adalgiza Gonçalves Gobbi, Ana Carolina Galvão</p>

Quadro 3: Livros publicados, organizados ou editados

2019	
Título	Autoria
<p>Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise</p>	<p>Ana Carolina Galvão, Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan, Wilberth Salgueiro</p>
<p>Fundamentos da didática histórico-crítica</p>	<p>Ligia Marcia Martins, Tiago Nicola Lavoura, Ana Carolina Galvão</p>
<p>Mulheres pomeranas: vozes silenciadas</p>	<p>Rosali Rauta Siller, Josiane Plaster Arnholz, Claudete Beise Ulrich, Gerda Foerste, Erineu Foerste, Ismael Tressmann</p>
2020	
Título	Autoria
<p>Infância e Pedagogia histórico-crítica</p>	<p>Ana Carolina Galvão</p>

A Ufes e o ensino remoto em tempos de pandemia	Aline Bregonci, Ana Carolina Galvão , Edna Oliveira, Fabíola Alves Coutinho Gava, Fernanda Binatti Chiotte, Gaspar Paz, Henrique José Rodrigues, Juliana Iglesias Melim, Junia Claudia de Mattos Zaidan, Luciana P. R. G. Soares, Silvanete Pereira, Sonia Lopes Victor
Trabalho remoto na Ufes: caderno 1	Alexandre Cardoso da Cunha, Ana Carolina Galvão , Dulcinea Sarmiento Rosemberg, Livia de Cássia Godoi Moraes, Maria Elizabeth Barros de Barros
2021	
Título	Autoria
Pedagogia histórico-crítica: 40 Anos de luta por escola e democracia (Volume 2)	Ana Carolina Galvão , Cláudio de Lira Santos Júnior, Larissa Quachio Costa, Tiago Nicola Lavoura
Pedagogia histórico-crítica: 40 anos de luta por escola e democracia (Volume 1)	Ana Carolina Galvão , Cláudio de Lira Santos Júnior, Larissa Quachio Costa, Tiago Nicola Lavoura
2022	
Título	Autoria
A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas instituições federais de Ensino Superior	André R. V. V. Pereira, Junia Claudia de Mattos Zaidan, Ana Carolina Galvão

Considerações finais

Na historicidade dos sujeitos, finalizamos o texto questionando-nos: para onde queremos caminhar nos próximos 25 anos? Em quais enfrentamentos levantaremos o *standard* do Nedi? Reforçamos nossa confiança de que a socialização da produção coletiva do Nedi em sua trajetória de 25 anos de luta e resistência significa a ampliação do diálogo e do debate acerca das infâncias,

da Educação Infantil e das políticas públicas voltadas à educação das crianças e das infâncias.

Referências

Arendt, Hannah. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Brasil. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11 maio 2022.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília, 1998.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 jun. 2022.

Brasil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 maio 2022.

Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Lüdke, Menga & André, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Rio de Janeiro: EPU, 2015.

Araújo, Vania Carvalho. *A impermeabilidade das "políticas" destinadas às crianças: por uma necessária ressemantização do direito*. Educação revista quadrimestral. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 405-412, set.-dez. 2017.

Proposta pedagógica da Educação Infantil: uma experiência compartilhada¹

Vânia Carvalho Araújo

Notas introdutórias

As histórias que contamos, recontamos e transmitimos uns aos outros são tendas sob as quais nos reunimos, estandartes a seguir em batalha, cordas indestrutíveis para ligar os vivos e os mortos, e a trama destas vastas teias ao longo dos séculos e culturas ligam-nos fortemente uns aos outros e à história, guiando-nos através das gerações. (Donna Tartt, 2020).

No decorrer de seus 25 anos de existência, o Núcleo de Educação Infantil participou de vários eventos, organizou seminários, acolheu demandas de instituições, municípios e movimentos sociais. Seja por meio de uma ampla representação, seja endereçado a algum professor, as diferentes formas de participação carregavam consigo uma trajetória acumulada há anos de lutas pela Educação Infantil. A experiência a seguir é uma prova incontestável do quanto precisamos usar a coragem como uma virtude pública, um “estandarte a seguir em batalhas”. Coragem de inaugurar ações compartilhadas que reafirmem uma aposta ético-política com todos, para todos e a partir de todos. Embora transcorridos quatorze anos de sua realização, retomar o processo de elaboração da Proposta Pedagógica da Educação Infantil do município de Vila Velha/ES (agosto de 2007 a novembro de 2008) é um esforço de não deixar de tomar o passado como autoridade, como um registro de iniciativas humanas, uma referência a nos

¹ Meus profundos agradecimentos à Fabiola Trancoso de Carvalho Gambarini (ex-coordenadora da Equipe de Educação Infantil) e Zinia Fraga Intra (membro da Equipe Coordenadora), pela experiência compartilhada e rememorada.

ajudar a preservar a ação do esquecimento e a garantir a liberdade pública como a possibilidade de instaurar novidade no mundo (ARENDT, 2020). Mundo no sentido de algo que compartilhamos.

Alargar os modos de participação dos diferentes atores imbricados na e com a oferta da Educação Infantil com qualidade socialmente referenciada exige um reconhecimento de que todos são corresponsáveis por um projeto pedagógico que não obstante as formas de interação dos diferentes atores nesse processo, diz respeito a um patrimônio comum que deve ser compartilhado a diferentes gerações, transcendendo-o ao seu próprio tempo; uma experiência pública cujos desafios não eximem a responsabilidade direta do Estado, mas trazem as evidências de um projeto pedagógico que deve ser percebido como um direito social alargado, como um dispositivo para se compreender melhor as implicações da Educação Infantil na vida das crianças e na sociedade; de como operam os simulacros da participação na gestão da educação e quais conflitos e desafios estão em jogo.

São muitas as experiências que se propõem implementar políticas para o campo da Educação Infantil. Não obstante a importância dessas iniciativas que há décadas percorrem as administrações públicas, podemos afirmar que ainda é tímida a participação ativa dos diferentes sujeitos nesse processo, o que coloca em xeque o próprio sentido da política como espaço da deliberação conjunta e compartilhada (ARENDT, 2020).

A garantia de novos espaços democráticos que possibilitam uma interlocução pública não prescinde da pluralidade humana, pluralidade esta atravessada pela multiplicidade de razões, interesses e valores que se manifestam por meio das ações e opiniões de cada um. Se essa pluralidade é negada, dissolve-se toda e qualquer possibilidade de construir um mundo público compartilhado, pois, como afirma Hannah Arendt (2020), o espaço público só é possível de ser construído quando a ação e a palavra de cada um podem ser reconhecidas e legitimadas como algo dotado de significação para a construção de uma esfera pública compartilhada. Para Arendt, ser cidadão significa tomar parte dos

processos de decisão. Portanto, a cidadania diz respeito a uma condição de pertencimento.

Para Arendt (2002), a política trata da convivência entre diferentes, “[...] a política surge no intra-espço e se estabelece como relação”. Portanto, concebida como uma experiência intersubjetiva, a política não nega, mas transcende o que cada um é na esfera privada, isso significa que a política não é da natureza do humano, mas do agir humano. Não há na política nenhuma essência anterior que a determina, pois é uma forma de viver juntos, onde as questões públicas são mediatizadas pela palavra, pelo diálogo no plural. “Política não é do campo do arbitrário, mas da intersubjetividade, persuasão e consentimento” (AGUIAR, 2009, p. 166).

A originalidade do pensamento arendtiano nos faz problematizar a natureza das questões que se armam em torno dos processos de participação normalmente pensados pelas administrações públicas. Esses processos, muitas vezes pautados em uma lógica que descredencia determinados tipos de sujeitos por não considerá-los dignos de participação, são exemplos típicos que modelam as formas como as instituições, inclusive as educativas, se organizam para efetivar estratégias que dizem respeito aos modos de decisão em torno de projetos educacionais. Inviabilizar a participação de indivíduos por não corresponderem a critérios previamente instituídos, traduz muito das regras culturais fundadas em um padrão que condiciona ou não a participação em função da condição de classe, gênero, raça, idade, grau de escolaridade, etc. Se essas premissas desmobilizam a dimensão pública, outras insurgem como exigência ética de fazer valer um pertencimento cívico que busca romper com os processos de hierarquização e discriminação que se processam nas relações entre os indivíduos e nas práticas de elaboração das chamadas “políticas públicas”. Dumont, *apud* Telles (2001, p. 73), destaca a tensão que existe numa sociedade que “[...] se pensa através dos valores da igualdade, mas que se estrutura (ou tende a se estruturar) no âmbito das interações sociais, na lógica das distinções hierárquicas que atribuem critérios de valor às diferenças visíveis entre os

indivíduos [...]”. Inspirada em Arendt, Telles (1999, p. 60) ressalta: “Ter direitos significa [...] pertencer a uma comunidade política na qual as ações e opiniões de cada um encontram lugar na condução dos negócios humanos”.

Em uma sociedade tornada pública pela regulamentação estatal, torna-se desafiador a criação de espaços públicos de participação que levem em conta a palavra, a opinião de cada um. Foi com esse intento que a elaboração da *Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Município de Vila Velha/ES* se apresentou como uma aposta ético-política legitimada com a ação conjunta de diferentes atores: professores, pedagogos, gestores escolares, crianças, famílias e demais categorias profissionais, tais como merendeiras, assistentes administrativos e vigilantes que atuavam na Educação Infantil. Este relato, portanto, é síntese de um movimento muito mais rico e amplo ocorrido durante 16 meses de trabalho conjunto, cuja potencialidade de sua repercussão junto à rede municipal de educação do município de Vila Velha no ano de 2007/2008 coloca em relevo a perspectiva da responsabilidade pública como forma de romper com os automatismos da experiência pedagógica e com as estratégias arbitrárias, hierárquicas e corporativistas ainda presentes no processo de formulação e implementação de políticas no âmbito da educação.

Em busca de uma experiência pública compartilhada

Com a entrada de um novo governo no município de Vila Velha em 2001, um conjunto de ações se configuraram no âmbito da educação com a reforma e construção de novas escolas, realização do primeiro concurso público para professores de educação infantil, ampliação de espaços para debates e trocas de experiências por meio de seminários, etc. Esse pujante movimento desencadeou uma expectativa quanto à necessidade de elaboração de uma proposta pedagógica para a educação infantil, já que as instituições assim demandavam. Iniciar uma perspectiva de trabalho com vistas à elaboração da *Proposta Pedagógica da Educação Infantil*

em um dos municípios mais populosos do estado do Espírito Santo exigiu o enfrentamento de uma institucionalidade historicamente atrelada às decisões de pequenos grupos. Diante de tal desafio, a pergunta inicial era como encontrar formas de participação coletiva colocando em cena a construção de parâmetros mais igualitários de ação? A deliberação conjunta em torno da Educação Infantil exigia consolidar redes de sociabilidades ainda tênues e isso significava imprimir uma nova configuração à participação para além dos círculos restritos à secretaria de educação.

Era necessário resistir a uma dinâmica de trabalho onde o saber acadêmico transformou-se em peça obrigatória de legitimação das políticas, ainda que regido por uma metodologia nem sempre democrática por excluir a maioria do processo de participação. A contrapelo de uma prática comumente institucionalizada, a assessoria de uma pesquisadora da Universidade ganharia um outro *status* ao propor um horizonte dialógico e plural em contraste com os mecanismos que dissolvem qualquer possibilidade de equalização das oportunidades com vistas ao bem comum. Para Arendt (2002), “a educação é uma questão política de primeira grandeza, portanto, diz respeito a todos nós.

A institucionalidade requerida em torno do processo de elaboração da Proposta Pedagógica demandou a criação de uma equipe nomeada de “Grupo Sistematizador” cuja responsabilidade era refletir sobre as estratégias utilizadas nas diferentes etapas de elaboração e discussão da Proposta Pedagógica; sistematizar as ideias, debates e sugestões decorrentes dos encontros com as diferentes categorias de representantes; criar canais de comunicação mais efetivos entre a secretaria de educação e os participantes; realizar estudos semanais sobre temas comuns ao campo da Educação Infantil. O Grupo Sistematizador deveria assumir uma condição diferenciada na condução do processo como forma de garantir a sua institucionalidade e implementação. Era composto por membros da coordenação municipal da Educação Infantil, pedagogos, gestores e professores representantes das instituições. O encontro de profissionais com distintas etapas de

formação colocava em relevo a necessidade de uma experiência cuja convivência plural possibilitasse superar quaisquer formas de homogeneização e massificação das relações. Não bastava estar juntos, era necessário criar horizontes comuns de reflexão e ação, conviver com divergências declaradas ou não, superar algumas contradições teóricas acerca da Educação Infantil. Conforme destaca Nascimento (2008, p. 58) “Política é uma dimensão da vida humana que acontece quando os homens são capazes de afirmar um ‘nós’ como unidade de referência da convivência plural”.

Fotografias 1 e 2: Encontros de trabalho Equipe Sistematizadora



Fonte: Arquivo pessoal

Se os pressupostos teóricos e as discussões travadas no âmbito do Grupo Sistematizador sustentavam e inspiravam os possíveis caminhos a trilhar, a realização dos Fóruns Municipais estabeleceu-se como uma estratégia importante. Após meses de encontros de estudos e discussão sobre como garantir a presença dos diferentes atores e a participação nos fóruns via representação das instituições, constituiu-se em um espaço-referência da fala e da ação conjunta, pois por meio dele podia-se vislumbrar formatos de diálogo para além dos tradicionais estratégias de representação e interlocução pública. Se o objetivo era motivar uma prática discursiva mais plural, em cada fórum levou-se em consideração as distintas representações: magistério (professores, pedagogos, diretores e auxiliares de turma); técnico-administrativo e profissionais terceirizados (merendeiras, auxiliares de serviços gerais, seguranças, auxiliares de secretaria; família (pais, mães e/ou

responsáveis pelas crianças; crianças (representantes das instituições com cinco e seis anos de idade). Realizados em momentos diferenciados para cada grupo de representantes, aos adultos foi apresentado um panorama da educação municipal e alguns dos desafios que se colocavam ao campo da Educação Infantil, dentre os quais, a elaboração de uma Proposta Pedagógica que possibilitasse um sentido comum do trabalho a ser realizado. Às crianças, outras formas de participação foram enredadas no sentido de potencializar a participação segundo as peculiaridades das culturas infantis.

Para as categorias representadas nos fóruns municipais foram lançadas as seguintes questões para o debate: o que deveria contemplar uma Proposta Pedagógica da Educação Infantil? Como deveria ser a sua formatação? Como garantir as proposições dos representantes das instituições participantes nos fóruns? Como deveria ser o processo de sistematização e a discussão e o aprofundamento da Proposta junto às unidades da Educação Infantil? Como transformar os encontros e debates em um processo de formação continuada? Além dessas questões iniciais, foram considerados três eixos de discussão: quanto ao sentido da Proposta Pedagógica; quanto à formatação da Proposta; quanto aos temas a serem contemplados na Proposta. Em um contexto onde as famílias são chamadas a uma participação no acompanhamento do trabalho realizado com seus filhos no interior das instituições e determinadas categorias profissionais sequer são reconhecidas como sujeitos válidos na construção de uma esfera pública compartilhada, a extensão do convite aos diferentes profissionais da educação infantil já apontava um movimento peculiar.

A Educação Infantil de Vila Velha já vinha acumulando experiências de formação continuada. Ter como referência tais experiências era uma forma de referendar uma história que deveria articular-se a outras histórias a serem tecidas no decorrer do processo de discussão e elaboração da Proposta Pedagógica. O perfil dos profissionais colocava em destaque um processo desafiador de interlocução pública, pois em seu quadro funcional

também contava com profissionais contratados temporariamente, profissionais efetivos com formação no ensino fundamental e profissionais exercendo serviços terceirizados. Esse quadro, além de demonstrar uma realidade complexa e multifacetada, colocava em evidência um contexto eivado de contradições, seja pelas condições precárias de trabalho de algumas categorias profissionais, seja pela ausência de bases mais comuns de trabalho na Educação Infantil.

A exigência por novos processos de formação continuada; a demanda por construção e reformas das instituições de Educação Infantil; a urgência de realização de concurso público para profissionais do magistério e valorização salarial, dentre outras questões apontadas, tinham relação direta com as experiências vividas no cotidiano da Educação Infantil. Aquela realidade manifesta no coletivo não podia configurar-se como um acontecimento estranho ao processo de formulação da Proposta Pedagógica, mas, sim, uma referência ético-política que emoldurava o sentido e a dimensão pública daquilo que estava sendo construído conjuntamente. Se não foi possível resolver os problemas apontados e nem incorporar ao texto todas as ideias anunciadas nos diferentes fóruns, ao menos foi possível testemunhar uma experiência cujos valores e práticas foram compartilhados, acenando que a política como acontecimento histórico requer que sejamos cúmplices e corresponsáveis de um mundo comum, mundo este que é destituído quando os interesses privados se sobrepõem aos interesses comuns e públicos.

O direito das crianças à participação

As crianças também foram convidadas a participar ativamente do processo de elaboração da Proposta Pedagógica. Seu reconhecimento como sujeito de direitos pressupunha manifestar suas opiniões e expectativas sobre a Educação Infantil. Conforme destaca Fernandes (2009, p. 303), “O direito à opinião implica a existência de espaços de escuta das crianças, de comunicação, de

diálogo, para os quais confluem as intersubjetividades daqueles que falam e daqueles que ouvem e nos quais se reconstróem interpretações da realidade social desses actores”. Ao afirmar que a participação não se restringe ao poder do voto, Sarmiento (2007, p. 37) ressalta o quanto uma concepção liberal de política tem recusado o estatuto político às crianças. Desse modo, afirma que “[...] o confinamento da infância a um espaço social condicionado e controlado pelos adultos produziu, como consequência, o entendimento generalizado de que as crianças estão ‘naturalmente’ privadas do exercício de direitos políticos”.

Geralmente as crianças são privadas de participação na vida coletiva. Conforme destacam Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007, p. 190), “É importante [...] avaliar o sentido e as possibilidades da participação das crianças na vida social. Por ela passa não apenas a visibilização das crianças como destinatários das políticas públicas, mas a sua assunção plena como sujeitos políticos peculiares”. Dar visibilidade às crianças como sujeitos que possuem formas de expressão e comunicação distintas dos adultos, e que são capazes de interpretar o mundo segundo suas culturas infantis, era um grande passo no processo de elaboração de uma Proposta Pedagógica que não se restringisse à participação dos adultos. Assim, cada instituição de Educação Infantil realizou um trabalho de base com as crianças de modo a informá-las e envolvê-las sobre o movimento que toda a rede municipal estava vivendo naquele período, ou seja, também as crianças deveriam ser copartícipes de um processo em que estão diretamente implicadas. A criação de espaços de debates e mobilização junto às crianças tinha por objetivo despertar outras formas de fazê-las compreender as próprias experiências no cotidiano da instituição. Não se tratava, portanto, de uma preparação artificial para a participação no fórum municipal das crianças, mas de uma formação sobre os processos de elaboração conjunta da Proposta Pedagógica em andamento; valorizando sua expressão, o modo como articulam ideias e comunicam sua percepção sobre os acontecimentos.

Fotografia 3: Registro das crianças na entrada do

Fórum Municipal das Crianças



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 4 – Plenária das crianças



Fonte: Arquivo pessoal

Como forma de ressaltar os modos peculiares de as crianças representarem o mundo e comunicar suas opiniões, cada instituição elaborou, durante semanas, metodologias distintas de encontros e debates com as crianças, utilizando-se para isso variados recursos, tais como: vídeos, rodas de conversa, desenhos, histórias, teatro, exposições de cartazes, etc. de modo a despertar, aprofundar e socializar suas curiosidades e interesses sobre a experiência que faziam na Educação Infantil. Finalizada esta etapa, deveriam escolher alguns de seus colegas para representá-las no fórum municipal. Essa representação se justificava porque o auditório onde se realizaria o fórum não comportava todas ao mesmo tempo. Ficou acordado junto ao Grupo Sistematizador que, num universo de 8000 crianças da educação infantil, as instituições deveriam privilegiar as crianças com idades entre quatro e seis anos, embora muitas crianças da creche também se encontravam presentes no fórum. Conforme destaca Prout (2010, p. 35),

[...] Ainda temos muito a aprender sobre formas de permitir que as crianças falem por si próprias e de sua maneira. Com muita frequência exige-se que as crianças se ajustem às formas de participação dos adultos, quando o que é necessário são mudanças institucionais e organizacionais que facilitem e encorajem as vozes das crianças.

Do trabalho inicial de discussão com as crianças nas instituições de educação infantil à realização do fórum municipal, deu-se um período de discussão acerca da metodologia a ser utilizada com as crianças de modo a não cansá-las e motivar sua participação na socialização das propostas que traziam. Na entrada do auditório, eram recebidas com muita alegria. Cada grupo de representantes registrava a presença em um livro segundo suas possibilidades de escrita, ora escrevendo o próprio nome, ora registrando uma letra ou fazendo um desenho. Todo ambiente do auditório foi ordenado com balões, fitas coloridas, cartazes, etc. Algumas professoras, caracterizadas como

personagens da literatura infantil (fada, bruxa, princesa, mágico, etc.), conduziam todo o processo de participação no palco com músicas e poesias intercaladas com o tempo de exposição das propostas apresentadas pelas crianças.

Fotografia 5: Proposições apresentadas pelos representantes das Unidades de Educação Infantil



Fonte: Arquivo pessoal

Por meio de cartazes, desenhos, fotografias, textos escritos coletivamente, comunicaram suas propostas e sugestões às demais crianças e adultos presentes, com ênfase nos seguintes eixos propostos: “o que gostamos na Educação Infantil” e “o que não gostamos na Educação Infantil”. Falavam daquilo que tinha importância para a sua experiência na creche e na pré-escola, ou seja, reivindicavam “mais brincadeiras e brinquedos no pátio”; “aquário cheio de peixinhos”; “escola mais colorida”; “campo de futebol”; “piscina de bolinha”; “merenda com pizza e sorvete”;

“mais tempo para brincar”; “jardins para serem cuidados pelas crianças”; “aulas de natação”; “escola mais ventilada”; “casinha de boneca e pula-pula”, “professor de balé, judô e caratê”; biblioteca com livros”; “rampa na escola”; etc. Contudo, eram capazes de evidenciar também o que não gostavam daquela experiência: “do calor da sala”; “dos mosquitos”; “da falta de brinquedos”; “da briga dos coleguinhas”; “quando a tia grita”; “de ficar longe da mãe”; “da merenda”; etc.

Um aspecto importante dessa experiência com as crianças era analisar quais implicações que suas vozes teriam na configuração da Proposta Pedagógica e nas políticas destinadas ao campo da educação. Muitas vezes, as crianças protagonizam modos de participação, mas suas vozes não reverberam nas políticas públicas e nem mesmo encontram ressonância nas práticas educativas. Conscientes dos riscos de instrumentalização das crianças no processo de participação, principalmente em um contexto de subalternização e ocultação de suas vozes frente ao predomínio da razão dos adultos, era necessário tornar público os sentidos que estavam subjacentes às formas de dizer sobre o que gostavam e o que não gostavam na Educação Infantil, pois também elas reivindicavam mais brinquedos e livros de literatura em suas instituições; espaços mais aprazíveis de brincadeiras; melhorias nas condições de infraestrutura; professoras mais afetuosas; escola mais agradável; cardápio com sabor de infância; etc. Todas as questões apresentadas pelas crianças diziam respeito o quanto a sua experiência na Educação Infantil precisava ser ressignificada, com vistas a um compromisso ético e político renovado, seja no interior das instituições, seja no âmbito das políticas públicas de educação do município. Por trás dessas “reivindicações” expressavam lógicas próprias de perceber o cotidiano. Se algumas questões apontavam para a satisfação de suas necessidades e interesses, apontavam também para a implementação de um trabalho diferenciado, cuja tônica fazia sobressair expectativas e direitos ainda não contemplados.

Após a realização dos fóruns municipais com os diferentes grupos de representantes, o Grupo Sistematizador continuou a reunir-se semanalmente com o objetivo agora de analisar todas as discussões que surgiram em torno da elaboração da Proposta Pedagógica para a Educação Infantil. Das questões apresentadas, sobressaíram: melhoria das condições de trabalho e valorização dos diferentes profissionais que atuam na educação infantil; a necessidade de afirmação da criança como sujeito de direitos; a relação entre o cuidar e o educar; a relação do trabalho com as crianças e suas famílias; formação continuada; a importância da continuidade dos debates pós fóruns municipais, garantia de planejamento e formação continuada dentro da instituição de Educação Infantil.

Fotografias 5 e 6 – Plenária do Magistério da Educação Infantil



Fonte: Arquivo pessoal

Essa última questão chamou a atenção pelas disparidades que existiam em torno do trabalho com as crianças, pois muitos temas destacados no processo de discussão precisavam ser aprofundados de modo a encontrar formas comuns de trabalho. À secretaria de educação propôs-se encontros quinzenais com diretores, pedagogas e professoras que atuavam diretamente na Educação Infantil. Esses representantes teriam a função de mobilizar suas respectivas instituições por meio de grupos de estudos garantidos em calendário escolar, de modo que cada tema apresentado nos encontros quinzenais dos representantes fosse fruto das reflexões

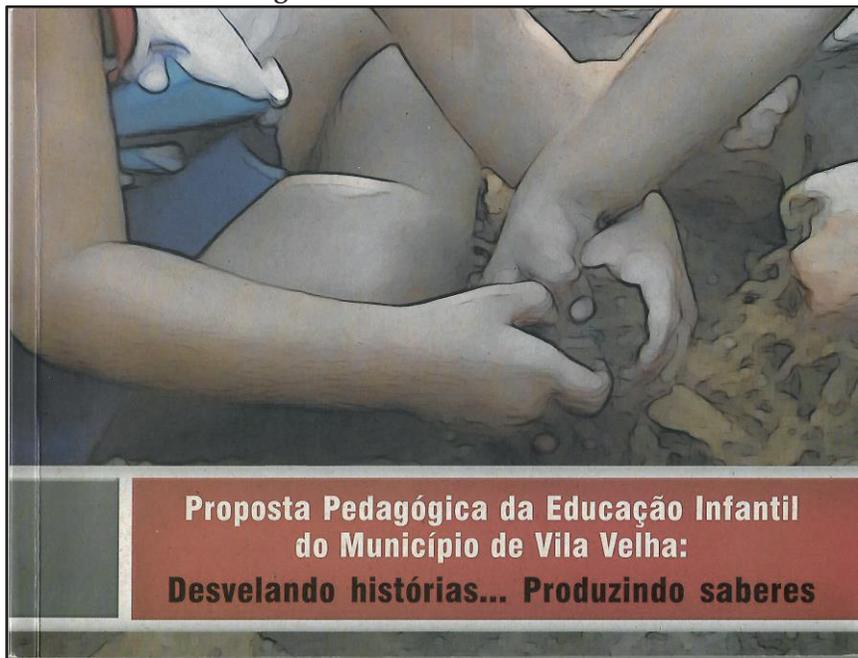
previamente discutidas e referendadas. A exposição dos temas decorrentes dos debates nas UMEI's (Unidades Municipais de Educação Infantil) tinha por objetivo socializar o acúmulo de debates realizados, mas também identificar a coerência e a contradição de seus enunciados sob o ponto de vista teórico e metodológico. Aos poucos, os encontros foram se constituindo em um espaço de formação continuada, pois se tratava de confrontar concepções, aprofundar conceitos com vistas a um projeto educativo aberto às culturas infantis, aos contextos sociais mais amplos e às demandas por direitos que se faziam presentes no contexto da Educação Infantil. Quinzenalmente, todas as instituições subsidiavam os grupos de estudos em torno de um tema indicado pelo conjunto de seus representantes, são eles: Concepção de criança e de educação infantil; práticas cotidianas na educação infantil; o brincar na educação infantil; articulação entre escola e família; inclusão; avaliação; alfabetização na educação infantil; educação física e artes na educação infantil.

A construção da Proposta Pedagógica possibilitou ao grupo sistematizador uma aproximação dos espaços escolares que constituíam as UMEI's e dos sujeitos que representavam cada instituição com o objetivo de refletir, analisar, identificar e propor caminhos. As discussões dos temas propostos para a finalização da proposta municipal, também possibilitava o debate sobre a superação de algumas contradições identificadas nas práticas pedagógicas.

Dar visibilidade a todos os processos educativos que aconteciam na Educação Infantil, conhecer as fragilidades e potencialidades de cada instituição, problematizar determinadas questões em busca de potencializar o coletivo, exercitar a capacidade de tomar decisões coletivamente, fazia emergir uma busca insistente na construção de um planejamento dialógico trazendo ricos momentos de aprendizagem para todos. Estabeleceu-se assim, uma relação de confiança e corresponsabilidade pública com a Educação Infantil. A participação nesses movimentos fortaleceu as instituições na

perspectiva de compreender suas capacidades e autoria na constituição da sua história.

Fotografia 7: Documento Finalizado



Fonte: SEMED/Vila Velha

Considerações finais

Para que a democracia seja mais do que uma promessa, torne-se indispensável uma cultura pública que possibilite a todos serem reconhecidos como sujeitos ativos na construção de um mundo compartilhado. A participação democrática no processo de elaboração da Proposta Pedagógica para a Educação Infantil no município de Vila Velha só se constituiu uma prática democrática à medida que a metodologia de trabalho se comprometeu com a superação de processos excludentes, processos esses que delimitam o lugar que cada um deve ocupar na hierarquia social.

O envolvimento dos diferentes grupos da Educação Infantil configurou-se num esforço democrático e plural em torno de um projeto educativo cujas bases se voltavam para a ressignificação de teorias e práticas que precisavam ser revisitadas sob a ótica das políticas públicas articuladas, do direito de brincar e de aprender, do reconhecimento das crianças como cidadãs ativas e produtoras de culturas, da afirmação da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. Como fruto disso, a proposta elaborada constituiu-se em um material importante de interlocução e de orientação do trabalho com as crianças.

A afirmação da educação como uma experiência compartilhada é um passo importante para compreendermos o necessário esforço em torno da busca da qualidade da educação. Isso porque destituir determinados tipos de sujeitos em função de critérios que mais excluem do que incluem é um artifício para manter à margem da experiência pública todos aqueles que a regulamentação estatal e social denomina como indivíduos desprovidos de responsabilidade perante o mundo.

Alargar os modos de participação dos diferentes atores imbricados na e com a oferta da Educação infantil, exige um reconhecimento de que todos são corresponsáveis por um projeto pedagógico como um patrimônio comum que deve ser compartilhado; uma experiência pública cujos desafios não eximem a responsabilidade direta do Estado, mas trazem as evidências de um projeto pedagógico que deve ser concebido como um direito, como um dispositivo para se compreender melhor as implicações da Educação Infantil na vida das crianças e na sociedade; de como operam os simulacros da participação na gestão da educação e quais conflitos e desafios estão em jogo; com quais critérios os recursos públicos são utilizados, etc.

Se formas democráticas e de deliberação conjunta ainda é um desafio a ser perseguido, sobretudo no campo da Educação Infantil, também o é a capacidade de os governos reconhecerem as crianças como sujeitos ativos na sociedade, ampliando as possibilidades da experiência democrática à luz da afirmação do direito.

Referências

Aguiar, Odílio Alves. *Filosofia, política e ética em Hannah Arendt*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

Arendt, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação-Geral de Educação Infantil. *Proposta pedagógica e currículo de educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise*. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1996.

Fernandes, Natália. *Infância, direitos e participação: representações, práticas e poderes*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

Nascimento, Mariângela. A esfera pública na democracia brasileira: uma reflexão arendtiana. In: Correia, Adriana; Nascimento, Mariângela. (Org.). *Hannah Arendt: entre o passado e o futuro*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2008.

Prout, Alan. Participação, políticas e as condições da infância em mudança. In: Müller, Fernanda. *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições* (Org.). São Paulo: Cortez, 2010.

Sarmiento, Manuel Jacinto; Fernandes, Natália; Tomás, Catarina. *Políticas Públicas e participação infantil*. Educação, Sociedade e Culturas, Porto, n. 25, p. 183-206, 2007.

Sarmiento, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: Vasconcellos, Vera Maria Ramos de; Sarmiento, Manuel Jacinto (Org.). *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007.

Telles, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Telles, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

Vila Velha (ES). *Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Município de Vila Velha: Desvelando histórias... Produzindo saberes*. Secretaria Municipal de Educação, Vila Velha, 2008.

Com o NEDI, vivências, aprendizados e mobilizações

Valdete Côco

Na atenção à historicidade do Núcleo de Educação Infantil (NEDI), respondo ao convite para integrar as comemorações dos seus 25 anos, no ensejo de celebrar sua trajetória de lutas, resistências e, sobretudo, realizações; de agradecer pelas aprendizagens; de partilhar alguns sentidos, movidos nos diálogos com sua institucionalidade, ações e, singularmente, com companheira(o)s de jornada. Esses propósitos instam a exercícios memorialísticos, atualizando o encontro com os objetivos postos para o núcleo, notadamente de fomento a estudos, formação, pesquisa, extensão e engajamento social, vinculados a compromissos com as infâncias e as crianças, com a Educação Infantil e com a formação de professores. Ainda que evidenciem escopos específicos, são compromissos que, nas suas interfaces, interagem com o conjunto da vida social.

Nessa perspectiva, trilhando caminhos teórico-metodológicos vinculados à compreensão da processualidade da vida, implicando atenção às (im)possibilidades de, nas interações, constituirmo-nos e nos reinventarmos como “seres fazedores e refazedores do mundo” (Freire, 1998:47), intenciono, aqui, produzir uma visão panorâmica, como caminho para reconhecer que o percurso das vivências mais particulares se efetiva em um diálogo mais ampliado (Bakhtin, 1992, 1997). Então, abordo minhas vivências com o NEDI na atenção à constituição do seu itinerário, interagindo com a conjuntura social.

Afirmando as complexas e interfaceantes relações entre os acontecimentos e os contextos (geográficos, relacionais, sociais, políticos, econômicos, ambientais, dentre outros), assinalo que a construção desse panorama caminha não no sentido de inventariar patrimônios, mas de reconhecer o NEDI como catalisador de

iniciativas que contribuem para a comunidade e, em simultâneo, fomentam os processos formativos de seus partícipes. Nesse reconhecimento, acabei por construir uma comunicação emotiva, alimentada de sentidos vivenciais (Bakhtin, 1997:95), dos procedimentos de reencontro com os arquivos pessoais e do pertencimento ao campo da formação e do trabalho docentes. Como afirma Ecléa Bosi (1994:55), o processo de lembrar não é reviver, pois mobiliza repensar as experiências do passado com nossa constituição do presente, de modo que “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição”, ou seja, com nossa percepção atualizada, incluindo a renovação de “nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor”. Assim, atualizo meu olhar sobre as vivências construídas nessa conjuntura socioeconômica marcada pela observação do agravamento da chamada crise do capital (Mészáros, 2009), as quais impactam as políticas educacionais, e registro um pouco das memórias decorrentes da proximidade com o NEDI, fundado em 1997 pela professora Vania Carvalho de Araújo.

Na observação das (re)composições do contexto de ações do NEDI, reunindo atenção à conjuntura social e mobilização de esforços por fazer comunicar suas pautas e vivificar seus objetivos, entendo minha participação na interface dos acúmulos, legados, demandas, iniciativas e, sobretudo, interlocuções. Assim, reconheço pertencimento a um amplo e complexo movimento, que nutre processualmente as marcas (re)configuradoras do NEDI e, em simultâneo, dos seus integrantes, careando vínculos, mediações mais diretas, como também intercâmbios mais ampliados.

Nessa perspectiva, com o referencial bakhtiniano, assinalo que o esforço de dizer sobre o mundo também comporta o se dizer nesse mundo, ou seja, nas pautas em que tomamos parte apresentamos um olhar situado, compartilhando um ponto de vista, dentre muitos outros possíveis. Então, na alegria de tomar parte nas comemorações dos 25 anos do NEDI, sintetizo *uma* dialogia, construída nos (des)encontros com muitas outras visões circulantes.

Em termos de organicidade, para o propósito de compor uma visão panorâmica, atendendo à solicitação de partilhar minhas vivências no NEDI, sintetizo três movimentos intercambiantes ligados à participação, a saber: colaborativo, propositivo e aliado. Busco interfacear pertencimentos, iniciativas e contextos que marcam as vivências, vivificadas nos encontros com a(o)s companheira(o)s de jornada.

Colaborar: chegar, conhecer, pertencer...

Revisitando meu currículo, lembro que iniciei a carreira docente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em novembro de 2004, trazendo vivências formativas de pertencimento à instituição – ali cursei graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação – e experiências profissionais no campo educacional, obtidas no exercício de diferentes funções e nas variadas etapas e níveis de ensino, incluindo a docência na Educação Infantil. Assumindo as atribuições de ensino, pesquisa e extensão, já em fevereiro de 2005, comecei a participar do NEDI, também integrando seu colegiado, permanecendo nessa instância até outubro de 2020.

Rememorando as energias da chegada, creio que uma vinculação inicial estava posta na área do concurso (Infância e Educação), ganhando consistência com o convite da professora Vania para integrar o núcleo – um convite vivificado no encontro com as pessoas que, generosamente, permitiram-me conhecer sua dinâmica, também atuando no apoio ao Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo (Fopeies). Além de Vania, receberam-me com maior proximidade no núcleo, os colegas Jair Ronchi Filho, Moyara Rosa Machado, Eliane Moraes de Freitas e Noélia da Silva Miranda, por meio de quem muitos outros encontros se efetivaram e, com o conhecimento progressivo das ações, pude gerar pertencimentos e, então, participar de algumas iniciativas.

Nesse sentido, a lógica da acolhida ganha duas dimensões: a primeira, institucional, de fazer parte de um coletivo de trabalho; a

segunda, de, nas ações desenvolvidas por esse coletivo, ser integrada às iniciativas. Então, nesse primeiro movimento, mais inicial, pude atuar como colaboradora de ações promovidas por colegas mais experientes, sendo incluída em reuniões, estudos, pesquisas, formações, eventos, dentre outras atividades. Como representativo do movimento de ser acolhida nas ações dos pares de trabalho, lembro da realização do II Seminário de Educação Infantil, em 2005, ano em que ingressei no NEDI. Fui incluída nessa atividade com as tarefas de integrar o grupo de organização dos anais do evento e de produzir reflexões sobre o pertencimento da Educação Infantil aos sistemas de ensino (Côco, 2005).

Tomando como exemplo o tema do evento, “A Educação Infantil em debate: questões (im)pertinentes”, recordo que, no início dos anos 2000, muitas eram as questões emergentes no campo da Educação Infantil no contexto nacional. Em especial, essas questões decorriam das proposições trazidas pela Constituição de 1998, dos confrontos com os limites impostos pelas reformas educacionais empreendidas no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ao preconizar prioridade de investimento no Ensino Fundamental (Rosemberg, 2003), assim como das expectativas em torno dos programas sociais e dos investimentos na educação no Governo Lula (2003-2010).

Nesse cenário, emergiram discussões referentes a acesso, qualidade, acompanhamento social, participação das crianças e de suas famílias, dimensões curriculares (Brasil, 1998), composição e formação dos quadros funcionais (Brasil, 1994), dentre outras. Ainda que tenham ganhado acúmulos, são questões que permanecem no horizonte da luta pelo direito à Educação Infantil para todas as crianças, sobretudo em face dos retrocessos impostos ao campo educacional brasileiro a partir da *deposição, em 2016*, da ex-presidenta do Brasil *Dilma Rousseff* (Veiga, Oliveira & Shaw, 2016).

Integrando esse contexto de lutas pela afirmação da Educação Infantil, nas muitas iniciativas do NEDI, pude vivenciar um (co)laborar, no sentido de me integrar a um labor cuja autoria se originou de um par de trabalho, ou seja, ganhei convites à parceria

de ação. Reciprocamente, muitas das minhas iniciativas também contaram com contribuições da(o)s colegas, conforme desenvolvo no próximo tópico.

Então, nesse primeiro movimento, destaco que circula no NEDI uma energia inclusiva, de acolhimento de quem chega e de chamamentos processuais, dado que muitas de suas ações são realizadas por coletivos de trabalho e suas pautas implicam lutas que demandam arregimentar forças de ação; uma energia que ganha novos contornos, conforme a (re)composição dos grupos e das pautas que urge as convocações e pertencimentos.

Na continuidade do meu percurso, muitos foram os convites recebidos e, nesta oportunidade, cabe reiterar os agradecimentos pelas parcerias (Côco, 2005, 2013a, 2013b; Côco, Reis & Oliveira, 2017), incluindo a participação nesta comemoração dos 25 anos do NEDI. Ainda assim, realço a acolhida do momento da minha chegada, porque, naquela condição de ingressante, pude agregar aprendizagens que me permitiram avançar de uma dimensão colaborativa para um segundo movimento, mais propositivo. Com isso, foi possível gerar reciprocidades e mover sentidos mais complexos na composição do (co)laborar, entendendo que o trabalhar juntos pode constituir amálgamas para fomentar novas iniciativas, compromissos, afetos e outros elementos que também nutrem o fortalecimento institucional dos espaços de pertencimento.

Propor: circunscrever iniciativas, cooperar, arregimentar...

Reunindo aprendizagens, incluindo o (re)conhecimento das iniciativas, interlocutores, demandas e espaços a serem ocupados, foi possível avançar para uma dimensão mais propositiva na participação no NEDI. Nessa condição, destaco o desenvolvimento do projeto de extensão “Criança em cena” (2006-2011), que teve como propósitos promover diálogos interdisciplinares, buscar intercâmbios e divulgar trabalhos e pesquisas. Seu desenvolvimento se deu com três dinâmicas de ação: ações

integradoras (que abarcaram palestras e mesas de discussão com temáticas selecionadas), ações focalizadas (de grupos de estudos e formação continuada) e ações voltadas a atender a demandas (tais como participação em encontros de formação, trabalhos com instituições e equipes municipais, além de parcerias no desenvolvimento de disciplinas). Assim, o projeto arregimentou forças de ação (em editais de monitorias), marcando presença no movimento de lutas por políticas públicas de qualificação da Educação Infantil (Côco, Zucolotto & Souza, 2010).

No âmbito dos estudos, destaco o desenvolvimento da pesquisa “Mapeamento da Educação Infantil do Espírito Santo (2007-2009)”, realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo. No contexto de criação, regulamentação e implementação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, a pesquisa revelou tensões nas discussões relativas ao financiamento da educação, as quais impactam, também, o desenvolvimento da Educação Infantil. A pesquisa abarcou três ações integradas: a revisão de literatura, o acompanhamento de editais de concursos públicos e a aplicação de instrumento a coordenadora(e)s da Educação Infantil e/ou secretários municipais de educação.

A partir das ideias de direito e de políticas públicas inseridas na perspectiva da cidadania, o mapeamento foi desenvolvido por um grupo de trabalho interinstitucional, tendo como focos principais a integração das instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino; a configuração do atendimento e investimento público; os processos de acompanhamento e avaliação; a formação inicial e continuada da(o)s profissionais; o fomento à pesquisa; a produção de planos municipais de Educação e/ou propostas pedagógicas e os processos de gestão. Com esses tópicos, foi possível produzir um conjunto significativo de reflexões (Siller & Côco, 2008; Côco, 2009a, 2009b, 2010b).

Cabe notar que todos os integrantes do NEDI coordenam um conjunto ampliado de iniciativas, de modo que podemos conceber o núcleo como catalisador de ações. Conforme reúne os partícipes,

o NEDI movimenta sua incidência, fortalecendo sua institucionalidade no horizonte da luta pelo fortalecimento da Educação Infantil. Então, minha autoria nas ações mencionadas foi se fazendo em meio a um conjunto mais amplo de proposições.

No âmbito das atuações requeridas pelo NEDI, assumi a coordenação em dois períodos (05/2006 a 05/2008 e 05/2009 a 09/2010), zelando pelos acúmulos e compondo minha assinatura na gestão, na observância do seu regimento organizacional e na articulação com os pares de trabalho. Nesses aprendizados, experimentei a responsabilidade de mobilizar com o coletivo do núcleo a comemoração de seus 10 anos, celebrada com um seminário, realizado em 25/10/2007. Resgato parte do que expressei na abertura desse evento, no qual, depois dos agradecimentos (aos parceiros institucionais, apoiadores e pessoas envolvidas na organização, na comissão científica e na coordenação e apoio aos trabalhos do seminário), apresentei uma síntese que destacava a potência observada no NEDI:

É importante considerar o NEDI no enraizamento progressivo que ele vai conquistando no cenário e no seu movimento interno. Todo ato criador se constrói a partir de um patrimônio, o qual ele contribui para aumentar (Elias, 1998:10). O NEDI, desde sua criação, vai se inserindo na cadeia dialógica das questões sobre a infância, atuando em ações de estudos e pesquisas no contexto acadêmico, em trabalhos e assessorias nos municípios, em projetos de extensão e eventos de formação e em ações voltadas para as políticas públicas de Educação Infantil, especialmente em parceria com o Fórum de Educação Infantil do Espírito Santo. Muito ainda há por fazer e há novas energias e novos/outros modos de fazer, mas podemos dizer que o NEDI foi se enraizando e ganhando visibilidade.

Para olhar um pouco o movimento no interior do núcleo, só posso falar como alguém que integra esse movimento. Cheguei ao NEDI há quase três anos e logo vi que trabalho é o que não falta. Imagino que aquele fogo da origem continue acendendo as 10 velinhas no nosso bolo cotidiano de saberes e fazeres, que desenvolvemos em diferentes frentes de trabalho e com variados parceiros. Tem um

trava-língua de Ricardo de Azevedo (2006) no livro “Armazém do folclore” que nos chama atenção para o tempo. Ele diz que: “O tempo perguntou pro tempo / qual o tempo que o tempo tem / o tempo respondeu pro tempo que / não tem tempo de dizer pro tempo / que o tempo do tempo / é o tempo que o tempo tem”.

Pois bem, nos nossos diferentes tempos, nem vimos o tempo passar. Parece que foi ontem que cheguei e imagino que todos estejam se lembrando de quando tudo começou. Quando vamos enumerando os projetos e ações que foram feitos é que nos damos conta que o tempo foi passando, por mais que Norbert Elias (1998), no livro “Sobre o tempo”, esclareça que temos essa impressão de que é o próprio tempo que passa, quando, na realidade, o sentimento de passagem se refere ao curso de nossa própria vida e também, possivelmente, às transformações na natureza e da sociedade. Nessa confusão de ora acharmos que o tempo é que passou, ora compreendermos que estamos indo no tempo – e não aguentar segurar o sorriso diante das fotos dos nossos primeiros tempos do núcleo – aniversário também convida à contabilidade, balanços, avaliações, reflexões e muita emoção... É uma oportunidade de riscar um itinerário projetando novas possibilidades. Uma comemoração de aniversário nos provoca a olhar para o vivido e nos interrogar sobre o futuro. Esse movimento é mobilizador, retoma a energia do momento da criação, sacode nossas rotinas e nos convida a pensar sobre os próximos anos.

Na nossa linha do tempo do vivido, no NEDI, pude experimentar chegadas, partidas, permanências, procuras, desejos, vontades e projetos. Desenvolvemos tragédias, comédias, poesias, romances, suspenses e muita ação. Trabalhamos com estudos, com indagações, com silêncios e com respostas. Tivemos descontrações e tensões nas nossas produções. Fizemos nossos compromissos, desenvolvemos nossas lutas, buscamos nosso fortalecimento e fomos acolhendo os novos parceiros que foram chegando ao longo da caminhada.

Ítalo Calvino (1990) lembra que cada um de nós é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos. Então, muito importante nesse processo foi a possibilidade de aprender com o outro e de ampliar indefinidamente nossas possibilidades de trocas. Eu destaco a possibilidade de aprender com as crianças como um dos compromissos do núcleo. Enfim, o NEDI se constitui em um lugar

de gente, o que o torna um lugar dinâmico e múltiplo, que abriga diferentes singularidades. Nesse momento quero reverenciar a todos que têm sua história ligada ao NEDI. Seja uma história mais íntima, atuando no interior do núcleo, seja de apoio às nossas ações na universidade, seja de parcerias nas atividades externas que realizamos, seja em encontros mais esporádicos, todos fazem parte dessa festa. Esses 10 anos são constituídos de tanta gente, tantos sonhos, tantas lutas... E, nessa vida de invenções, o poeta Manuel de Barros (1998) lembra que “inventar aumenta o mundo”. Eu quero, desde já, convidá-los a novas invenções, porque somos jovens e somos plurais e podemos, na solidariedade múltipla da construção, continuar riscando o itinerário do NEDI e atuando nas lutas junto à infância e à Educação Infantil (Côco, 2007).

Com essa síntese, quero ressaltar que o NEDI se mantém como um espaço de potência, renovando-se conforme agrega novos integrantes e iniciativas. Dentre as suas ações, é importante destacar o apoio ao Fopeies, vinculado ao Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), vivificando o propósito de engajamento social. Buscando retratar um pouco dessa abrangência, do período que assumi a coordenação do NEDI, resgato o registro apresentado na abertura do III Encontro Regional Sudeste do Mieib (ocorrido em 07 e 08/06/2010, na UFES):

Cumprimento os colegas da mesa, a plenária e os grupos que estão nos assistindo na transmissão em webconferência. Agradecemos por prestigiarem esse evento em que acolhemos o Encontro da Região Sudeste do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. A ideia de encontro nos remete à possibilidade de chegar, reunir, descobrir juntos, encontrar, unir, dentre outros termos vinculados à possibilidade de estar com o outro e de fazer algo junto. Nessa perspectiva de encontro, destacamos, nessa abertura, a ideia de encontro sob três perspectivas: os encontros que antecederam esse evento, esse evento como um encontro e, por fim, esse evento como fortalecedor de outros encontros.

Na primeira perspectiva, destaco os encontros que se efetivaram na articulação para que o evento se realizasse. São encontros prévios de

sustentação. Eles fizeram dialogar o movimento nacional (Mieib), os fóruns de Educação Infantil (aqui do Espírito Santo, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro), os apoiadores, os parceiros e os colaboradores. Registramos o apoio do Centro de Educação e da UFES, que abriga o Fopeies nas suas instalações, do NEDI, que sedia a Secretaria Executiva, dos municípios que fortalecem o fórum e dos demais parceiros e colaboradores que estão conosco nessa jornada. Todos estão nomeados no fôlder e vai aqui nosso agradecimento público. O registro no folder lista as instituições. Lembramos que as instituições se constituem por pessoas. Assim, a cada um e a cada uma que se fez presente nesse momento de preparação, nosso agradecimento. Nossas atas de reuniões extraordinárias e nossa lista de e-mail demonstram a movimentação que fizemos. Foram sugestões, deliberações, articulações, fala daqui, fala de lá, conversa com esse, conversa com aquele, conversa com quem conhecemos, conversa com quem não conhecemos... Queremos dizer “muito prazer” aos novos conhecidos e também aos que conhecemos de outro modo, com as responsabilidades de sediar o evento. Enfim, conversamos bastante e a conversa continua agora, nesse momento de execução do que propomos para esse encontro.

Então, chego à segunda perspectiva de encontro. Os encontros que se efetivam no evento. Lembrando que compomos um grupo com vocês aqui do auditório e com pessoas reunidas em vários grupos, assistindo em webconferência. Com a potência desses encontros, o evento busca aproximar os fóruns do Sudeste e o Movimento Nacional. Nesses dois dias de trabalho, temos como objetivos discutir a proposição e a implementação de políticas públicas para a Educação Infantil, articular as ações dos fóruns do Sudeste e ampliar as ações de cada fórum. Com isso, buscamos dar visibilidade às temáticas emergentes e às sínteses produzidas no cenário de cada fórum, para que esse encontro possa se constituir, também, como um momento propositivo. Assim, apresentações, discussões, coordenação e relatoria se associam para captar o que apontamos no enriquecimento das temáticas que tomamos como pauta no movimento da Educação Infantil – um movimento que vive mais um encontro em sua trajetória, que, a julgar pelas demandas emergentes na Educação Infantil, é uma trajetória que acena muitas potencialidades futuras.

Chego, então, à terceira perspectiva de encontro. Um encontro pode fortalecer outros encontros. Esperamos que esse evento fortaleça futuros encontros, novas metas e perspectivas de ações. Com essas três perspectivas, desejamos a todos boa estada aqui em Vitória e aqui na UFES, bom trabalho, bons encontros e que tenhamos um bom encontro com as questões da Educação Infantil. Obrigada (Côco, 2010a).

Com o resgate dessa manifestação, assinalo que a longa parceria entre o NEDI e o Fopeies contribui para manter ativa a mobilização em defesa da Educação Infantil, em especial na interação com as redes de ensino. Nesse percurso, os integrantes do NEDI são acionados a contribuir nas lutas em desenvolvimento. Das minhas vivências, lembro que representei o Fopeies em outros encontros regionais e que efetivamos parcerias para ações, estudos (Côco, 2011; Côco, Reis & Oliveira, 2017), extensão e iniciativas de formação.

Concluindo esse segundo movimento, ligado a uma atuação mais propositiva, observo que essas iniciativas permitiram a construção de uma base de comprometimentos comuns, nutrindo elos para minha atuação em outros espaços e iniciativas, com o compromisso de continuar contribuindo com o NEDI, em especial, respondendo aos seus chamamentos, conforme passo a explorar no terceiro movimento.

Aliar: nutrir as lutas comuns

No quadro em que os desafios que marcam a Educação Infantil demandam muitas frentes de atuação e em diferenciados espaços, meu percurso de participação no NEDI também integra um movimento marcado por enlaçamentos mais sutis. Como aliada, esse movimento comporta conquistar outros espaços, mantendo minha disponibilidade para eventuais chamamentos do NEDI, no horizonte do comprometimento comum de fortalecimento da Educação Infantil.

No alcance de outros projetos, destaco o desenvolvimento de Consultoria ao Projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) 914BRZ1041, realizada de

05/2013 a 05/2014. Entre as ações desse trabalho, incluímos a participação do NEDI e Fopeies em duas atividades: na primeira reunião técnica estadual (realizada em 06/11/2013), compondo a mesa “Políticas públicas de Educação Infantil e monitoramento do Proinfância no Espírito Santo” (com a participação do professor Iguatemi Santos Rangel, da UFES), e na segunda reunião técnica estadual (realizada de 09 a 11/04/2014), compondo a mesa “A docência na Educação Infantil e a política de formação” (com a participação da professora Ana Carolina Galvão Marsiglia, da UFES). Ainda nesse movimento, realço, também, o desenvolvimento das ações do Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores (Grufae), dentre as quais lembro que, no IV Seminário do grupo, evento comemorativo de seus dez anos – a partir do qual também foi organizado um dossiê intitulado “Educação Infantil: formação de professores” (Côco, Souza & Vieira, 2018) –, o NEDI foi convidado a compor a mesa de abertura.

Assim, desse lugar de desenvolvimento de outros projetos e ações, tenho cuidado de nutrir um posicionamento parceiro aos objetivos do NEDI, por vezes, endereçando convites aos seus participantes. Como aliada, também busco responder aos chamamentos, de modo que, como convidada, ministrei uma disciplina na Especialização em Docência na Educação Infantil (Côco *et al.*, 2018), participei de várias plenárias do Fopeies e integrei uma das atividades, intitulada “Desafios dos Fóruns de Educação Infantil: a intersetorialidade como foco”¹, integrante do projeto de extensão “Bebês, crianças e a formação de professora(e)s: conversas virtuais sobre Educação Infantil”.

Desse modo, com os intercambiantes movimentos colaborativo, propositivo e aliado, venho compondo minhas vivências com o NEDI, no horizonte do propósito comum de fortalecer a Educação Infantil. Na interação de aprendizagens e formas de atuação, venho me posicionando na busca por somar forças no campo da Educação Infantil, no sentido de mobilizar

¹ Conferir <https://www.youtube.com/watch?v=qeDqgO1RYOM>.

iniciativas para ações de acompanhamento (Côco, 2015; Côco, Ventorim & Alves, 2015; Côco, Galdino & Vieira, 2016; Soares & Côco, 2020), para articular reflexões frente aos desafios emergentes (Coutinho & Côco, 2020a, 2020b, 2022) e para o desenvolvimento de estudos mais focalizados, vinculados à orientação na graduação e na pós-graduação (Côco & Vieira, 2014; Côco & Alves, 2017; Almeida & Côco, 2018; Côco & Bianchi, 2020; Alves & Côco, 2020; Vieira & Côco, 2021; Côco *et al.*, 2021) e à tutoria do “Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes: Projeto Educação” (Côco, Alves & Ferreira, 2016).

Então, na composição dessa panorâmica, apresento um (o meu) ponto de vista, situado, reconhecendo a importância de outros pontos de vistas e de outras formas de ver. Nas muitas dialogias vivenciadas, máxime, agradeço as respostas dos pares, que me ajudaram a dimensionar as (im)possibilidades, instando avaliações das iniciativas e a construção dos projetos futuros. Com isso, reitero a presença de uma dimensão formadora no NEDI, sustentada no desenvolvimento das ações, careadoras de compromissos, conteúdos, formas e gestos, na direção de, por variados caminhos, manter ativa a inserção nos debates emergentes no campo da Educação Infantil.

Considerações finais

Com o NEDI, venho partilhando vivências, agregando aprendizados e compondo mobilizações em várias frentes de atuação, seja com articulações diretas, seja em um diálogo mais ampliado, somando no propósito de atuar em defesa da Educação Infantil. Nas muitas formas de (inter)agir nesse campo, cabe observar que os desafios permanecem grandiosos. Se conquistas precisam ser reconhecidas, muito ainda há por ser feito. No âmbito do direito à Educação, os estudos apontam para metas por serem atingidas, precariedades a serem superadas e, sobretudo, desigualdades a serem enfrentadas.

O tempo presente escancara a sofisticação do uso das tecnologias de aniquilação (Arrighi, 1995; Debord, 1997; Dardot & Laval, 2016; Sevcenko, 2001), com grandes impactos nas condições de existência, marcando, sobretudo, a vida das crianças. Se a degradação das condições de existência afeta a todos, um olhar atento permite observar distinções vinculadas a classe social, raça, gênero, localização geográfica e, ainda, geracional e etária. Os sofrimentos são impostos sobretudo às infâncias, porque as crianças são as maiores impactadas pela carência nas políticas públicas, violências, guerras, degradações do meio ambiente, catástrofes e demais agruras que assolam nossas conviviabilidades.

Assim, essa comemoração de 25 anos do NEDI, nas circunstâncias sociais que se impõem, atualiza os importantes compromissos do núcleo. Simultaneamente, chama à avaliação do papel de cada um, lembrando que fazemos história, imersos na conjuntura. Nos desafios do tempo presente, é importante comemorar, pois comemorações chamam aos reconhecimentos (de realizações, de seus responsáveis e dos impactos) e, com isso, podem animar para novas lutas. Nesse movimento, comemorações também fomentam indagações sobre nosso lugar no mundo em meio às disputas que marcam a negociação das (des)continuidades, apontando para questionamentos sobre o futuro e, conseqüentemente, para a elaboração de estratégias de ação.

Nessa perspectiva, para o futuro, desejo que o NEDI amplie suas realizações, mirando novas energias na luta em defesa da Educação Infantil, em articulação com a necessária e contundente defesa da justiça social e da democracia.

Referências

Almeida, Gleiciele M. de & Côco, Valdete. Trabalho docente na Educação Infantil: a participação de auxiliares de creche. *Pedagogical News*, n. 72, p. 97-117, 2018. Disponível em: <https://ciencia.lasalle.edu.co/ap/vol1/iss72/6/>. Acesso em: 31 jun. 2021.

Alves, Kallyne K. & Côco, Valdete. Indicadores do contexto brasileiro na materialização do convênio na Educação Infantil. *Eccos Revista Científica*, v. 54, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10581>. Acesso em: 31 jun. 2021.

Arrighi, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

Azevedo, Ricardo. *Dezenove poemas desengonçados*. São Paulo: Ática, 2006.

Bakhtin, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Barros, Manoel de. *Retrato de artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.

Brasil. Ministério da Educação. *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil*. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002343.pdf>. Acesso em: 31 jun. 2021.

Brasil. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. vol. 1, 2 e 3. Brasília, 1998.

Calvino, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Côco, Valdete & Bianchi, Bárbara F. M. Docência para Educação Infantil na Pedagogia: mapeamento de produções. *Filosofia e Educação*, v. 12, n. 1, p. 819-846, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8659344>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete & Vieira, Maria Nilceia de A. Contextos e práticas de avaliação na Educação Infantil. *Revista Nuances: estudos sobre Educação*, v. 25, n. 3, p. 36-55, 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3087/2705>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete & Alves, Kallyne K. Gestão da dinâmica institucional: aprendizagens formativas a partir das entradas e saídas na educação infantil. *ETD – Educação Temática Digital*, v. 19, n. 1, p. 187-209, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635586>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete. *Abertura do III Encontro Regional Sudeste do Mieib*. 07 jun. 2010a. Arquivo pessoal, circulação restrita.

Côco, Valdete. *Abertura do Seminário 10 anos do NEDI*. 25 out. 2007. Arquivo pessoal, circulação restrita.

Côco, Valdete. Conquistas, avanços, desafios e disputas na política de Educação Infantil: transformações na docência... Em nós. *In: Rangel, Iguatemi S., Nunes, Kezia R. & Côco, Valdete. (Orgs.). Educação Infantil: redes de conversações e produções de sentidos com crianças e adultos*. Petrópolis: De Petrus, 2013a. p. 181-199.

Côco, Valdete. Docência na Educação Infantil. De quem estamos falando? Com quem estamos tratando? *In: Flores, Maria Luiza R. & Albuquerque, Simone S. de (Orgs.). Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2015. p. 143-160. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0663-1.pdf>. Acesso em: 31 jun. 2021.

Côco, Valdete. Educação Infantil do campo: aproximações ao cenário do Espírito Santo. *In: Reunião Nacional da Anped, 34., 2011, Natal. Anais...*, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT03/GT03-379%20int.pdf>. Acesso em: 31 jun. 2021.

Côco, Valdete. Educação Infantil: revisitando algumas questões no cenário do pertencimento aos sistemas de ensino. *Cadernos de Pesquisa em Educação PPG*, v. 11, n. 22, p. 158-184, 2005.

Côco, Valdete *et al.* Na luta pela garantia do direito à educação: reflexões sobre a formação de professores para a Educação Infantil. *Educação e Fronteiras*, v. 8, n. 23, p. 21-34, 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/9434>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Côco, Valdete *et al.* Percursos da formação inicial em Pedagogia na legislação brasileira: desafios para a docência na Educação Infantil. *Revista Colombiana de Educación*, v. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/10811>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete. Formação continuada na Educação Infantil. *In: Reunião Nacional da Anped, 33., 2010, Rio de Janeiro. Anais...*, 2010b. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6078--Int.docx.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete. Gestão na Educação Infantil: os processos de escolha dos dirigentes das instituições. *Cadernos Anpae*, 2009b. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/345.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete. Interfaces da formação inicial com a Educação Infantil: aprendizagens recíprocas. In: Rangel, I. S., Nunes, K. R. & Côco, V. (Orgs.). *Educação Infantil: redes de conversações e produções de sentidos com crianças e adultos*. Petrópolis: De Petrus, 2013b. p. 108-122.

Côco, Valdete. Professores na Educação Infantil: inserção na carreira, espaço de atuação e formação. In: Reunião Nacional da Anped, 32., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...*, 2009a. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt08-5363-int.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete, Alves, Kallyne K. & Ferreira, Greziele C. Formação, pesquisa e extensão na inserção ao campo da Educação Infantil. *Educação Unisinos*, v. 20, p. 87-95, 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2016.201.09/5235>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete, Galdino, Luciana & Vieira, Marle Aparecida F. de O. Narrativas de formação: trabalho com memoriais na aproximação à docência na Educação Infantil. *Revista Cocar*, v. 10, n. 19, p. 121-139, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/788>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete, Reis, Marcela Lemos L. & Oliveira, Valéria M. Z. Políticas Públicas de Educação Infantil: transição de governos municipais e movimentos de articulação. In: Araújo, Vânia C. de (Org.). *Infâncias e Educação Infantil em foco*. Curitiba: CRV, 2017. p. 93-108.

Côco, Valdete, Souza, Gizele de & Vieira, Maria Nilceia de A. Apresentação do Dossiê Educação Infantil: formação de professores. *Cadernos de Pesquisa em Educação -PPGE/UFES*, v. 20, n. 47, p. 8-11, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/issue/view/922>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete, Ventorim, Silvana & Alves, Kallyne K. Políticas públicas de formação continuada na Educação Infantil. *Linguagem, Educação e Sociedade (UFPI)*, n. 32, p. 104-135, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/linguedusoc/article/view/8626>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Côco, Valdete, Zucolotto, Valéria M. & Souza, Edivânia de. O trabalho com a infância na pauta de discussões. *Intermeio (UFMS)*, v. 16, n. 32, p. 75-89, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2426>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Coutinho, Angela S. & Côco, Valdete. Educação a distância na Educação Infantil, não! Educação e cuidado com as crianças, suas famílias e profissionais docentes, sim! *Boletim Anped*, 2020a. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/educacao-distancia-na-educacao-infantil-nao-colaboracao-de-texto-por-angela-scalabrin-coutinho>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Coutinho, Angela S. & Côco, Valdete. Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia. *Práxis Educativa*, v. 15, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16266>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Coutinho, Angela S. & Côco, Valdete. Políticas de formação e políticas curriculares para a Educação Infantil: perspectivas em disputas. *Debates em Educação*, v. 14, p. 127-148, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12675>. Acesso em: 12 ago. 2022.

Dardot, Pierre & Laval, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Debord, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Elias, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

Freire, Paulo. Novos tempos, velhos problemas. In: Serbino, R. V. et al. (Orgs.). *Formação de professores*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 41-47.

Mészáros, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Rosemberg, Fúlvia. Sísifo e a Educação Infantil brasileira. *Pro-Posições*, v. 14, n. 1, p. 177-194, 2003. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2183/40-artigos-rosembergf.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Sevcenko, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Siller, Rosali R. & Côco, Valdete. O ingresso de profissionais na Educação Infantil: o que indicam os editais dos concursos públicos. In: Reunião Anual da Anped, 31., 2008, Rio de Janeiro: *Anais...*, 2008.

Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-4250-int.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Soares, Letícia C. & Côco, Valdete. Formação continuada na Educação Infantil: indicadores da produção acadêmica no Espírito Santo. *Educação e Cultura Contemporânea*, v. 17, n. 49, p. 276-306, 2020. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/5143>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Veiga, João Marcos, Oliveira, Amanda de & Shaw, Camilla. Educação Infantil: desafios e embates da área em contexto de retrocessos de políticas públicas. 28. nov. 2016, *Anped*. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/educacao-infantil-desafios-e-embates-da-area-em-contexto-de-crise-e-retrocessos-de-politicas>. Acesso em: 31 jun. 2021.

Vieira, Marle Aparecida F. de O. & Côco, Valdete. O curso Pedagogia da Terra e a formação de educadores do MST: abordagens das produções científicas. *Dialogia*, n. 39, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20625>. Acesso em: 15 mar. 2022.

A luta pela educação pública é a luta de cada dia

Ana Carolina Galvão¹

O Núcleo de Educação Infantil (NEDI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) chega aos seus 25 anos e nos convida a refletir sobre a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e presencial. Cada um desses adjetivos é fundamental para demarcar o lugar do qual falamos, tendo em vista que o sucateamento da educação da classe trabalhadora avança a passos largos, exigindo de nós a resistência viva por aquilo que acreditamos.

É interessante notar a necessidade de um número cada vez maior de adjetivos. Por exemplo, não basta falar em educação pública, mas reafirmar sua gratuidade. Além disso, em virtude da pandemia da Covid-19, que assolou o mundo a partir do início de 2020, vimos a expansão avassaladora de formatos virtuais de ensino, sendo imperativo reafirmar a nossa luta pela educação presencial, que não se separa da educação de qualidade.

Atendendo ao chamado do NEDI para contribuir com o registro de seus 25 anos apresentando minha trajetória profissional e acadêmica e minhas experiências no Núcleo, tomo a liberdade de recuar para além desse um quarto de século de sua existência. Meu primeiro emprego, aos 14 anos, foi como auxiliar em uma escola montessoriana que atendia a bebês de quatro meses até crianças de

¹ Professora do Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais do Centro de Educação (Ufes – Goiabeiras). Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes e é líder do grupo de pesquisa “Pedagogia histórico-crítica e educação escolar”. É membro do Núcleo de Educação Infantil desde 2012 e do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical da Associação dos Docentes da Ufes (Adufes-Seção Sindical, Andes-SN). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Bauru, com doutorado em Educação Escolar pela Unesp – Araraquara. Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade Estadual de Campinas.

6, 7 anos, quando ingressavam no antigo 1º grau. Lá se vão mais de 30 anos, em que, com algumas interrupções do trabalho em escolas, sempre estive ligada à Educação, em instituições particulares ou públicas, na Educação Infantil ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Concluí o curso Magistério em 1992, mas somente dez anos depois ingressei na graduação em Pedagogia, finalizada em 2005. Estudei a vida inteira em escola pública, em São Paulo. Iniciei o então 1º grau em uma escola estadual no interior do estado, no governo de Paulo Maluf (Partido Democrático Social – PDS). Depois, vieram as gestões de José Maria Marin (PDS), Franco Montoro, Orestes Quércia e Luiz Antônio Fleury Filho (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Foi durante o governo Quércia que, diante do anúncio de fechamento de turmas do período vespertino da minha escola, envolvi-me, pela primeira vez, com o movimento estudantil. No governo Fleury, durante o estágio supervisionado do curso Magistério, tive contato com escolas municipais. O secretário de educação do município de São Paulo era Paulo Freire e percebi a nítida diferença de projetos político-educacionais entre as redes de ensino municipal e estadual.

Após um período fora do meio educacional (tanto profissional como academicamente), retomei os estudos em nível superior, cursando a graduação na Universidade Estadual Paulista (Unesp), durante o primeiro governo de Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB). Nesse período, tive a oportunidade de, ao mesmo tempo, ser estudante do ensino superior público paulista e trabalhadora no Centro de Convivência Infantil (CCI) da Unesp – Bauru. Como estudantes, tivemos que lutar para a consolidação de nosso curso (nossa turma de Pedagogia foi a primeira no *campus* de Bauru), uma vez que as instalações físicas e os docentes para o curso eram insuficientes. Foi também nesse período que a Unesp expandiu seus *campi* e abriu oito novas “unidades diferenciadas” (na verdade, precarizadas), que foram objeto de atuação contundente do movimento estudantil contra a expansão, coibida por forte ação da Polícia Militar de São Paulo.

Como trabalhadora, fui contratada pelo CCI “Gente Miúda” (Unesp/Bauru), na condição de “auxiliar de recreacionista”, função para a qual se exigia apenas a conclusão do então 1º grau completo. Das recreacionistas, era exigido o diploma do então 2º grau, não necessariamente o curso Magistério.

O primeiro Regimento dos CCI da Unesp é de 1996 e, em seu Art. 7º, estavam estabelecidas as seguintes funções para execução de suas atividades: “I. Coordenador de Creche; II. Auxiliar de Enfermagem; III. Recreacionista; IV. Auxiliar de Recreacionista; V. Cozinheiro; VI. Auxiliar de Cozinha; VII. Auxiliar de Serviços Gerais; VIII. Auxiliar Administrativo” (Unesp, 1996). Em 2007, houve alteração do Regimento e, com isso, as funções passaram a ser descritas como:

I. *Supervisor* de Creche; II. *Agente de Desenvolvimento Infantil*; III. Auxiliar de Enfermagem; IV. Cozinheiro; V. Auxiliar de *Serviços Gerais (destinado para a cozinha)*; VI. Auxiliar de Serviços Gerais (*destinado para a limpeza*); VII. *Oficial Administrativo* (Unesp, 2007, grifos meus).

É interessante lembrar que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBen) data de 20 de dezembro de 1996. Em novembro de 2009 a Emenda Constitucional 59 tornou obrigatória a oferta gratuita da Educação Básica a partir dos 4 anos de idade (Brasil, 2009) e, em abril de 2013, essa alteração foi incluída na Lei 12.796 (Brasil, 2013). O primeiro regimento dos CCI da Unesp é anterior à LDBen 9.394/1996 (Brasil, 1996), pois sua divulgação ocorreu com portaria de março de 1996. Porém, tal normativa sofreu alterações em 2007, 2008, 2013 e 2015.

Enquanto na Portaria Unesp 49/1996 o Regimento dos CCI estabelece em seu Art. 1º o objetivo de “proporcionar a *prestação de serviços* necessários ao *acolhimento, ao atendimento e à socialização* de crianças de até 07 (sete) anos de idade” (Unesp, 1996, grifos meus), já em sua primeira alteração (2007), o Art. 1º da Resolução 71/2007 passa a ter redação indicativa de “atendimento *educacional* e de

cuidados a crianças de 3 meses a 5 anos e 11 meses” (Unesp, 2007, grifo meu).

Ora, por qual motivo, então, as diversas alterações realizadas no regimento nunca modificaram a nomenclatura de “Agente de Desenvolvimento Infantil” para “Professor(a)”? E por qual razão estou trazendo fatos das unidades da Unesp, neste relato de comemoração aos 25 anos do Núcleo de Educação Infantil da UFES? Porque a história do NEDI também é a história da luta pelo reconhecimento da(o)s trabalhadora(e)s da educação, tanto em sua profissionalização como em sua formação e em suas condições de trabalho. Essa peleja não é pontual, nem localizada e muito menos pode ser individualizada. Por isso, no mesmo tempo em que eu exercia uma função de “recreação” no interior de São Paulo, o NEDI já existia e trabalhava escovando a contrapelo as políticas para as infâncias. E, provavelmente por isso, quando cheguei ao Espírito Santo e à UFES, em 2011, envolvi-me com o núcleo e suas ações.

Antes disso, terminada a graduação, fui aprovada em concurso público para a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e passei a ser professora na mesma rede de ensino em que estudei por toda a minha trajetória escolar. Nesse período – governos Alckmin (PSDB), Cláudio Lembo (Partido da Frente Liberal – PFL) e José Serra (PSDB) –, tive uma experiência marcante e um desenvolvimento profissional que só foi possível com a ajuda das colegas da escola em que trabalhei (Escola Estadual Ana Rosa Zuicker D’Annunziata).

Com um salário miserável, condições precárias de trabalho, sem perspectivas de carreira e com grande exaustão física e mental, via-me à deriva frente à falta de investimentos e compromisso com a educação pública por parte dos governos – poderia dizer que, olhando com atenção para a história da educação brasileira, haverá dificuldade em reconhecer quando não estivemos em uma nau sem rumo. E, assim, mais uma vez, reporto-me ao NEDI. Lá e cá, os problemas são variações do mesmo tema. Mas, certamente, sem a rede que o NEDI ajudou a construir, de entrelaçamento das forças da Educação Básica com a universidade e com os movimentos

sociais, teríamos menos histórias relatando nossas conquistas, pois *nenhuma* vitória da classe trabalhadora se deu ou se dá sem luta.

Cheguei à pós-graduação – durante o primeiro ano, cursada em concomitância com a docência na Educação Básica. Depois, para me dedicar à elaboração da tese na modalidade de doutorado direto (por recomendação da banca examinadora do projeto de qualificação), solicitei exoneração da rede estadual de Educação Básica paulista e passei a acumular bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e aulas no ensino superior (Unesp) pela primeira vez, na condição de substituta. Atravessei o doutorado nos governos Serra, Alberto Goldman e Alckmin (todos do PSDB).

Naquele momento, em um traçado histórico, constituíram-se minha formação e profissionalização, como aluna e professora da educação pública paulista, da Educação Básica à pós-graduação. Mas não posso deixar de estar atenta a alguns fatores: minha origem de classe média, branca e sem filhos. Outros tantos elementos poderiam ser enumerados, mas apenas cito esses para salientar que para mim não foi fácil, mas que, para outra(o)s, pode ter sido ainda mais difícil, em especial para as mulheres, cuja condição acadêmica nem sempre vem como prioridade – principalmente para as mulheres pretas, cuja própria existência se tenta silenciar.

Portanto, um núcleo que se engaja pelo segmento profissional maximamente feminino – o mais desvalorizado em termos salariais e o mais desqualificado em termos profissionais –, como é o caso do NEDI, é um espaço cuja existência é obrigatória, não apenas para as trabalhadoras da Educação, mas pelos efeitos sociais que pode ajudar a repercutir na formação de gerações e gerações que se contraponham a todo tipo de preconceito e opressões e pelo direito à educação desde a primeira infância.

Aprovada em concurso público, tomei posse na UFES em fevereiro de 2011. Em 2012, comecei a participar das reuniões do

NEDI. O que faço a seguir são apenas *alguns*² destaques que trago das minhas memórias do vivido nesses anos compondo o seu Colegiado.

Ainda em 2012, assumi a coordenação do Congresso “Infância e pedagogia histórico-crítica”³, realizado pelo NEDI em junho do mesmo ano. Com o objetivo de discutir a infância sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica, o congresso pretendeu colaborar com o debate acadêmico sobre as teorias pedagógicas e contou com a realização de mesas-redondas⁴ e uma sessão de apresentação de trabalhos. Com centenas de inscritos, o evento se mostrou potente e articulado às demandas de docentes da Educação Básica e pesquisadores da UFES, o que só foi possível devido à inserção do NEDI nas redes de ensino de todo o estado do Espírito Santo.

Na mesa de abertura do evento, destaco a presença da professora Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto (Fotografia 1), vice-reitora da UFES, falecida em 2013, que abrilhantou a solenidade, não (apenas) pelo cargo que exercia, mas por tudo o que representou e ainda representa para a UFES. Recordo-me de que eu nem havia cogitado convidá-la, achando que seria muita ousadia esperar que ela estivesse em nosso evento. Mas alguém me disse que eu não podia deixar de fazer o convite. Cumpri o protocolo, um tanto sem esperança de ser atendida. Generosamente, ela participou e, como sempre, roubou a cena com seu jeito de ser: alegre, firme e contundente.

² Sublinho “alguns”, pois, desde minha vinculação ao Nedi, todos os meus projetos de pesquisa, ações de formação de professores na Educação Básica em diversas redes de ensino do país, palestras e participação em eventos sempre fizeram referência ao núcleo, em virtude da conexão entre a minha área de atuação e os temas ali debatidos. Também destaco que estou fazendo referência às atividades das quais estive à frente, como coordenadora do Nedi ou não, sendo que o núcleo não se resume a esse conjunto.

³ Conferir <http://pedagogiahistoricocritica.blogspot.com/>.

⁴ As exposições das mesas-redondas foram publicadas em livro em 2013. Conferir Galvão (2021).

Fotografia 1: Da esquerda para a direita, professoras Ana Carolina Galvão (coordenadora-geral do evento), Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto (vice-reitora), Mirian do Amaral Jonis Silva (diretora do Centro de Educação) e professor Iguatemi dos Santos Rangel (coordenador do NEDI). Junho, 2012.



Fonte: arquivo pessoal.

Em 2012, a categoria docente promoveu uma de suas maiores greves (maio a setembro), só superada (em número de dias) pela greve de 2015, da qual, infelizmente, os docentes da UFES não participaram. Foi naquela fatídica greve de 2012 que o governo federal (Dilma Rousseff, Partido dos Trabalhadores – PT) ignorou as reivindicações deliberadas pelas assembleias de base de cerca de 60 instituições federais de ensino, representadas pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes-SN) e fez acordo com o Proifes, uma recém-criada Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que representava nem dez universidades públicas. A consequência dessa negociação, comemorada pelo Proifes, foi um reajuste real apenas para os níveis superiores das carreiras (Magistério Superior

e EBTT), aumento salarial parcelado até 2015 e reordenação das carreiras por meio da Lei 12.772/2012, o que aprofundou sua desestruturação.

A data para a qual foi programado o Congresso “Infância e Pedagogia histórico-crítica” coincidia com o período do movimento paredista. Assim, a coordenação do evento submeteu à apreciação do Comando Local de Greve da Associação dos Docentes da UFES (Adufes Seção Sindical) a manutenção de sua realização. Durante a abertura do evento, foi dado espaço para que as reivindicações fossem apresentadas aos participantes do congresso, fortalecendo a mobilização em defesa da universidade, da educação pública de qualidade, o que passa por condições de trabalho, salário e carreira de servidoras e servidores.

No ano de 2016, com seu segundo mandato em curso, Dilma Rousseff (PT) sofreu um golpe jurídico-midiático-parlamentar e, em 31 de agosto daquele ano, teve seu mandato cassado. O processo teve início em 2015, levando a inúmeras manifestações pró e contra o governo Dilma entre 2015 e 2016. No Espírito Santo não foi diferente e, na UFES – de forma não institucional – docentes, servidora(e)s técnica(o)s e estudantes, com os movimentos sociais, passaram a se articular e participar das manifestações de rua e atividades organizadas contra o golpe.

Já em março de 2016 foi criado o Fórum Permanente em Defesa da Democracia e Contra o Golpe, para “discutir e propor táticas de resistência a uma conjuntura que se delineia como similar à de outros episódios nefastos ao longo da história, que ameaçaram a constituição plena de nossa república”⁵. O grupo de pesquisa “Pedagogia histórico-crítica e educação escolar”, com seus membros integrantes do NEDI, compôs o fórum, que se manteve ativo mesmo depois de consolidado o *impeachment* de Dilma, como veremos adiante.

Após ascensão de Michel Temer à presidência, no início de outubro de 2016, escolas básicas e instituições de ensino superior

⁵ Conferir <http://forumdemocraciacontraogolpenoes.weebly.com/>.

de todo o país começaram a ser ocupadas⁶. O movimento, que ficou conhecido como “Primavera secundarista”, protestava contra os projetos “Escola sem partido”, o teto de gastos públicos, o “novo” Ensino Médio, ocupando mais de mil unidades de ensino em todo o país. No Espírito Santo, cerca de 60 escolas foram ocupadas, além da UFES e do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)⁷.

De 18 a 20 de outubro de 2016, a UFES – por meio do NEDI – e o Ifes realizaram o seminário “Dermeval Saviani e a Educação brasileira: construção coletiva da pedagogia histórico-crítica”⁸, em comemoração aos 50 anos de carreira do professor Saviani⁹, projetando novos desafios teórico-práticos no campo educacional¹⁰. O evento contou com a participação de mais de cem professoras e professores da Educação Básica, especialmente em função da articulação do NEDI com o Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo (Fopeies). Certamente essa foi mais uma das diversas ocasiões em que o NEDI se colocou a serviço da classe trabalhadora e, de forma comprometida, fortaleceu a luta pela educação pública de qualidade (Fotografia 2).

⁶ A inspiração para as ocupações de 2016 foi o movimento secundarista de São Paulo, que, em 2015, ocupou centenas de escolas para protestar contra o projeto de reestruturação da rede escolar paulista, proposto por Geraldo Alckmin (PSDB). A mobilização estudantil, apesar da violenta repressão sofrida, resultou na queda do então secretário da Educação e na suspensão do plano de reorganização da rede.

⁷ Apesar da aprovação do teto de gastos (Emenda Constitucional 95/2016) e da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), devemos considerar vitoriosa a organização estudantil, uma vez que colocou em movimento um conjunto de reflexões e mobilizações fundamentais para o período seguinte.

⁸ As conferências e mesas do evento foram publicadas como dossiê pela revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação. Conferir <https://interface.org.br/edicoes/v-21-n-62-jul-set-2017/>.

⁹ A conferência de encerramento do evento, proferida pelo professor Saviani e intitulada “Da inspiração à formulação da pedagogia histórico-crítica”, está disponível no canal do Laboratório de Aprendizagem da Ufes (Laufes) na plataforma *YouTube*. Conferir <https://www.youtube.com/channel/UCckJQSdfp8N3TyiM3I2ca6A>.

¹⁰ Conferir https://ocs.ifes.edu.br/index.php/seminario_demervalsaviani/50anos.

Fotografia 2: Professora Vania Carvalho de Araújo, coordenadora do NEDI, na abertura do seminário. Outubro, 2016.



Crédito: Bruna Cortes.

Para mim, um dos momentos de maior emoção no seminário foi a entrega da homenagem ao professor Saviani, que, comovido, recebeu uma placa comemorativa de seus 50 anos de carreira dedicados à Educação brasileira (Fotografia 3).

Fotografia 3: Professora Ana Carolina Galvão entrega homenagem ao professor Dermeval Saviani¹¹. Outubro, 2016.



Crédito: Bruna Cortes.

¹¹ A fotografia foi escolhida a partir de algumas marcas visuais que considero importantes: os painéis do Nedi, do grupo de pesquisa que coordeno e do Fórum Permanente em Defesa da Democracia e Contra o Golpe, que também apoiou o evento.

Do texto publicado no dossiê da Revista Interface (Marsiglia & Cury, 2017:505), saliento trecho emblemático de nossa quadra histórica, do papel da educação escolar e da resistência necessária, com a qual o NEDI sempre esteve alinhado:

Em tempos de obscurantismo, retrocessos e fundamentalismos, com ataques frontais, diários e violentos à classe trabalhadora, comemorar o cinquentenário profissional de Dermeval Saviani é comemorar a resistência. Homenageá-lo é um ato de resistência, é uma forma de ter esperança, de partir para o embate com a certeza de que estamos trilhando o melhor caminho e procurando colaborar para a construção de um projeto de sociedade para o qual ele dedicou sua vida. Trata-se de celebrar o fato de ainda estarmos aqui, com forças para se manter a escola pública e brigando com todas as nossas condições por uma formação digna para a classe trabalhadora.

Com essas preocupações e compromissos é que, em 2017 e 2018, realizamos, com apoio do NEDI, um curso de extensão de 360 horas, intitulado “Pedagogia histórico-crítica e práticas pedagógicas”. O objetivo foi oferecer a trabalhadora(e)s da Educação Básica e estudantes de graduação e pós-graduação formação teórico-prática para a compreensão concreta do fenômeno educativo, com enfoque nas práticas pedagógicas e suas contribuições para o desenvolvimento do trabalho educativo escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Sua realização transcorreu *presencialmente*, aproveitando a vinda de docentes de outras universidades para palestras e participação em bancas que ocorriam na UFES. O curso contou com a colaboração de 14 pesquisadores¹², que enriqueceram a formação e a reflexão sobre a prática pedagógica.

¹² Participaram docentes de universidades estaduais (Santa Cruz, Maringá, Ponta Grossa, Campinas e Unesp), federais (Brasília, Bahia e São Carlos) e, ainda, a Universidade Mogi das Cruzes.

No fim de 2017, o NEDI retomou os “Colóquios de Educação Infantil” com o debate sobre o “Desenvolvimento da criança e prática pedagógica na Educação Infantil”, com a professora Juliana Campregher Pasqualini, da Unesp – Bauru (Fotografia 4). Os encontros foram coordenados pelo grupo de pesquisa “Pedagogia histórico-crítica e educação escolar” e tiveram apoio do Fopeies.

Fotografia 4: Professora Juliana C. Pasqualini, “Colóquios de Educação Infantil” do NEDI. 2017.



Fonte: arquivo pessoal.

Em 2018, assumi a coordenação do NEDI. Desse período, em primeiro lugar, destaco a parceria generosa da professora Vania Carvalho de Araújo, primeira coordenadora do NEDI (1997) e coordenadora-adjunta em meu mandato, como também em várias outras gestões – meu agradecimento à colega, pelos ensinamentos e legado que deixa às futuras gerações do NEDI! Prosseguimos com as diversas atividades que reafirmaram as posições do núcleo em defesa da educação das crianças e de suas infâncias e que atuaram para fortalecer uma formação de professores que tenha como referência os valores de uma outra escola, que é possível e que

trilhou nosso percurso. Entre essas atividades, esteve a continuidade dos “Colóquios de Educação Infantil”.

Em abril de 2018, recebemos a professora da Universidade Federal de São Carlos, Giselle Modé Magalhães (Fotografia 5) para debater o tema “Avaliação do desenvolvimento infantil: contribuições da psicologia histórico-cultural”. A discussão objetivou refletir sobre a avaliação psicológica e suas contribuições para o desenvolvimento da criança, sem instrumentos de avaliação burocratizados ou caricaturizadores dos sujeitos da Educação Infantil.

Fotografia 5: Professora Giselle Modé Magalhães, “Colóquios de Educação Infantil” do NEDI. Abril, 2018.



Fonte: arquivo pessoal.

Façamos um intervalo na sequência de Colóquios do NEDI, para lembrar alguns acontecimentos importantes de 2018 e seus desdobramentos. Podemos citar o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (Partido Socialismo e Liberdade) e seu motorista, Anderson Gomes; o arquivamento do projeto “Escola sem partido”¹³; a aprovação da Base Nacional Comum Curricular

¹³ A razão do arquivamento foi o fim da legislatura da Câmara Federal. Graças à mobilização popular e de entidades científicas, sindicais e movimentos sociais, o projeto perdeu a força que vinha acumulando desde 2015. Contudo, as

(BNCC), com fortes críticas da comunidade acadêmica e organismos de classe¹⁴; a investida do Ministério da Educação (MEC) para interferir na autonomia didático-científica das universidades, ameaçando acionar órgãos de fiscalização e controle para investigar o Professor Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (UnB), por suposta improbidade administrativa ao ofertar uma disciplina sobre o golpe de 2016. No caso desse último fato, a intenção de criminalização da atividade acadêmica sofreu forte reação e cursos similares se proliferaram, em solidariedade ao docente da UnB e, especialmente, como forma de resistência¹⁵.

À medida que as universidades preparavam suas atividades em resposta à tentativa de intimidação do MEC, tomávamos conhecimento de situações que estimulavam violência¹⁶ e pedidos

consequências das ideias do movimento “Escola sem partido”, traduzidas nos projetos de lei, já estão presentes nas salas de aula, independentemente de aprovação de lei, expressando-se em situações de assédio e perseguição. O pesquisador Fernando Penna, em reportagem publicada em dezembro de 2021, explica que “é importante entender que essa perseguição aos professores foi alimentada pelo movimento, mas extrapola a sua atuação [...] Ela está inserida na pauta da guerra cultural. Essa perseguição aos professores não termina. Uma faceta disso é que, nesse contexto de medo, o fenômeno mais danoso é a autocensura, os professores que deixaram de fazer discussões que eles consideram importantes por medo” (apud Santino & Pina, 2021).

¹⁴ Para uma leitura crítica do capítulo da BNCC dedicado à Educação Infantil, conferir Pasqualini e Martins (2020).

¹⁵ Foram ofertadas disciplinas, cursos livres, de extensão ou ciclo de palestras em diversas universidades brasileiras, estaduais (Universidade de São Paulo, Campinas, Unesp, Amazonas, Londrina, Maringá, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba e Piauí) e federais (Amazonas, Pará, Brasília Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, Sul da Bahia, Recôncavo Baiano, Sergipe, Paraíba, Campina Grande, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rural do Rio de Janeiro, Fluminense, Minas Gerais, Juiz de Fora, Viçosa, São João del-Rey, Ouro Preto, do ABC, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

¹⁶ Segundo Miguel (2019:16), “Nunca imaginei que, em minha vida de professor, teria que dar aula sob esquema de segurança – necessário, já que, em dado momento, radialistas e *youtubers* de extrema-direita (como o advogado Miguel Nagib, chefe da campanha fascista do “Escola sem partido”, e a procuradora aposentada Bia Kicis, depois de eleita deputada federal) estimulavam uma onda de violência que

de investigação sobre os cursos e seminários¹⁷. Na UFES, um grupo auto-organizado de professora(e)s planejou o curso de extensão (30 horas) “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil e na América Latina”¹⁸. Todavia, considerando a possibilidade de perseguições, violências e censura, era necessário garantir nosso respaldo institucional, o que ocorreu por meio do registro do curso na Pró-Reitoria de Extensão da UFES, tendo o NEDI como local de acolhimento da proposta, aprovada no fim de março de 2018.

O curso foi realizado de abril a junho de 2018, com envolvimento de 13 docentes de diferentes centros de ensino e oito grupos de pesquisa da UFES¹⁹. Contou, ainda, com a participação de Gaudêncio Frigotto (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), na aula inaugural (Fotografia 6), e Luis Felipe Miguel (UnB), no encerramento (Fotografia 7).

inviabilizasse o curso. Creio que este é um dos efeitos mais lamentáveis desta campanha: transformar as salas de aula em espaços de hostilidade, em vez de construção conjunta de conhecimento e de discussão franca”.

¹⁷ Por exemplo, como ocorrido na Bahia, onde o professor Carlos Zacarias, da Ufba, recebeu intimação para depor após um pedido de liminar protocolado pelo vereador Alexandre Aleluia (Democratas), que pretendia a “revisão” da disciplina ofertada pelo docente. No Rio Grande do Sul, o Ministério Público Federal (MPF) recebeu representação do deputado estadual Marcel van Hattem (Progressistas) contra a realização do curso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul solicitou a documentação da oferta do curso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul para apurar suposta violação ao princípio de pluralismo de ideias. Em Goiás, o Núcleo de Combate à Corrupção do MPF abriu investigação para apurar a oferta da disciplina pela Universidade Federal de Goiás.

¹⁸ Todas as atividades foram gravadas e estão disponíveis na *playlist* “Curso de extensão sobre o golpe de 2016”, no canal do Laufes na plataforma *YouTube*. Conferir <https://www.youtube.com/channel/UCckJQSdfp8N3TyiM3I2ca6A>.

¹⁹ Além do registro em vídeo, o grupo também publicou o livro “Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise”. Conferir Galvão, Zaidan e Salgueiro (2019).

Fotografia 6: Aula inaugural do curso de extensão sobre o golpe de 2016, com o professor Gaudêncio Frigotto. Junho, 2018.



Fonte: arquivo pessoal.

Fotografia 7: Encerramento do curso de extensão sobre o golpe de 2016. Da esquerda para a direita, professora(s) Ana Carolina Galvão, Luis Felipe Miguel e Maria Amélia Dalvi. Junho, 2018.



Fonte: arquivo pessoal.

É nesse caldo de projetos societários, marcado pelo acirramento das disputas ideológicas, crescimento político da direita e medo instaurado pelos discursos de ódio e, ainda, por violências praticadas durante as eleições presidenciais de 2018²⁰,

²⁰ Conferir Gregorio (2018).

que, em especial no segundo turno, um clima de tensão e confronto chegou às universidades. Diversas instituições foram alvo de ações policiais e de fiscais eleitorais por suposta propaganda eleitoral irregular, o que, na verdade, foi evidente tentativa de censura, contra a qual também tivemos manifestações em nossa universidade e das quais participamos, a exemplo da “Caminhada da comunidade acadêmica da UFES pela democracia, pela liberdade, contra o fascismo”, realizada em 24 de outubro de 2018, Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos (Fotografia 8).

Fotografia 8: Mobilização na UFES no Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos. 24 de outubro, 2018.



Fonte: Adufes.

Voltando aos “Colóquios de Educação Infantil”, no segundo semestre de 2018, tivemos quatro atividades. Em agosto, no evento “Considerações pedagógicas sobre o desenvolvimento da atenção em contexto escolar” (Fotografia 9), o professor Marcelo Ubiali Ferracioli, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, apresentou pesquisa sobre a formação social do desenvolvimento da atenção voluntária e as contribuições da educação escolar nesse processo. Em setembro, recebemos a professora Lígia Márcia Martins (Fotografia 10), da Unesp – Araraquara. O tema “Educação infantil e formação escolar: desafios e perspectivas na promoção do desenvolvimento”

permitiu o diálogo sobre a importância da escola na formação dos indivíduos e a reflexão sobre o ensino e a BNCC.

Fotografia 9: Professor Marcelo Ubiali Ferracioli na programação dos “Colóquios de Educação Infantil” do NEDI. Agosto, 2018.



Fonte: arquivo pessoal.

Fotografia 10: Professora Lígia Márcia Martins na programação dos “Colóquios de Educação Infantil” do NEDI. Agosto, 2018.



Fonte: arquivo pessoal.

Em 26 de outubro, dois dias depois da “Caminhada da comunidade acadêmica da UFES pela democracia, pela liberdade, contra o fascismo” e dois dias antes do segundo turno das eleições presidenciais, o NEDI promoveu seu quarto colóquio do ano,

intitulado “Práticas pedagógicas na Educação Infantil: a indisciplina e a organização do ensino destinado aos pequenos”²¹. O destaque desse evento ficou por conta do risco de intervenção. A faixa com os dizeres “Democracia, sim!”, utilizada em manifestações anteriores (ver Fotografia 9), foi emprestada ao NEDI pela Adufes e posta na mesa do evento (Fotografia 11).

Fotografia 11: Professora Célia Regina da Silva na programação dos “Colóquios de Educação Infantil” do NEDI. Outubro, 2018.



Fonte: arquivo pessoal.

Durante a fala da professora Célia, para nossa surpresa e indignação com a “caça às bruxas”, que vinha crescendo dia a dia com a aproximação do segundo turno das eleições, recebemos alerta de que, a qualquer momento, o auditório do Centro de Educação poderia ser invadido para que a faixa fosse retirada e os “responsáveis” fossem identificados. Nós, do NEDI, decidimos não interromper o evento e somente quando as falas foram encerradas é que retiramos a faixa do local.

No dia seguinte (27 de outubro), fomos às ruas no último ato realizado em Vitória (ES) antes das eleições e nos somamos às

²¹ Maria Cláudia da Silva Saccomani (à época, vinculada à Prefeitura Municipal de Jundiá-SP) e Célia Regina da Silva (à época, vinculada à Universidade Mogi das Cruzes-SP).

milhares de vozes que pediam “Ele, não!”, empunhando a faixa “Democracia, sim” (Fotografia 12).

Fotografia 12: Professoras Ana Carolina Galvão, Maria Claudia Saccomani e Célia Regina da Silva em ato de rua em Vitória. 27 de outubro, 2018.



Fonte: arquivo pessoal.

O último colóquio de 2018 aconteceu em novembro, quando recebemos o professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba) Cláudio de Lira Santos Júnior (Fotografia 13), que tratou do tema “Infância e escola da transição”, trazendo fundamentos da Educação, a relação entre Educação e movimentos sociais e os debates em torno do currículo e da gestão pedagógica da escola.

O que podemos notar, portanto, é que o NEDI, em nenhum momento da escalada de tensões e ataques contra a democracia nos anos recentes, desviou-se de suas tarefas, realizando atividades com centenas de participantes, tampouco se furtou a estar presente nas lutas, nas mobilizações. Tem em sua biografia a marca de sua participação e sua voz em momentos importantes da história nacional.

Fotografia 13: Professor Cláudio de Lira Santos Júnior na programação dos “Colóquios de Educação Infantil” do NEDI. Novembro, 2018.



Fonte: arquivo pessoal.

Apesar das mobilizações da esquerda para evitar que fosse eleito presidente, Jair Bolsonaro, em 28 de outubro, vence o pleito com 55% dos votos. O documento denominado “O caminho da prosperidade”, proposta de plano de governo de Bolsonaro (à época, filiado ao Partido Social Liberal) registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), evidenciava seus laços com as ideias do projeto “Escola sem partido”, ao referenciar uma educação sem “doutrinação e sexualização precoce” (p. 41) e expurgar a “ideologia de Paulo Freire” (p. 46). Também pontuava sobre a questão da “disciplina dentro das escolas” (p. 46), a educação a distância (EAD) como “importante instrumento” (p. 46) e o empreendedorismo como caminho para as universidades, com fortalecimento da iniciativa privada (p. 46; 48-49) (TSE, 2018). Além disso, a equipe do presidencial já evidenciava que as nomeações de reitor(a)s não seguiriam, necessariamente, as escolhas feitas pelas comunidades acadêmicas (Estadão, 2018).

Não foi um acaso, portanto, que, desde que assumiu a Presidência da República, Bolsonaro tenha tomado as medidas que tomou. Essas e tantas outras estavam, explicitamente referenciadas

em seu plano de governo. Sem esgotar todas as implicações e desdobramentos, vejamos, em breves tópicos, um paralelo entre o plano de governo de Bolsonaro e algumas de suas ações.

Laços com as ideias do projeto “Escola sem partido”²²: em 2019, o Projeto de Lei – PL 246/2019 foi reapresentado e segue aberto, em regime de tramitação ordinária²³. Além disso, a regulamentação da “educação domiciliar”, proposta conjunta do MEC e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (PL 2.401/2019), também segue em tramitação, tendo íntima relação com as propostas do “Escola sem partido”²⁴.

A questão da “disciplina dentro das escolas”: a militarização do Estado, a instituição do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares e a concretização da implantação dessas escolas – 127 de 216 previstas – é expressão do projeto de “disciplinarização” social²⁵.

A EAD como “importante instrumento”: em 2019, o governo autorizou o aumento (de 20% para 40%) da oferta, a distância, da carga horária dos cursos de graduação presenciais das instituições de educação superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino (Brasil, 2019). Com cem dias de governo, o Projeto Inova Jovem EAD, voltado aos jovens de 15 a 29 anos, abriu 148 turmas e comemorou alcançar sete mil jovens capacitados para empreender. Somente em 2020, o Programa “Novos Caminhos” (que estimula o empreendedorismo e o ensino profissional e tecnológico) abriu cerca de 32 mil vagas em cursos a distância. Além disso, em 2021, foi apresentado o Programa Reuni Digital²⁶ para promover a EAD

²² Para uma análise crítica, ver Andes-SN (2016, 2019b, 2020a).

²³ Texto elaborado no fim de abril de 2022, para sublinhar a condição processual de alguns registros.

²⁴ Também não nos parece de menor importância que as ideias e tentativas de controle ideológico se expressem por meio da ocupação de postos-chave que interferem na produção e compra de materiais didáticos, a distribuição de recursos públicos prioritariamente a prefeituras ligadas a igrejas e interesses políticos conservadores, dentre outras iniciativas.

²⁵ Para uma análise crítica, ver Andes-SN (2020a, 2021).

²⁶ Elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

nas IES públicas federais (CGEE, 2021)²⁷. Ao debaterem esse último programa, Evangelista e Chaves (2021) salientam que

Há anos os profissionais comprometidos com a defesa das IES públicas e de um sentido social popular para elas disputam o senso comum oficial segundo o qual elas não servem para nada, tendo se tornado um peso e um prejuízo para o Estado. Contudo, não podemos escapar da tarefa de fazer essas contradições virem à tona. Nossa oposição a mais essa “reforma das consciências” – que supõe a modificação dos espaços, dos métodos, dos suportes, dos conteúdos do conhecimento, das relações de trabalho, das relações ensino-aprendizagem, do recrutamento de pessoal, da formação humana – precisa ser tão voraz quanto é o Governo Federal no ataque frontal ao ensino superior público.

O empreendedorismo como caminho para as universidades, com fortalecimento da iniciativa privada: a tentativa mais vultuosa realizada até agora foi o programa “Future-se – Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras”. Lançado em julho de 2019 e rechaçado pela esmagadora maioria das comunidades acadêmicas de todo o país, seu objetivo, grosso modo, era incentivar a captação de recursos privados pelas instituições, a perda da autonomia de gestão acadêmica e financeira (a gestão seria atrelada a Organizações Sociais), desestruturação ainda maior da carreira e da dedicação exclusiva, dentre outros²⁸.

Nomeações de reitore(a)s não seguiriam, necessariamente, as escolhas feitas pelas comunidades acadêmicas: essa promessa vem se concretizando de maneira voraz. Até o momento são quase 30 instituições em que houve interferência, com a não nomeação da(o)s primeira(o)s colocada(o)s nas consultas às comunidades acadêmicas. A prática de nomeações de reitore(a)s não eleito(a)s revela,

notoriamente, como a devastação autoritária está sendo conduzida pelo Governo Bolsonaro por ações de silenciamento das vozes

²⁷ Para outras contribuições críticas, ver Andes-SN (2020a, 2020b).

²⁸ Para uma análise crítica, ver Andes-SN (2019b).

consideradas dissonantes e pela indicação dos representantes do projeto ultraconservador de educação nas instâncias político-pedagógicas das instituições públicas de ensino, lócus de produção do conhecimento crítico e criativo (Andes-SN, 2021:29).

Uma vez que “nenhum dos presidentes da República, nem seus ministros da Educação, realizou o devido debate sobre a autonomia universitária” (Andes, 2021:36) e pelo fato de “não haver alteração na legislação que delimitasse que os processos se encerrariam no interior das instituições de ensino, respeitando a eleição realizada pela comunidade acadêmica” (Andes, 2021:36), a consequência foi a manutenção das universidades “em um estado permanente de vulnerabilidade que acabou por garantir a intervenção do governo Bolsonaro nas Ifes” (Andes, 2021:37) .

Lamentavelmente, a UFES foi uma das instituições que sofreram o duro golpe de não ver nomeada a reitora legitimamente eleita pela comunidade acadêmica e pelo Colégio Eleitoral, a professora Ethel Maciel²⁹. Na ocasião, o NEDI divulgou a nota da Adufes e do Diretório Central dos Estudantes, que manifestaram indignação com sua não nomeação. O desrespeito, na UFES e em outras dezenas de instituições, foi possível graças ao

espraiamento que a extrema-direita obteve no Brasil no último período, buscando e conquistando apoiadores nas instituições federais de ensino superior, [que] passou a desrespeitar o limitado, mas ainda assim democrático, processo de eleição das instituições de

²⁹ A professora do Departamento de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde foi eleita pela comunidade acadêmica em 06/11/2019, com 67,5% dos votos válidos, e pelo Colégio Eleitoral (composto pelos Conselhos Superiores da Ufes), em 05/12/2019. Contudo, em 23/03/2020, o professor Paulo Sérgio de Paula Vargas, segundo colocado na lista tríplice no desempate com o terceiro colocado e que não se submeteu à pesquisa eleitoral da comunidade acadêmica, foi nomeado por Bolsonaro. Ao preferir a professora Ethel na nomeação, ficou patente a gravidade de uma administração não escolhida legitimamente, uma vez que a gestão nomeada não se comprometeu com o programa eleito e atuou de forma protocolar e restrita, recusando-se, por várias vezes, ao amplo debate com a comunidade acadêmica, como foi denunciado pela Adufes seguidamente.

ensino [...]. A nomeação do segundo ou terceiro colocado da lista tríplice demonstra todo o seu desprezo à legítima vontade da comunidade acadêmica (Andes, 2021:38-39).

Em 2019, as universidades sofrem drásticos cortes aos seus já insuficientes orçamentos. Segundo notícia divulgada pelo Andes-SN (2019a) em 2 de abril,

O Decreto 9.741, publicado na sexta-feira (29) [de março] em edição extra do Diário Oficial da União, contingenciou R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019. Com isso, a Educação perdeu R\$ 5,839 bilhões, cerca de 25% do previsto. Somados os cortes, as pastas da Educação, Saúde e Cidadania tiveram R\$ 7,5 bilhões de verbas congeladas.

No fim de abril de 2019, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou à imprensa que “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” (VEJA, 2019). Além disso, inicialmente, foi aplicado corte de 30% na dotação orçamentária de três instituições (Ufba, UnB e Universidade Federal Fluminense), mas, logo em seguida, o ministro anunciou que o corte ocorreria em todas as universidades e institutos federais.

A reação foi imediata e, em 15 de maio de 2019, o Dia Nacional de Greve da Educação mobilizou atos em todos os estados e milhares de pessoas foram às ruas protestar contra os cortes, os ataques à educação e a proposta de (mais uma) reforma da previdência (que veio a se concretizar por meio da Emenda Constitucional 103/2019). Na UFES, antecedendo a passeata realizada no fim da tarde daquele dia, foram programadas aulas abertas em praças da cidade e a “Mostra da balbúrdia”, exposição de trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos na instituição, muitos deles por meio de núcleos e laboratórios, como é o caso do NEDI, que também participou das atividades.

A população voltou às ruas em 30 de maio de 2019, quando o MEC divulgou nota oficial para tentar coibir as manifestações,

incentivando denúncias à sua ouvidoria sobre a organização dos protestos (Brasil, 2019), mas fracassou, pois mais de um milhão de pessoas participaram dos atos em todo o país. No Espírito Santo, cerca de dez mil pessoas se reuniram. O grupo que saiu da UFES foi puxado por uma performance de guarda-chuvas³⁰ com a frase “A universidade resiste” (Fotografia 14).

Fotografia 14: Descida da Ponte da Passagem (próxima à UFES – *Campus Goiabeiras*) em direção à Av. Nossa Senhora da Penha, Vitória. 30 de maio, 2019.



Crédito: Zanete Dadalto.

Em 13 de agosto do mesmo ano, mais uma manifestação foi articulada (Fotografia 15), desta vez, para ocorrer depois da Greve Geral de 14 de junho. A pauta continuava sendo a defesa da educação e contra a reforma da previdência, o corte de verbas e o programa “Future-se”, sobre o qual a UFES ainda não havia se manifestado.

³⁰ Em referência a um vídeo performático divulgado pelo ministro Abraham Weintraub, em que usava um guarda-chuva para se “proteger” de uma “chuva de *fake news*”.

Fotografia 15: Da esquerda para a direita, professoras Thaís Vieira, Odiléa D. de Almeida, Fabíola A. C. Gava (integrante do NEDI), Zinia F. Intra (integrante do NEDI), Luciana P. R. G. Soares, Ana Carolina Galvão (coordenadora do NEDI) e Fernanda A. B. Chiote. 13 de agosto, 2019.



Fonte: arquivo pessoal.

Em 20 de agosto de 2019, a comunidade acadêmica lotou o Teatro Universitário para participar do debate “Os impactos do corte orçamentário e do programa ‘Future-se’ na UFES”, organizado pelo Comitê em Defesa da UFES. Os debatedores foram o técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro Gibran Ramos Jordão; o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, João Carlos Salles, e o então reitor da UFES, Reinaldo Centoducatte. Depois de ser várias vezes questionado sobre a necessária tomada de posição sobre o “Future-se”³¹, o dirigente da UFES declarou não pretender colocar o programa em votação na instituição³². Em 27 de

³¹ A vice-reitora, professora Ethel Maciel, já havia se posicionado com todas as letras contra o programa na abertura do evento.

³² À época, um coletivo organizado de professores da Ufes publicou nota, da qual extraio o seguinte excerto: “Causa-nos indignação a intenção declarada do reitor Reinaldo Centoducatte em não discutir o projeto até o fim de seu mandato no semestre corrente. Nosso dirigente máximo disse em alto e bom som que não daria

setembro de 2019, depois de inúmeras atividades realizadas por servidora(s) – técnica(o)s e docentes, sem participação e/ou apoio da Administração Central – para informar à comunidade acadêmica sobre os efeitos nefastos do “Future-se”, finalmente, o Conselho Universitário da UFES foi convocado e rejeitou o programa por unanimidade³³.

Nos dias 2 e 3 de outubro de 2019, a UFES aderiu, mais uma vez, à Greve Geral da Educação. Apesar do anúncio do descontingenciamento do orçamento que estava bloqueado, os cortes foram aplicados e, para “devolver” os recursos, o MEC retirou verba de áreas como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Além disso, com o desbloqueio somente no fim do ano, nem sempre é possível fazer o empenho dos valores em tempo hábil para uso dos recursos dentro do ano fiscal.

Na UFES, medidas de contenção de despesas haviam sido adotadas em agosto de 2019, dentre elas: restrições de manutenções (prediais, de equipamentos e áreas verdes), custeio de diárias/passagens e viagens com veículos da UFES; gastos com energia elétrica (com a suspensão de uso de aparelhos de ar-condicionado, por exemplo) e Correios (somente utilizado para

ao ministro da Educação o ‘gostinho’ de manifestar disposição contrária ou favorável, por ocasião de um debate superficial recentemente realizado na Ufes. Ora, a comunidade acadêmica é constituída por milhares de pessoas cujas esperanças, sonhos e projetos de vida encontram-se comprometidos. Não vivemos tempos favoráveis a isenções, caprichos pessoais, decisões unilaterais motivadas por razões eleitorais ou quaisquer outras causas dessa postura antidemocrática. O silenciamento de tantas vozes constitui inequívoca violência simbólica. Ademais, não se posicionar ou abster-se num momento tão crucial para a política educacional é uma forma de posicionamento que – no nosso entender – favorece a ideologia dominante” (Coletivo Professores em Movimento, 2019).

³³ A proposta do “Future-se” parece ter fracassado, graças à mobilização das entidades e o rechaço da sociedade, manifestado pela rejeição ao programa pela maioria das instituições federais de ensino superior. Contudo, não podemos deixar de estar em alerta, uma vez que o PL 3.076/2020 continua em tramitação, aguardando constituição de comissão especial para sua análise.

correspondências oficiais das pró-reitorias); diminuição da frequência de limpeza dos espaços da universidade; suspensão de ajuda de custo a estudantes para a participação em eventos. No início de setembro, foram suspensas “as bolsas do Programa Integrado de Bolsas da UFES, o que inclui as bolsas vinculadas aos Projetos Especiais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Paepe) I e II, à Iniciação Científica e à Extensão” (UFES, 2019).

Afetado pelas medidas, o NEDI passa a abrir suas portas somente sob demanda³⁴. Além disso, sua manutenção é sustentada unicamente pela resiliência das integrantes do núcleo, que, mesmo com drástica queda nas condições de existência, não permitiram o encerramento das atividades ali desenvolvidas. Na Tabela 1, temos um comparativo da situação do NEDI de 2018 a 2020.

Tabela 1: Comparativo das atividades do NEDI de 2018 a 2020

Atividade	2018	2019	2020
Projetos de pesquisa	5	4	2
Projetos de extensão	2	0	1
Reuniões do Fopeies	3	3	2
Eventos organizados pelo NEDI	8	0	0
Publicações - artigos, anais e livros (organização, autoria ou capítulo)	22	14	5

Fonte: relatórios NEDI 2018, 2019 e 2020.

No caso de 2020 (último ano em que estive na coordenação do NEDI), fomos mundialmente assolados pelo coronavírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19, doença que, até a primeira semana

³⁴ Em 1º de setembro de 2019, em suas redes sociais, o Nedi comunicou sobre a alteração do atendimento mediante agendamento prévio e problematizou a “existência de uma modalidade de bolsa (Paepe II), que substitui servidores concursados por alunos, com remuneração equivalente a 1/7 do salário de um técnico administrativo. Não é o caso de criticar a assistência estudantil, mas de refletir sobre as formas de garantia de permanência dos estudantes na universidade, bem como a precarização do trabalho, desvalorização dos técnicos e enxugamento do quadro de servidores públicos”. Conferir <https://www.facebook.com/N%C3%BAcleo-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil-NediUfes-413740429099425>.

de agosto de 2022, já havia tirado a vida de mais de 680 mil brasileiros (G1, 2022). A pandemia impôs o isolamento social e, já no mês de março do mesmo ano, as atividades se tornaram remotas. Seus efeitos, no entanto, foram muito além da necessidade de organizar nossas ações em modo virtual. Não nos furtamos a enfrentar o desafio, que exigiu grande disposição para reorganização, não apenas do NEDI, mas em toda a universidade³⁵ e na educação de modo geral.

Em pesquisa com professores em exercício, a Adufes (2021b) destacou e analisou elementos como a situação do ensino, o adoecimento docente, as novas demandas trazidas pelo teletrabalho – com sua intensificação e precarização – e a ausência de condições físicas e tecnológicas, pois não foram providenciadas pela universidade. Em síntese, podemos afirmar que

A infraestrutura precária e desassistida; a ampliação da jornada encetada pela manutenção do calendário acadêmico, por pressões, cobranças e intimidação; bem como a suscetibilidade a diversas formas de assédio mencionadas na pesquisa são emblemáticas da condição da classe trabalhadora sob a lógica ultraliberal em franco processo de instalação no Brasil. Contudo, o novo imperativo histórico a nós imposto pela pandemia – no sentido de uma solidariedade intransigente para com a fragilidade de cada um/uma, o medo, a incerteza, o cansaço, o adoecimento mental e físico e as incontáveis perdas que continuamos a computar diariamente neste tempo sem precedentes – tem sido tão ignorado quanto silenciado pela instituição, que, podendo adotar outra política, assume o papel de ratificadora de um sistema integrado de opressão e exploração que inscreve incontáveis formas de violência (Moraes & Zaidan, 2021:66).

³⁵ Sobre o trabalho remoto na Ufes durante a pandemia, conferir Adufes (2021a, 2021b, 2022). O sindicato sistematizou reflexões sobre o tema, desenvolvidas desde 2020 (Caderno 1). Com a constituição, pela entidade, da Comissão de Acompanhamento ao Trabalho/Ensino Remoto na Ufes, foi realizada uma pesquisa entre docentes em exercício, que contou com 642 respondentes. A partir dos dados da pesquisa, integrantes da comissão produziram os Cadernos 2 e 3, em que diferentes aspectos e implicações do trabalho/ensino remoto foram discutidos e denunciados pela Adufes.

Para finalizar essa narrativa, é preciso dizer sobre o futuro. Se, por um lado, a educação de modo geral nunca foi efetivamente prioridade – e a educação dos pequenos menos ainda (*vide* que, até hoje, as crianças de 0 a 3 anos não estão incluídas na Educação Básica) –, por outro, os retrocessos acumulados no último período nos situam diante da imensa tarefa de reconstruir os direitos sociais e progredir nas conquistas dos trabalhadores.

Segundo reportagem publicada pela Agência O Globo em agosto de 2021, o governo Bolsonaro tem reduzido os recursos para a Educação, por exemplo, nos gastos com o programa Proinfância³⁶. Em 2020,

foram pagos cerca de R\$ 155 milhões, menos da metade do gasto registrado em 2019, quando foram pagos R\$ 325,6 milhões. Já em 2021, a quatro meses do fim do ano, o recurso empregado foi de R\$ 44 milhões, que não chega a um terço do valor de 2020, o que indica que o dinheiro para área pode sofrer mais uma baixa (O Globo, 2021).

A agência de notícias do Grupo Folha divulgou, em outubro de 2021, que “A proporção de crianças matriculadas em creches recuou em 2020 sob o governo Jair Bolsonaro mesmo antes da pandemia”. O cálculo foi feito com base em dados de 2020 e mostra que “nem um terço (31%) das crianças de 0 a 3 anos estavam em creche no ano passado [2020]. Em 2019, eram 32% e o leve recuo interrompe um ritmo de avanço dos últimos anos” (Folhapress, 2021).

Em dezembro de 2021, a CartaCapital (2021) apurou que, na Educação Básica, a redução de investimentos do governo federal foi de 13%, passando “de R\$ 6,9 bilhões em 2020 para R\$ 6 bilhões este ano [2021]. Em 2018, antes da gestão de Jair Bolsonaro, a etapa recebeu 7,5 bilhões”. No Ensino Superior, a redução de empenho do

³⁶ “O Proinfância prevê que o governo ofereça assistência técnica e financeira para a construção de creches e pré-escolas no país. Além disso, os recursos destinados aos municípios e ao Distrito Federal também podem ser utilizados para adquirir mobiliário e equipar essas unidades escolares” (O Globo, 2021).

orçamento discricionário, segundo a reportagem, “foi de R\$ 13 bilhões, em 2018, para R\$ 8,2 bilhões este ano [2021]”.

O ódio aos professores, disseminado pelo governo Bolsonaro, mais do que algo voltado à pauta dos costumes, é uma expressão de repulsa à população brasileira, à parcela mais necessitada dos equipamentos públicos; é um plano de sociedade excludente e desigual que avança ferozmente e que exige nossa atuação radical, rigorosa e articulada ao conjunto da classe trabalhadora. Precisaremos, pois, fortalecer-nos coletivamente, para não permitir que projetos ultraliberais sigam em marcha, tanto quanto não podemos nos resignar às migalhas de projetos conciliatórios. Afinal, tomando as palavras da literatura de Saramago (2005:52), “A única maneira de liquidar o dragão é cortar-lhe a cabeça, aparar-lhe as unhas não serve de nada”.

Vida longa ao Núcleo de Educação Infantil, que ainda tem muito por fazer!

Referências

Adufes. (Org.). *Trabalho remoto na Ufes: Caderno 1*. Marília: Lutas Anticapital, 2021a. Disponível em: <https://wp.adufes.org.br/wp-content/uploads/20220105-Adufes-caderno1-VERSAO-SITE.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

Adufes. (Org.). *Trabalho remoto na Ufes: impactos da pandemia sobre docentes aposentadas/os e em exercício*. Caderno 3. Marília: Lutas Anticapital, 2022. Disponível em: <https://wp.adufes.org.br/wp-content/uploads/Caderno-3.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

Adufes. (Org.). *Trabalho remoto na Ufes: percepções sobre o trabalho/ensino remoto e saúde na pandemia*. Caderno 2. Marília: Lutas Anticapital, 2021b. Disponível em: <https://wp.adufes.org.br/wp-content/uploads/Caderno-2-versao-site-LUTAS-ANTICAPITAL-1-2.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

Andes-SN. *Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://issuu.com/andessn/docs/dossiemilitarizacao>. Acesso em: 27 abr. 2022.

Andes-SN. *Orçamento da Educação sofre corte de R\$ 5,83 bilhões*. 2019a. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-da-educacao-sofre-corte-de-r-5-83-bilhoes1>. Acesso em: 27 abr. 2022.

Andes-SN. *Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta*. Brasília, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/andessn/docs/imp-doc-1284030136>. Acesso em: 27 abr. 2022.

Andes-SN. *Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta*. v. 2. Brasília, 2019b. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/gtpe_final_para_impres_o. Acesso em: 27 abr. 2022.

Andes-SN. *Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta*. v. 3. Brasília, 2020a. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_gtpe_vol03_-_web. Acesso em: 27 abr. 2022.

Andes-SN. *Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta*. v. 4. Brasília, 2020b. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_ensino_remoto. Acesso em: 27 abr. 2022.

Brasil. *Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 19 abr. 2022.

Brasil. *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 19 abr. 2022.

Brasil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 abr. 2022.

Brasil. Ministério da Educação. *Instituições de ensino públicas não podem promover movimentos políticos*. 30 maio 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=76641#:~:text=com%20isso%2c%20professores%2c%20servidores%2c,meio%20do%20sistema%20e%2douv>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Brasil. Ministério da Educação. *Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 24 abr. 2022.

CartaCapital. *Investimentos do Ministério da Educação caem da creche à universidade*. 26 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/investimentos-do-ministerio-da-educacao-caem-da-creche-a-universidade/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

CGEE. *Reuni Digital: plano de expansão da EAD nas IES públicas federais*. Brasília, 2021.

Coletivo Professores em Movimento. *Nota sobre o projeto “Future-Se” e a situação da Ufes*. 04 set. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/professoresemmovimentoufes/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

Estadão. *Equipe de Bolsonaro planeja escolher reitores das universidades federais*. 22 out. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/equipe-de-bolsonaro-planeja-escolher-reitores-das-universidades-federais/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Evangelista, Olinda & Chaves, Priscila. M. *Reuni Digital: página infeliz da nossa história*. 03 out. 2021. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/reuni-digital-pagina-infeliz-da-nossa-historia/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Folhapress. *Número de crianças em creche cai sob Bolsonaro e Brasil fica mais longe da meta*. 11 out. 2021. Disponível em: <https://www.maisgoias.com.br/numero-de-criancas-em-creche-cai-sob-bolsonaro-e-brasil-fica-mais-longe-da-meta/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

G1. *Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados*. 09 ago. 2022. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso em: 9 ago. 2022.

Galvão, Ana Carolina (Org.). *Infância e pedagogia histórico-crítica*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

Galvão, Ana Carolina, Zaidan, Junia Cláudia S. de M. & Salgueiro, Wilberth. (Orgs.). *Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2019.

Gregorio, Rafael. *Eleição de 2018 será lembrada pelos casos de violência, dizem analistas*. *Folha de S. Paulo*, 28 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/eleicao-de-2018-sera-lembrada-pelos-casos-de-violencia-dizem-analistas.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Marsiglia, Ana Carolina G. & Cury, Carlos Roberto J. Dermeval Saviani: uma trajetória cinquentenária. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 21, n. 62, p. 497-507, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/YpJBw9wZgwpLLFVS3Y6qZkd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Miguel, Luis F. Os cursos sobre o golpe: um testemunho pessoal. In: Galvão, Ana Carolina, Zaidan, Junia Claudia S. M. & Salgueiro, Wilberth. (Orgs.). *Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 13-19.

Moraes, Livia de C. G. & Zaidan, Junia Claudia M. Ensino remoto na Ufes e suas repercussões nas condições de trabalho dos/as docentes. In: Adufes (Org.). *Trabalho remoto na Ufes: percepções sobre o trabalho/ensino remoto e saúde na pandemia*. Caderno 2. Marília: Lutas Anticapital, 2021b. p. 57-68. Disponível em: <https://wp.adufes.org.br/wp-content/uploads/Caderno-2-versao-site-LUTAS-ANTICAPITAL-1-2.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

O Globo. *Bolsonaro corta 62% da verba para educação infantil entre 2018 e 2020*. 22 ago. 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-08-22/bolsonaro-verba-creche.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Pasqualini, Juliana C. & Martins, Lígia M. Currículo por campos de experiência na Educação Infantil: ainda é possível preservar o ensino desenvolvendo? *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, v. 24, n. 2, p. 425-447, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13312>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Santino, Matheus & Pina, Rute. Resquícios do Escola sem Partido. *Outras Mídias*, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outras-midias/resquicios-do-escola-sem-partido/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Saramago, José. *As intermitências da morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TSE. *O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo*. 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

Ufes. *Administração Central da Ufes comunica suspensão de bolsas ofertadas pela Universidade*. 02 set. 2019. Disponível em: <https://www.ufes.br/>

conteudo/administracao-central-da-ufes-comunica-suspensao-de-bolsas-ofertadas-pela-universidade. Acesso em: 22 abr. 2022.

Unesp. *Portaria Unesp nº 49, de 07 de março de 1996*. Aprova o Regimento dos Centros de Convivência Infantil da Unesp. DOE, n. 45, p. 20, 08 mar. 1996. Disponível em: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Unesp. *Resolução Unesp nº 71, de 17 de outubro de 2007*. Dispõe sobre o Regimento dos Centros de Convivência Infantil da Unesp. DOE, n. 210, p. 37, 07 nov. 2007. Disponível em: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Veja. *Universidades com 'balbúrdia' terão verbas reduzidas, diz Weintraub*. 30 abr. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>

O Núcleo de Educação Infantil como espaço/tempo de articulações entre diferentes sujeitos sociais

Iguatemi Santos Rangel

Introdução

Aceito o desafio de compor o livro de celebração dos 25 anos do Núcleo de Educação Infantil (NEDI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tecendo um texto no qual puxo pelos fios da memória documentos, fotografias, imagens, eventos, enfim, lembranças que compuseram minha experiência de gestão no NEDI (2011 a 2013). A tentativa é compor a história maior de uma instituição tão importante, cujo objetivo é, em parceria com órgãos e/ou instituições afins, implementar projetos para ampliar e discutir estudos e pesquisas para o campo da Educação Infantil e da infância, consolidando-se como espaço de produção e socialização de conhecimentos e de propostas alternativas de atendimento ao trabalho pedagógico.

Como o tempo não está a meu favor, pois já se passaram nove anos desde então, recorro a registros pessoais e fragmentos de fatos e acontecimentos que guardo na memória das lutas e resistências em relação à garantia dos direitos das crianças da Educação Infantil. Para isso, tomo emprestado os conceitos de história e memória de Benjamim (1993) e o de resistência em Certeau (2000), para evidenciar os enfrentamentos realizados durante minha gestão como coordenador do NEDI.

Para Benjamim (1993), a história e a memória guardam relações de complementaridade. Já nos anos 1930, quando elaborou seu pensamento, ele notou que a velocidade do tempo moderno e as transformações na vida social de homens e mulheres, crianças, jovens e adultos têm agido no sentido contrário ao das possibilidades de se vivenciar experiências significativas. O

pensador também criticou o silêncio ensurdecedor ao identificar que as experiências não encontram espaço/tempo nem público qualificado para escutá-las. Sendo assim, contra o declínio da experiência, insistentemente, Benjamin (1993) convida-nos à atividade de narrar nossas histórias.

Na ótica de Benjamin (1993:37), “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é uma chave para tudo que veio antes e depois”. Assim, a memória reconecta passado, presente e futuro em um *continuum*, sem limites, trazendo possibilidades de criação e invenção da vida a cada instante. A memória, de alguma forma, atualiza-nos frente ao presente, tornando-nos mais vivos. Estabelece um sentido de pertença e coletividade, o que nos remete ao projeto de emancipação, que, na acepção de Boaventura de Sousa Santos (2005), é sempre e impreterivelmente algo que se constrói coletivamente, ou seja, ninguém se emancipa sozinho.

Em relação aos modos de resistência, recorreremos ao conceito de tática de Certeau (2000). Em sua análise, ainda que o aparato estatal pareça deter o controle total sobre as estruturas e sobre as pessoas, existem movimentos quase imperceptíveis de resistência acontecendo, os quais produzem microfissuras no verniz das estruturas do Estado. A tática é a operação realizada pelo homem ordinário e, nesse sentido, o cotidiano é o campo privilegiado para disputas em torno de projetos e políticas, mesmo as micropolíticas. Para Certeau (2000), o operador estatal, nos diversos âmbitos (Educação, Saúde, Segurança, Direito etc.), não possui mecanismos suficientemente extensos para alcançar a todos e cada um dos sujeitos. Sendo assim, as mil formas de burlar, inventar, travestir, subverter operadas pelo homem ordinário se apresentam como possibilidades de reinscrever uma outra/nova história, assim como uma nova política.

A título de exemplo, Vidal (2005:282) destaca que Certeau “Questiona o conceito de cultura popular como ingênua, espontânea e infantil (sec. XIX), o lugar do povo como passivo e

disciplinado – via nessa visão um certo etnocentrismo”. Esse *modus operandi* de mil caças não autorizadas, a chamada “polemologia dos fracos”, significa, também, “uma sucessão de atos de resistência e de transformação nem sempre conscientes que reinventava os usos dos bens culturais”. Ou seja, a cultura popular era e é uma forma de reinscrever outros significados nos artefatos consagrados pela chamada cultura erudita. Ao fazer isso, os homens ordinários subvertem aquilo que lhes é imposto.

No que tange às políticas públicas, o que os movimentos sociais e também os sujeitos que ocupam lugares institucionais no aparelho do Estado buscam fazer é resistir por meio dessas mil formas de caças não autorizadas, ou seja, o movimento de não apenas receber a política como cartilha a ser executada, mas um trabalho de esgarçamento dessas prescrições, na perspectiva de ganhar espaço/tempo no terreno das disputas. Então, resistir é, também, reescrever aquilo que escreveram e impuseram a nós. Esse é o sentido maior das lutas e resistências nesse movimento ético-político de ganhar terreno no campo da educação pública de qualidade socialmente referenciada.

Primeiras considerações

Durante o período em que atuei como coordenador do NEDI, estávamos as vésperas do fim da chamada “Década da Educação”¹ e na iminência de aprovar o novo Plano Nacional de Educação (PNE). Sendo assim, o núcleo assumiu um protagonismo na articulação dos debates sobre a Educação Infantil, especialmente no âmbito do Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo (Fopeies) e demais movimentos sociais, bem como na articulação com as secretarias municipais e estadual de Educação. Destaco, aqui, a centralidade do debate à época, expressa no texto

¹ Iniciada logo após a aprovação da Lei 9.394/1996, que, além de outros aspectos, estabeleceu 2014 como ano-limite para que fossem admitidos professores habilitados sem nível superior ou formados por treinamento em serviço.

do novo PNE (especialmente na meta 1), aprovado em 2014, com vigência até 2024.

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (Brasil, 2014).

Todo o debate que estava sendo feito no âmbito nacional em torno da garantia dos direitos já conquistados em relação às crianças na faixa de 0 a 6² anos reverberava nas ações de gestão do NEDI. Servia, assim, de combustível para que o núcleo imprimisse uma dinâmica de atuação que pudesse contribuir com os demais agentes políticos. Buscávamos marcar uma posição alinhada não só às principais pesquisas que vinham sendo produzidas na academia, mas, sobretudo, que mantivesse estreita ligação com as necessidades e direitos das famílias das crianças, principalmente das mais pobres, que dependem dos equipamentos de Educação Infantil, tanto as creches como as pré-escolas.

Com a intenção de adensar o debate na sociedade capixaba em relação às especificidades das políticas e das práticas relacionadas à infância, o NEDI, em parceria com o Fopeies, candidatou-se para sediar o XXVIII Encontro Nacional do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), realizado em conjunto com o III Simpósio de Educação Infantil do Fopeies, com o tema “Políticas, cotidianos e formação”. O eixo central dos debates (mesas, conferências, relatos de experiências e plenárias) expressava bem o clima da época, o que se pode perceber pelo

² Nessa época, as crianças de 06 anos ainda estavam vinculadas à Educação Infantil, realidade alterada com a Lei 11.274/2006, que ampliou a obrigatoriedade do Ensino Fundamental para nove anos, com a inclusão das crianças de 6 anos, provocando o “encolhimento” da Educação Infantil. Na mesma perspectiva, a Emenda Constitucional 59/2009, além de outros temas, tornou obrigatória a educação para crianças da faixa etária de 4 a 17 anos.

objetivo do evento, que ficou assim definido: “reafirmar a garantia do direito à unidade da Educação Infantil – creches e pré-escolas, pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada a todos que a demandarem”.

Com a constituição das comissões para a organização do encontro, surgiu o desejo de materializar os debates de forma a expressar a pressão e temperatura políticas naquele momento histórico. Com esse intuito, formalizamos o pedido às convidadas e convidados para as mesas e conferências para que oferecessem uma análise do contexto sociopolítico em relação à infância e à Educação Infantil. Essas análises foram compiladas após o evento, o qual ocorreu de 18 a 21 de novembro de 2012, e compuseram o livro “Educação Infantil: redes de conversações e sentidos com crianças e adultos”, publicado no ano seguinte.

O prefácio do livro, escrito por Anete Abramowicz, sintetiza o espírito da época e os desafios em curso no campo da Educação Infantil, especialmente a necessidade de constituição de um pensamento crítico sobre a infância e sobre a Educação Infantil. Fazendo referência ao filósofo italiano Paolo Virno, a pesquisadora destaca que “Não é concebível um pensamento crítico que não seja, também, em quaisquer de suas facetas, uma meditação sobre a infância” (Abramowicz, 2013:5).

Esse teor crítico remete ao posicionamento ético-político em favor de uma infância não modelada a partir da racionalidade técnico-científica adultocentrada. Supõe, assim, uma visão mais plural sobre as crianças concretas que habitam as escolas brasileiras. Nesse sentido, Abramowicz (2013:6) faz uma aposta em favor de “uma visão afirmativa e positiva da criança”, pois “ela é presente e pode interrogar a própria infância, os adultos e tudo o mais”. Essa afirmação remete à poesia de Milton Nascimento e Fernando Brant (1988), na qual, por outras vias, os compositores afirmam a possibilidade do reencontro do adulto com a infância e, a partir disso, emergirem aprendizagens.

Há um menino, há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão
Há um passado no meu presente
O sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra o menino me dá a mão
[...] Há um menino, há um moleque morando sempre no meu
coração
Toda vez que o adulto fraqueja ele vem pra me dar a mão.

O filósofo, o poeta e a pesquisadora miram a mesma criança, fazendo um esforço para enxergar e, principalmente, “Ouvir as crianças, falar com elas, escutá-las, criar, ou mesmo, em uma certa radicalidade epistemológica, pensar a formação de professores, a política pública e a avaliação da Educação Infantil na perspectiva da criança (Abramowicz, 2013:6). Esse possível – inimaginável para a maioria de nós – de compor a vida com as crianças ocupando a centralidade de nossas apostas no presente/futuro também está contido na referência feita pela pesquisadora à poesia de Fernando Pessoa (S.d.):

Grande é a poesia, a bondade e as danças...
Mas o melhor do mundo são as crianças,
Flores, música, o luar, e o sol que peca,
Só quando, em vez de criar, seca.

Nessa perspectiva, o livro sintetiza, de certa forma, o pensamento vigente à época da celebração dos 15 anos do NEDI, constituindo-se em um convite explícito ao retorno às memórias e às narrativas da infância, uma busca por sentidos perdidos em nome da aceleração do tempo e da lógica capitalista imposta por um modelo neoliberal que afeta não somente as esferas econômica e social, mas tantas outras que compõem a vida humana.

O NEDI e a articulação com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil: o XXVIII Encontro Nacional do Mieib como acontecimento

Para destacar a articulação entre o NEDI e o Mieib, recorro as algumas lembranças da parceria que estabelecemos para a realização do já citado XXVIII Encontro Nacional do Mieib.

Na manhã de 18 de novembro de 2012, na condição de anfitrião, tive a oportunidade mediar o debate na mesa de abertura do III Simpósio de Educação Infantil do Fopeies, cujo tema foi “Políticas, cotidianos e formação”. Além das falas das autoridades presentes (diretora do Centro de Educação, reitor da UFES, secretária de Educação de Vitória) contou com a palestra da coordenadora Nacional de Educação Infantil, Rita Coelho. Aproximadamente 500 profissionais de Educação Infantil de diferentes municípios do Espírito Santo participaram do evento.

Em registros pessoais, encontrei anotações sobre minha fala na mesa de abertura. Iniciei recorrendo a uma citação de Einstein, usada por Boaventura de Sousa Santos (2000:3), a saber, de que se faz necessário o retorno às coisas simples e/ou perguntas simples, do tipo que “só uma criança pode fazer, mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade”³. Na esteira da “dúvida infância”, o sociólogo português, então, questiona: por que é tão difícil formular uma teoria crítica? Há

³ Quem lida com crianças sabe que elas são capazes ou detêm uma “licença-infância” para, sem filtros, fazer interrogações sobre muitas das principais questões-problemas que os adultos enfrentam. Em “Reinventar a democracia”, Boaventura de Sousa Santos (2008:3) sublinha que “Vivemos num tempo de perguntas fortes e de respostas fracas. As perguntas fortes são as que se dirigem não apenas às nossas opções de vida individual e coletiva, mas sobretudo às raízes, aos fundamentos que criaram o horizonte das possibilidades entre que é possível optar. São, por isso, perguntas que causam uma perplexidade especial. As respostas fracas são as que não conseguem reduzir essa perplexidade e que, pelo contrário, a podem aumentar. As perguntas e as respostas variam de cultura para cultura, de região do mundo para região do mundo”.

tanto o que criticar na sociedade moderna/contemporânea, então, por que é tão difícil produzir uma teoria crítica?

Em 2012, havia muito o que criticar; hoje, face ao cenário político-econômico no mundo e, em especial, no Brasil, temos muito mais motivos do que tínhamos à época. Sendo assim, fizemos coro com Boaventura de Sousa Santos (2000) na mesa de abertura do evento e questionamos: por que é tão difícil construir uma teoria crítica que nos auxilie a encontrar alternativas no horizonte dos possíveis ainda não realizados em todos os âmbitos da sociedade e, em especial, no campo da infância?

Uma criança, mas não uma criança rousseuniana⁴, responderia: a teoria crítica tem que ser, ela mesma, a crítica da teoria crítica. Em outras palavras, tem que ser, ela mesma, a se olhar no espelho da modernidade acadêmico-científica e, ao ver contemplada sua face (realidade imanente), surpreender-se com as ausências produzidas. Uma sociedade que, no seu espelho ético-político, não enxerga as necessidades ou direitos (sociais, políticos e civis) de todas as pessoas é uma sociedade hedonista: só enxerga a si mesma, é incapaz de lidar com as diferenças, é, portanto, uma sociedade excludente.

Na conclusão de minha fala na mesa de abertura, destaquei que, a partir da pedagogia da infância e com aproximações da filosofia da diferença, podemos pensar a infância como possível ainda não realizado, o ainda não⁵. Sendo assim, cada criança que

⁴ Essa expressão se refere à desconfiança que Rousseau tinha em relação ao mundo adulto, administrado e industrializado, em contraposição ao mundo natural livre das crianças. Para ele, a sabedoria da infância estava justamente nas tentativas de escapar às imposições do mundo e das normas estabelecidas. Ainda em relação a essa contraposição, Ghiraldelli Júnior (2000), ao problematizar essa flagrante dicotomia rousseuniana, afirma que, para Rousseau, o problema do homem moderno é deixar de ser criança e se tornar adulto, enquanto, no pensamento cartesiano, encontramos seu oposto, ou seja, o problema do homem é ter nascido criança.

⁵ Aqui, proponho uma aproximação entre a perspectiva histórico-cultural de Vigotski e Boaventura de Sousa Santos – o primeiro, em termos mais conceituais e/ou epistemológicos no campo da psicologia da aprendizagem, ao afirmar que a condição de existência do sujeito deve ser o centro gravitacional da ação

nasce traz consigo a possibilidade de inscrevermos uma outra narrativa histórica, pois na criança está contido, em máxima potência, o adolescente, o adulto o velho; mas também está contido o poeta e também o político.

O NEDI e suas articulações locais com o Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo

Durante a gestão 2011 a 2013, o Fopeies estabeleceu uma articulação orgânica com o NEDI. Estruturalmente o núcleo abrigava a Secretaria Executiva do fórum, de modo que as reuniões do Comitê Diretivo deste aconteciam nas dependências do NEDI, bimensalmente. Por isso, uma parte expressiva das ações do fórum tinham o apoio institucional do núcleo, que, entretanto, não interferia na autonomia e gestão do Fopeies. Como entidade da sociedade civil organizada, o Fopeies sempre teve garantida sua autonomia política e financeira para estabelecer suas prioridades em relação às pautas a serem enfrentadas.

A potência das conversas, nas reuniões do comitê diretivo, nas plenárias centralizadas e descentralizadas entre os representantes da sociedade civil e os dirigentes municipais e estadual, quase sempre mostrava as contradições e tensões de um campo em disputa. Das muitas aprendizagens nesse exercício permanente de diálogos com a(o)s parceira(o)s, em um exercício de democracia participativa, destaco algumas:

- é impossível construir as lutas se já temos por premissa a crença de que temos que ter um consenso fundado para iniciá-las; as lutas sociais são construídas por meio de diálogos mediados pelas diferenças;

pedagógica, sem desconsiderar seus entornos; o segundo, no campo da Sociologia, ao fazer referência a essa categoria pouco explorada do pensamento ocidental, o “ainda não”. Em ambos, o “ainda não” situa as aprendizagens em movimento quase infinito de possibilidades inscritas no campo das experiências sociais.

- quando estamos em luta, física ou político-ideológica, nossas energias devem mais focalizar nas produções táticas (resistências) do que no estudo da estratégia;
- quando se trata de política social, não temos como escolher aquilo pelo que lutar, quando e como iremos lutar, pois não nos são dadas as condições objetivas, logo, muito do que conseguiremos fazer para os enfrentamentos será resultado de negociações e criações coletivas para que as condições objetivas sejam construídas.

Esses aprendizados são fruto de ações articuladas do Fopeies. Destaco o movimento que fizemos em 2012 e 2013 para que suas reuniões fossem realizadas de forma descentralizada. Decisão nesse sentido foi aprovada por unanimidade pelo Comitê Diretivo, pois havia a compreensão de que nem todos os profissionais da Educação Infantil tinham condições de se deslocar e participar das plenárias realizadas na capital (Vitória). Sendo assim, mantivemos conversas com os representantes dos municípios e, com a mediação dos membros do Comitê Diretivo, realizamos reuniões descentralizadas em Linhares, Nova Venécia, Cachoeiro de Itapemirim, Serra, dentre outras cidades do Espírito Santo.

Em palestra em uma reunião descentralizada na Serra, na condição de coordenador do NEDI, abordei a temática “Infância e transições na Educação Infantil e Ensino Fundamental”. O contexto da época era atravessado pela necessidade de implementação da Lei 11.274/2006, a qual, cabe destacar, a um só tempo, instituiu o Ensino Fundamental de 9 anos e instituiu a Educação Infantil de 5 anos. Diante disso, um dos eixos centrais das problematizações que estavam em voga à época era: quais os impactos dessa legislação para as experiências infantis?

O NEDI e o Fopeies compreendiam a necessidade de um maior tempo de escolarização, especialmente diante do acúmulo de conhecimentos de que já dispúnhamos sobre o que isso poderia significar para a ampliação das experiências escolares das crianças. Havia, entretanto, a compreensão de que as leis não acompanham a mesma temporalidade concreta, ou seja, a aplicação da letra da lei

significaria uma avalanche de contradições em relação ao que se tinha como expectativa sobre essa ampliação.

Tal preocupação se relacionava especialmente com as crianças de 6 anos, que, pela compreensão à época, perderiam o direito de frequentar as pré-escolas e seriam matriculadas nas escolas de Ensino Fundamental. O problema é que, na maioria dos casos, a matrícula das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental significaria a “morte” de suas infâncias, pois o modelo escolarizante das instituições de Ensino Fundamental previa pouco espaço/tempo para as brincadeiras e interações, que são os dois eixos do trabalho com as crianças. A esse respeito, Kramer, Nunes e Corsino (2011:7) alertam para o fato de que

A educação é um campo de disputa. Educação Infantil e Ensino Fundamental estão colocados num patamar díspar na Educação Básica. Concorrem. A obrigatoriedade de frequência das crianças de 4 e 5 anos à escola pode levar à compreensão de que é aí que a Educação Básica começa, reiterando a antiga cisão entre creches e pré-escolas e trazendo de volta à cena o ideário de preparação para o Ensino Fundamental. Corre-se o risco de desvincular a Educação Infantil dos princípios formulados para a creche e a pré-escola e não se enfrenta a verticalidade do processo escolar, nem no que se refere à formulação das políticas nem no que diz respeito aos projetos curriculares. Acentua-se a fragmentação da Educação Básica sem atentar para as transições.

Havia posicionamentos diversos, mas, também, um consenso fundado em torno da necessária transição, garantindo que as escolas de Ensino Fundamental se apropriassem do debate sobre as especificidades, no plano teórico-metodológico, do trabalho com as crianças de 6 anos. Havia, também, a preocupação com a reestruturação dos espaços/tempos do Ensino Fundamental, inclusive com a necessidade de modificação de estrutura física.

Bem, escrevo com um certo distanciamento do calor dos debates da época, mas é possível perceber que ainda há muito o que se fazer em relação às transições. Hoje, as crianças de 6 anos

têm sido submetidas ao processo de escolarização sem as devidas adaptações. E mais: as crianças de 4 e 5 anos sofreram um processo de antecipação de expectativas em relação à alfabetização. Tudo isso precisa continuar na pauta dos debates sobre o trabalho pedagógico na Educação Infantil.

As lutas e resistências em defesa da Educação Infantil: a Carta de Vitória

O atendimento educacional de crianças da Educação Infantil, como lembra Rosemberg (2010), é uma experiência recente para o sistema educacional brasileiro. Vale destacar que seu marco legal é a Constituição Federal de 1988, que, de certa forma, dá às crianças o passaporte para a entrada institucional nos sistemas educacionais no Brasil. Antes disso, as crianças eram atendidas em instituições vinculadas às ordens confessionais religiosas. No âmbito do Estado, esse atendimento ocorria via secretarias de Assistência Social ou mesmo pelo Sistema Judiciário. Desse modo, compreender a trajetória do atendimento à infância ao longo do século XX e início do século XXI só é possível no contexto das lutas e resistências para que as crianças não sejam invisibilizadas e tenham garantidos seus direitos constitucionais.

Em parceria, o NEDI e o Fopeies sempre atuaram na perspectiva de garantir que os direitos constitucionais fundamentais das crianças se mantivessem intocáveis. Isso se expressa no caráter político da ação do NEDI, com atuação nos âmbitos institucionais, mas também junto à sociedade civil organizada. A expressão das lutas e resistências empreendidas no período que compreendeu minha atuação como coordenador do núcleo pôde ser materializada na Carta de Vitória⁶ (Mieib, 2012). A carta destaca o objetivo de reafirmar “a garantia do direito à

⁶ Documento produzido coletivamente durante o XXVIII Encontro Nacional do Mieib e III Simpósio de Educação Infantil do Fopeies, com o tema “Políticas, cotidianos e formação”, realizados de 18 a 21 de novembro de 2012, em Vitória (ES).

unidade da Educação Infantil – creches e pré-escolas, pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada a todos que a demandarem” (Carta de Vitória, 2012).

A seguir, destaco alguns pontos da Carta de Vitória (Mieib, 2012), especialmente aqueles que traduzem o espírito da época em relação às principais pautas de lutas – por limitação de espaço, seleciono aqueles que considero mais pertinentes para esta publicação. Antes de discorrer sobre tais pontos, porém, é importante pontuar que o documento, ainda que tenha um caráter político importante, não tem teor prescritivo nem força de lei. A carta representa uma síntese dos principais debates nos diversos âmbitos da sociedade (Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Educação, Inep, União dos Dirigentes Municipais de Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, Ministério Público e Congresso Nacional).

A primeira frente de luta/resistência travada à época e que ainda hoje continua no radar de enfrentamentos do NEDI e do Fopeies é a luta para consolidar a especificidade didático-pedagógica da Educação Infantil em favor da construção de uma pedagogia da pequena infância. Isso significa a não adoção de prescrições curriculares escolarizadas análogas às adotadas pelo Ensino Fundamental. A Carta de Vitória (Mieib, 2012) se posiciona no sentido de que o MEC

Oriente os municípios a buscar como referência os documentos produzidos pelo MEC/Coedi na construção dos seus currículos para a Educação Infantil. E se posicionando contrário ao uso de recursos públicos na adoção de sistemas educacionais apostilados em instituições de Educação Infantil.

Trata-se de uma pauta atual, visto que os grandes conglomerados educacionais vêm atuando no mercado editorial para produzir materiais para o sistema educacional brasileiro. A

Educação Infantil ainda resiste como etapa em que não há livro didático para uso padronizado em escolas públicas.

Outras frentes de lutas e resistências ergueram-se em torno da tentativa, por parte do Ministério da Educação (MEC), de implementar sistemas de avaliação em larga escala na Educação Infantil. A esse respeito, a Carta de Vitória (Mieib, 2012) exigiu que o MEC

Rejeite adoção de políticas públicas em âmbitos nacional, estadual e municipal de avaliação em larga escala do desempenho da criança de 0 a 6 anos de idade, por meio de questionários, testes, provas e quaisquer outros instrumentos, uma vez que tais procedimentos desconsideram a concepção de Educação Infantil e de avaliação presente na legislação educacional em vigor.

É importante trazer à lembrança que, em alguns municípios brasileiros, sistemas de avaliação dessa natureza chegaram a ser implementados, dentre os quais o Rio de Janeiro, onde a prefeitura, por meio da secretária de Educação Cláudia Costin, implementou o chamado *Ages and Stages Questionnaires* (em tradução livre, “Questionário de idades e estágios” – ASQ-3), instrumento de avaliação do desempenho de crianças que foi desenvolvido nos Estados Unidos em 1997, sendo usado em países como França, Espanha, Dinamarca, Noruega, Quênia, Zâmbia, China e Coreia do Sul. Na América do Sul, Chile e Equador também o utilizaram.

Nesse contexto, o NEDI, em parceria com o Fopeies, promoveu uma série de debates com a participação dos diversos profissionais das redes estadual e municipais, na perspectiva de barrar a implementação desses sistemas de avaliação em larga escala, bem como das formas de avaliação de aprendizagem e desenvolvimento que não atendessem às especificidades das crianças da Educação Infantil. Os enfrentamentos por parte do Mieib e dos fóruns estaduais garantiram que a Educação Infantil resistisse às propostas de avaliação, em vez de ceder à lógica dos

ranqueamentos, que vinha aos poucos, ganhando força no Brasil a partir do início deste século.

Por último, destacamos o debate relacionado às especificidades das crianças em diferentes contextos educacionais, trazendo para a pauta de lutas as crianças do campo, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, das periferias urbanas. A indicação da Carta de Vitória (Mieib, 2012) foi na direção de que o MEC

Subsidie as pesquisas que tenham como foco a criança na sua diversidade (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, do campo e da zona urbana central e periférica), buscando integrar pesquisadores/as dos diferentes estados das cinco regiões brasileiras.

Essas pautas, como ressaltado, não significavam, à época, a totalidade nem a complexidade das lutas empreendidas pelos mais diferentes sujeitos envolvidos com os debates no campo da Educação Infantil. Passados dez anos da publicação da Carta de Vitória, algumas delas ainda continuam na agenda. Entretanto, temos outras frentes de disputas que precisam ser focalizadas, dentre as quais destacamos as seguintes:

- a provação do *homeschooling* como possibilidade de existência de um sistema paralelo de (des)escolarização, especialmente com a possibilidade de financiamento público;
- a emergência de propostas (projetos de lei) que instituem a chamada “Escola sem partido”, iniciativa que destitui a educação de seu caráter de formação ético-política;
- a não dotação orçamentária para as creches, um debate importantíssimo, pois a cobertura dessa faixa etária ainda é feita com base na vontade política particular de prefeitos e governadores;
- a expansão das vagas, garantindo a certeza de que cada criança que nascer terá uma creche e pré-escola para estudar.

Lutar e resistir são ações fundamentais em um contexto de recrudescimento de diversas políticas sociais, incluindo as políticas educacionais. Nesse aspecto, as lutas históricas rememoradas em

torno das articulações do NEDI com diversos parceiros aponta para um horizonte de possibilidades, especialmente no sentido de continuarmos lutando para garantir os direitos constitucionais das crianças de 0 a 5 anos.

Considerações finais

Neste texto, propus-me a tecer com os fios da memória uma história vivida no interstício de 2011 a 2013, evidenciando aquilo que mais me afetou no exercício da coordenação do Núcleo de Educação Infantil. A narrativa traz, antes de tudo, meu lugar de fala, pois, desde 1988, vejo-me enredado pelo debate sobre a Educação Infantil e a infância, primeiramente no antigo curso Normal, em que me formei professor de 1ª a 4ª séries (1988) no Instituto de Educação Fernando Duarte Rabello (Vitória, ES). Em 2015, dobrando a aposta na docência, formei-me professor de Educação Física e, ainda nos primeiros anos de docência, fui construindo uma identificação particular com as práticas pedagógicas na Educação Infantil, especialmente a partir de estudos e pesquisas sobre a importância dos jogos e brincadeiras nas aprendizagens das crianças. No mestrado (2003), essa aproximação se consolidou com a dissertação cujo título expressa meu interesse pela formação de professores da Educação Infantil – “A formação continuada de professores da Educação Infantil no sistema municipal de ensino de Vitória: um confronto entre as propostas oficiais e a opinião dos professores”. No doutorado (2009), um pouco mais maduro e com quase 15 anos de envolvimento com a Educação, defendi a tese “Contando Histórias fazendo história: formação continuada com os professores da Educação Infantil”.

A partir dessas muitas marcas, minha constituição como profissional da Educação Infantil se encontrou com a gestão do NEDI. As reuniões de colegiado, as reuniões do Comitê Diretivo do Fopeies, as representações nos conselhos no Centro de Educação e no Colegiado do Curso de Pedagogia, os eventos organizados, os

posicionamentos assumidos publicamente... Essas experiências todas me ajudaram a compreender a dimensão ético-política das memórias, histórias, lutas e resistências em favor da Educação Infantil.

Referências

Abramowicz, Anete. Prefácio. In: Rangel, Iguatemi Santos, Nunes, Kezia Rodrigues & Côco Valdete (Orgs.). *Educação Infantil: rede de conversações e produções de sentidos com as crianças e adultos*. Petrópolis: De Petrus, 2013.

Benjamin, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, Walter *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Brasil. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 28 jun. 2022.

Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Ghiraldeli Junior, Paulo. *O que é filosofia da educação*. Rio de Janeiro: DPA, 2000.

Kramer, Sonia, Nunes, Maria Fernanda R. & Corsino, Patrícia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. *Educação e Pesquisa*, v. 37, n. 1, p. 69-85, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/vZGy5F6XjQ3C9rS4VvrcMXJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 03 maio 2022.

Mieib – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. *Carta de Vitória, ES*. 2012. Disponível em: <http://www.mieib.org.br/biblioteca/>. Acesso: 23 abr. 2022.

Nascimento, Milton & Brant, Fernando. *Bola de meia, bola de gude*. 1988. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/milton-nascimento/bola-de-meia-bola-de-gude.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Pessoa, Fernando. *Liberdade*. [S.d.]. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/4307>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Rosemberg, Fúlvia. *Criança pequena e desigualdade social no Brasil*. Disponível em: https://educacaoinfantil.ceert.org.br/pdf/artigos/CRIAN%C3%83%E2%80%A1A_PEQUENA_E_DESIGUALDADE_SOCIAL_NO_BRASIL_F%C3%83%C2%BAlvia_Rosemberg.pdf. Acesso: 23 abr. 2022.

Santos, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento, 2000.

Santos, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, p. 11-43, mar. 2008.

Santos, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

Vidal, Diana de G. Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas. In: Faria Filho, Luciano M. de (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 257-284.

A formação docente na educação infantil a partir do encontro com o NEDI/CE/Ufes e o FOPEIES

Moyara Rosa Machado
Sumika Soares de Freitas

Introdução

Este texto reflete a escuta sensível observada na relação entre o Núcleo de Educação Infantil (Nedi) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e o Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo (Fopeies) pelo olhar de duas professoras da Educação Infantil. Primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil tem sido acompanhada e monitorada. A partir disso, principalmente nos últimos anos, o Nedi e Fopeies têm levantado proposições na área de políticas públicas voltadas à infância no Espírito Santo. Em conjunto, debatem temas sobre currículo, formação de professora(s), trabalho docente, leitura e escrita, espaço e tempo, Educação Especial, Educação em Tempo Integral, Educação do Campo, gestão e avaliação na Educação Infantil.

Desde 2001, o Fopeies atua no processo de formação de professora(s) e demais profissionais da Educação Básica das secretarias de Educação dos municípios capixabas. Identificamos os avanços nas políticas públicas relativas à Educação Infantil do Espírito Santo, principalmente com o apoio de instâncias da Ufes, como o Nedi, o Centro de Educação e o Programa de Pós-Graduação em Educação, os quais também mantêm interlocução com a pasta de Educação em âmbitos municipal e estadual e demais movimentos sociais do Espírito Santo.

Em nível nacional, a Educação Básica passa por importantes alterações nas diretrizes políticas, no financiamento, nas práticas pedagógicas e, em destaque, na Emenda Constitucional 59/2009, que amplia a obrigatoriedade da oferta da Educação Básica de

quatro para 17 anos. Na análise de Carvalho (2005:97), ao aliar os dados de monitoramento e ampliação das políticas educacionais voltadas para a Educação Infantil, faz-se necessário, no cotidiano da escola, associar o debate do currículo e o trabalho docente, uma vez que é nas práticas cotidianas curriculares que os docentes imprimem sua identidade e profissionalidade, individual e coletiva. Desse modo, trazemos, a seguir, o relato de memórias e experiências de duas professoras de Educação Infantil – constituídas no cotidiano das unidades de ensino do Espírito Santo, ambas com vivências na Educação Infantil pública e democrática – acerca da parceria que vem sendo mantida entre o Nedi e o Fopeies.

Relatos de experiências

Memórias, Histórias e mais histórias

Moyara Rosa Machado

Falar das vivências junto ao Núcleo de Educação Infantil é contar um pouco da minha história de vida. Conheci a Profa. Vania Carvalho de Araújo ainda na graduação em Educação Física. Naquele momento, eu já atuava como professora do Centro de Educação Infantil (CEI) Criarte. Em 1997, ela me fez o convite para participar da formação do Nedi, o que foi prontamente aceito. No mesmo ano, o Nedi realizou seu primeiro evento, o Seminário de Educação Infantil. Como servidora da universidade, eu já havia atuado no Criarte como professora em sala de aula com crianças de 01 a 05 anos, como professora de Educação Física com crianças de todas as idades e, ainda, como coordenadora pedagógica. Na ocasião do evento, nós, do CEI Criarte, fomos convidados a apresentar um projeto de trabalho denominado “Estamos crescendo”, realizado junto às crianças de uma turma de 01 a 02 anos, bem como contribuir na organização do evento.

Em 2003, também a convite da Profa. Vania, passei a integrar a equipe do Nedi, na perspectiva de trabalhar com projetos de

pesquisa e extensão junto ao curso de Pedagogia e outras instâncias afins. Embora receosa de estar em outros espaços que não a escola, senti-me desafiada e grata por ter meu trabalho reconhecido e, além disso, pela possibilidade de ampliar o campo de conhecimento no que diz respeito às crianças e suas infâncias.

Como integrante do núcleo, começamos a parceria Nedi e Fopeies. Criado em 2001, o fórum passou, no ano seguinte, a integrar o Movimento Interfórum de Educação Infantil do Brasil (Mieib), iniciado em 1999 (durante a 22ª Reunião Anual da Anped, realizada em Caxambu, MG), com luta em prol da Educação Infantil pública, laica e de qualidade. Mas qual é a relação entre o Nedi e o Fopeies? Ambos, núcleo e fórum, buscam implementar projetos em parceria com outros órgãos, para reivindicar a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos na Educação Infantil, o que se torna tarefa permanente, de modo a garantir a efetiva integração das instituições que atendem às crianças de 0 a 6 anos, pelo direcionamento efetivo e transparente de aportes financeiros.

Além disso, as duas instâncias têm por intuito contribuir com a formação de recursos humanos para a Educação Infantil, reivindicando a implementação de políticas públicas que visem à expansão do atendimento educacional para a faixa etária mencionada.

Nessa direção, o Nedi ampliou sua função por meio da criação, em 2003, da Secretaria Executiva do Fopeies. Naquele momento, o fórum estava centralizado em uma pessoa, a qual, portanto, encontrava-se com sobrecarga de trabalho, pois a ela era dada toda a obrigação de socializar e coordenar as reuniões. Com o Nedi secretariando as ações do Fopeies, este ganhou maior visibilidade e suas ações foram mais bem partilhadas. Como parte disso, nosso objetivo era ampliar a participação dos municípios nas reuniões mensais para que as discussões referentes às políticas públicas para a Educação Infantil fossem mais bem compreendidas e efetivadas.

Tivemos muitos ganhos nesse sentido, sobretudo no que diz respeito à formação continuada de professora(s). Dizemos isso,

pois muitos municípios perceberem o quanto era importante apresentar aos seus docentes temas relevantes para um melhor desenvolvimento do trabalho na Educação Infantil. A discussão sobre a importância da qualificação profissional traz para a pauta a seguinte indagação: que profissional queremos para atuar com as crianças da Educação Infantil? Naquele momento, muitos municípios ainda trabalhavam com as denominações “creche” e “pré-escola”. Dos profissionais que atuavam com as crianças nas creches não era exigida nenhuma formação, sendo essas pessoas designadas como “babás”. Tal situação ganhou repercussão e um dos ganhos mais significativos foi a abertura de concurso público para professora(s) da Educação Infantil e o seu reconhecimento como a primeira etapa da Educação Básica.

Com o passar dos anos e maior participação dos 78 municípios capixabas no Fopeies, bem como o fortalecimento dos laços deste com o Mieib, o fórum passa a frequentar os eventos em âmbito nacional, promovidos pelo Mieib – em decorrência dessas articulações, atualmente, temos, inclusive, uma companheira do Espírito Santo como representante do colegiado no movimento. Além disso, como um dos objetivos do Nedi é prestar assessoria pedagógica e projetos voltados a temáticas relativas à infância, além de promover cursos, simpósios, oficinas, encontros e grupos de estudos com vistas à produção acadêmico-científica sobre a Educação Infantil, o Fopeies, em parceria com o núcleo, realiza diversos eventos com o intuito de contribuir para a formação dos profissionais que atuam nessa etapa da Educação Básica. No que tange aos projetos de extensão, várias temáticas foram evidenciadas na parceria entre Nedi e Fopeies, sempre tendo como foco as crianças.

Outro ponto relevante são as pesquisas realizadas nos diversos municípios do Espírito Santo, advindas das discussões nas reuniões do Fopeies. Menciono, aqui, minha investigação no âmbito do Mestrado em Educação na Ufes, intitulada “A passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: o que dizem as crianças”, realizada no município de Vitória (ES), nos anos de 2006

e 2007. Trata-se de temática que emergiu dos debates, sobretudo nas reuniões mensais do Fopeies, sobre a infância no contexto da Educação Infantil em um momento em que propostas de ampliação do Ensino Fundamental.

A importância da união Nedi e Fopeies decorre exatamente do fato de que, a partir disso, pudemos desenvolver estudos, pesquisas, além de contribuir com as demandas que fossem e são apresentadas nos cenários local e nacional. Ver o Centro de Educação e o CEI Criarte repleto de profissionais que discutem e estudam temáticas referentes às crianças e suas infâncias é muito gratificante! A semente plantada no passado está sendo colhida no presente.

A constituição como docente na e da Educação Infantil

Sumika Soares de Freitas

Minha opção por ser professora não foi fruto do acaso ou de oportunidade eventual: nela ingressei, é verdade, por oportunidade eventual, mas permaneci por escolha consciente e segura. Quando fiz o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Pré-escola e Séries Iniciais na Ufes (1994-1998), era explícito para mim que o processo que eu havia vivido como aluna de Ensino Fundamental e Médio era fruto de fenômenos como a repressão (Regime Militar), a privatização do ensino, a exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, a divulgação de uma pedagogia mais calcada em técnicas, as variadas tentativas de desmobilização do magistério por meio de uma confusa legislação educacional.

Na universidade, vivenciei grandes discussões na área da Psicologia, a qual nos anos 1990, aumentava suas produções na Educação. Além do construtivismo de Piaget e do comportamentalismo de Skinner, estavam em discussão estudos pioneiros de Freud e a Educação. Ainda, havia destaque a Vigotski (2007), pensador que trouxe à Psicologia da Educação uma atenção importante, direcionada especialmente à linguagem e o pensamento.

No início de 1997, fui a primeira monitora no Núcleo de Educação Infantil, então, sob a coordenação da Profa. Vania Carvalho de Araújo. Tivemos a oportunidade de organizar palestras de Sonia Kramer no Centro de Educação da Ufes, fortalecendo o Nedi. Debates sobre a importância da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Participei de diversos grupos de estudos sobre a concepção de criança, infância e a importância da Educação Infantil. Tais discussões emergiam pelo fato de a legislação para a Educação Infantil já estar em mudança à época, com a apresentação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/1996). Como eu já estava terminando a graduação, tive também a oportunidade de estagiar na pré-escola do atual CEI Criarte-Ufes, experiência que marcou minha entrada na Educação Infantil.

Araújo (1996) procura situar no plano teórico a condição da criança na sociedade capitalista, destacando o movimento de expropriação da criança da classe trabalhadora como criança e como sujeito histórico nas relações sociais, bem como a ideologia impregnada para legitimar uma imagem de criança romântica e inocente. Com o foco nas concepções de criança e infância que estão engendradas no contexto atual da Educação Infantil, em minha trajetória acadêmica, procurei aprofundar-me no tema, valendo-me dos estudos de Walter Benjamin, Philippe Ariès, Hannah Arendt, Vania Carvalho de Araújo e Sonia Kramer.

Tais estudos contribuíram para a pesquisa que desenvolvi no Mestrado em Educação (Ufes), intitulada “(Des)naturalizando a concepção de infância no cotidiano da Educação Infantil (2008)”. O estudo objetivou compreender como está inserida a concepção de natureza infantil no cotidiano da Educação Infantil, uma vez que, historicamente, a escola tem demonstrado uma visão de criança como território da não linguagem (*In-fans*), negando a sua natureza histórico-social. Nesta perspectiva, prevalece, portanto, uma concepção de criança como uma entidade biopsicológica, cuja natureza infantil é percebida apenas como um organismo em desenvolvimento, determinada por fatores inatos e a-históricos (Machado, 2007).

A investigação que desenvolvi no mestrado foi de natureza qualitativa e do tipo etnográfica. Como referencial teórico, utilizei autores que procuram (re)significar a concepção de criança, reconhecendo-a como um ente político, histórico, social, produto e produtora de cultura. Como resultado, observei que há um processo de naturalização das práticas das crianças no universo escolar, resultando na negação do seu direito à fala, à manifestação de sua cultura e de sua história nos diferentes tempos e espaços escolares. Observei, ainda, que a prática do professor estava limitada a uma atuação rotineira e *pedagogizante*. Essa prática, ao mesmo tempo em que não possibilita à criança construir o seu próprio universo de significações, reduz as culturas infantis a acontecimentos naturalizados.

Minha participação no Nedi-Ufes contribuiu com a discussão sobre o direito à Educação Infantil, tendo como metas o acesso, a permanência e a apropriação do conhecimento, especialmente, das crianças de 0 a 5 anos. Nessa direção, além de ser professora da Educação Básica e ter atuado como técnica de gerência da Secretaria Municipal de Educação de Vitória e como coordenadora do Fórum de Educação de Vitória, sigo contribuindo como membro de grupos de pesquisa credenciados ao Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Comitê Diretivo da Campanha pelo Direito à Educação¹; do Fórum Nacional de Educação; do Fórum Nacional Popular de Educação (representando o Mieib); do Comitê Diretivo do Mieib², do Conselho Municipal de Educação de Vitória (ES)^[5].

¹ Rede que articula mais de 200 grupos e entidades distribuídas por todo o Brasil, as quais acreditam na construção de um país justo e sustentável por meio da oferta de educação pública de qualidade. Conferir <http://www.campanhaeducacao.org.br/>.

² O Mieib compartilha responsabilidades, potencializa as iniciativas dos membros envolvidos e busca o suporte de parcerias indispensáveis. Nessa direção, foi definido um grupo gestor formado por representantes das cinco regiões geográficas brasileiras e instituições acolhedoras para assumir a Secretaria Executiva de seus projetos. Conferir <http://www.mieib.org.br/pagina.php?menu=institucional>.

Desde 2009, o Fopeies acompanha intensamente o processo de formação de professora(e)s e demais profissionais na Educação Básica nas secretarias de Educação dos municípios do Espírito Santo, o que nos permite notar os avanços nas políticas educacionais. A Educação Básica, que, além da Educação Infantil, envolve o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e modalidades educativas (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação do Campo), passa por importantes alterações em suas diretrizes políticas, no financiamento, nas práticas pedagógicas e, sobretudo, na ampliação do Ensino Fundamental obrigatório de quatro para 17 anos, conforme Emenda Constitucional 59/2009. Ao acompanhar o debate na Educação Infantil, não podemos esquecer que a obrigatoriedade não pode sobrepor ao debate da universalização do ensino público e à luta pela educação de qualidade socialmente referenciada.

Assistimos, na Educação Infantil, à dificuldade de financiamento e de se reconhecer que o atendimento das crianças da faixa etária de 0 a 3 anos precisa cindir a concepção do binômio cuidar *versus* educar. Tal fragilidade, expressa no andamento das políticas e, principalmente, no Projeto de Lei 8.035/2010 (Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2012), cuja Meta 1 previa:

Universalizar até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste Plano (Câmara dos Deputados, 2010).

O PNE de 2001, cabe ressaltar, já apresentava a meta de 50% no atendimento das crianças da faixa etária de 0 a 3 anos. Diante disso, o Fopeies, a partir desse mesmo ano, passou a contribuir coletivamente com debates atuais na Educação Infantil. Procuramos sempre fortalecer o espaço público de maneira articulada e pautada na experiência e vivência, ao compartilhar os avanços da Educação Infantil no Brasil e no Espírito Santo. Essas

experiências são de elevado sentido e significado para gestora(e)s, professora(e)s e técnica(o)s das secretarias de Educação dos municípios capixabas.

O Fopeies é um espaço potencializador de formação de professora(e)s, que fortalece as políticas de Educação Infantil no Espírito Santo e, sempre de modo muito qualificado e com o apoio da Secretaria Executiva do Nedi e do Centro de Educação da Ufes, amplia a participação do público nos debates e inova na formulação de políticas para e com as crianças do Espírito Santo.

Conclusão

Da problematização dos fazeres cotidianos que nós, duas professoras com vivências na Educação Infantil, trouxemos aqui, emergem práticas curriculares e a potencialização para explicitarmos nossos processos de formação continuada, nossas experiências. Ao fazermos isso, primeiramente, trazemos à tona a nossa identidade e profissionalidade, individual e coletiva. A partir das experiências e vivências aqui apresentadas, reconhecemos a importância de fortalecer os pressupostos da valorização dos profissionais de Educação Infantil com o investimento na formação continuada da(o)s professora(e)s. Assim, como argumenta Nóvoa (1992), cabe aos sistemas de ensino valorizar perspectivas críticas e reflexivas para a formação de professora(e)s, que também precisam assumir responsabilidades por seu desenvolvimento profissional e participar como protagonistas na implementação de políticas educativas capazes de garantir a qualidade da educação ministrada.

Referências

Araújo, Vania C. de. *Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade*. Vitória: Edufes, 1996.

Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 8.035-C*. 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes->

temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/documentos/outros-documentos/avulso-pl-8035-10-c. Acesso em: 26 jul. 2022.

Carvalho, Janete M. O não-lugar dos professores nos entrelugares da formação continuada. *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, p. 96-107, 2005.

Conferência Nacional de Educação (CONAE), 2010. *Construindo o Sistema Nacional de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias*. Documento Final. Brasília: 2010. Disponível em: conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. Acesso em 22 jul.2022.

Hernandez-Piloto, Sumika S. F. *(Des) naturalizando a criança no cotidiano da educação infantil*. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

Machado, Moyara R. *A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: o que dizem as crianças*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

Nóvoa, António (coord). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: D. Quixote, 1992.

Vigotski, Lev. S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Sobre as autoras e o autor

Ana Carolina Galvão

Professora do Magistério Superior da Universidade Federal do Espírito Santo/Vitória-ES. Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais/Centro de Educação. Grupo de pesquisa: Pedagogia histórico-crítica e educação escolar.

E-mail: galvao.marsiglia@gmail.com

Fabiola Alves Coutinho Gava

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico/Universidade Federal do Espírito Santo. CEI Criarte/Centro de Educação.

E-mail: fabiola.gava@ufes.br

Fernanda Monteiro Barreto Camargo

Professora do Magistério Superior da Universidade Federal do Espírito Santo/Vitória-ES. Departamento de Linguagens, Cultura e Educação/Centro de Educação. Grupo de pesquisa: Imagens, Tecnologias e Infâncias.

E-mail: fernanda.barreto@ufes.br

Iguatemi Santos Rangel

Professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Espírito Santo/Vitória-ES. Departamento de Linguagens, Cultura e Educação/Centro de Educação. Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia-EaD.

E-mail: iguatemirangel@ufes.br

Karim Salino Atayde

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista do Núcleo de Educação Infantil.

E-mail: karim.atayde@edu.ufes.br

Marluce Leila Simões Lopes

Professora do Magistério Superior da Universidade Federal do Espírito Santo/Vitória-ES. Departamento de Educação, Política e Sociedade/ Centro de Educação.

E-mail: marluce.lopes@ufes.br

Maria Angélica Vago Soares

Professora do Magistério Superior da Universidade Federal do Espírito Santo/Vitória-ES. Departamento de Linguagens, Cultura e Educação/Centro de Educação. Grupo de pesquisa: Imagens, Tecnologias e Infâncias.

E-mail: maria.a.soares@ufes.br

Maria da Penha Dias

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo/Vitória-ES. Cuidadora Infantil no Abrigo Institucional Venda Nova do Imigrante - Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante.

E-mail: maria.dias.0289@gmail.com

Moyara Rosa Machado

Aposentada desde 2016, servidora da Universidade Federal do Espírito Santo/Vitória-ES por 34 anos. Campo de atuação: Criarte, NEDI, FOPEIES Prefeitura de Vitória, Prefeitura de Serra, Rede Interdisciplinar de Educação – RIED.

E-mail: moyrosa@gmail.com

Rosalí Rauta Siller

Professora do Magistério Superior da Universidade Federal do Espírito Santo/Vitória-ES. Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais/Centro de Educação. Grupo de pesquisa: Diferenciação Sócio-Cultural (GEPEDISC - Culturas Infantis)

E-mail: rauta13@gmail.com

Sumika Soares de Freitas

Professora de Educação Infantil/Secretaria Municipal de Educação/
Prefeitura Municipal de Vitória. Grupo de pesquisa: GRUFOPEES/
UFES (Grupo de Pesquisa Formação, Pesquisa-ação e gestão de
Educação Especial).

E-mail: sumika.freitas@gmail.com

Valdete Côco

Professora do Magistério Superior da Universidade Federal do
Espírito Santo/Vitória-ES. Departamento de Linguagens, Cultura e
Educação/Centro de Educação. Coordenadora do Grupo de
Pesquisa Formação e Atuação de Educadores.

E-mail: valdete.coco@ufes.br

Vania Carvalho de Araújo

Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Grupo
de pesquisa Infância, Educação, Sociedade e Cultura.

E-mail: vkcaraujofes@gmail.com

Zinia Fraga Intra

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico/Universidade
Federal do Espírito Santo. CEI Criarte/Centro de Educação.

E-mail: zinia.intra@ufes.br

A coletânea que ora apresentamos é composta por um total de seis artigos, produzidos a partir dos relatos de professores (as) pesquisadores/as que assumiram o mandato de Coordenadores (as) e vice-coordenadores/as do Nedi, nesta trajetória de 25 anos, e que tiveram como foco em suas pesquisas e relações orgânicas, as infâncias e as políticas públicas. As comemorações dos 25 anos do Nedi busca, acima de tudo, reconhecimento desta trajetória marcada pela luta, esperança e dedicação, além de possibilitar a visibilidade de pesquisas já realizadas. Mas, ao mesmo tempo, busca-se realizar autorreflexão com olhar crítico, indicando rumos, potencialidades, fragilidades e instigando novas produções acadêmicas dentro do próprio núcleo, como aprendentes sempre.

